

## O DISCURSO DA CARTA DE GUIA DE CASADOS (DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO)

1. Neste estudo,<sup>1</sup> pretendo captar e caracterizar os aspectos que julgo mais salientes do discurso da obra referenciada no título — no que tange à sua organização e ao seu funcionamento.<sup>2</sup>

1.1. A produção discursiva em análise<sup>3</sup> é uma extensa missiva<sup>4</sup> cuja designação específica não apenas o género discursivo (em «Carta»), mas também (em «Guia») a orientação básica que a domina e (em «Casados»)

---

<sup>1</sup> Reclamo-me aqui basicamente do quadro teórico-metodológico em que se inscrevem outros estudos de Análise do Discurso que publiquei — de entre os quais referencio FONSECA, J. — «*Elogio do sucesso*»: a força da palavra / o poder do discurso», in FONSECA, J. (Org.) — *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português — Tomo III*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, n.º 10), 1997; FONSECA, J. — «*O grau zero*»: discurso, representações ideológicas e construção do sentido», in «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Vol. XV, Porto, 1998; FONSECA, J. — «*Viva a Guiné-Bissau*»: a construção do sentido e da força persuasiva do discurso» (no prelo); e, também por ter como objecto um texto da mesma época do agora em foco, FONSECA, J. — «O discurso de *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo — o *Diálogo I*», in FONSECA, J. (Ed.) — *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português — Tomo I*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, n.º 8), 1998.

<sup>2</sup> Para uma análise aprofundada, por um lado, do contexto histórico, sociocultural e mesmo literário em que a obra em estudo surge — e de que dá testemunho — e, por outro, da sua inscrição (de modo original em muitos pontos) na longa e variada tradição da literatura de edificação ou de orientação de casados, em que ela se integra, ver FERNANDES, M. L. Correia — *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica, 1450-1700*, Porto, Faculdade de Letras — Instituto de Cultura Portuguesa, 1995 (especialmente, “Segunda Parte”, p. 199-403).

<sup>3</sup> Lembro que D. Francisco Manuel data o seu texto de 5 de Março de 1650, embora ele só tenha vindo a ser publicado em 1651. Entre estes dois momentos tempo-

a quem se dirige globalmente. No entanto, o destinatário mais imediato é um amigo do Autor, recém-casado, da mesma condição social (fidalgo), que — escreve D. Francisco Manuel — lhe havia pedido conselho para este seu novo estado. É a ele que o Autor endereça a sua carta, referenciando-o ou invocando-o repetidas vezes em formas de tratamento cortês — ora, as mais das vezes, «V.M.» ora «Senhor N.» ora ainda «Senhor» e «Senhor meu».<sup>5</sup> Como se sabe, a referenciação de um destinatário e a sua invocação, de quando em vez, ao longo do discurso são elementos típicos do género epistolar. A circunstância de esse destinatário ser um homem habilita o Autor a adoptar no tratamento da temática que preenche a obra uma perspectiva eminentemente masculina — que é, de resto, a única a percorrer todo o discurso.

Como já se compreendeu, por esta interposta pessoa do destinatário imediato, o Autor dirige-se não apenas a todos os casados, indistintamente (como consta da designação da carta), mas também a muitos outros e outras — obviamente, a todos os seus potenciais leitores, que chega mesmo a convocar de modo directo.<sup>6</sup> Paralelamente, e como veremos melhor, o Autor procede ainda à construção de destinatários mais específicos, em

---

rais, o texto correu manuscrito em círculos mais ou menos restritos. Aproveito para anotar que sigo aqui o texto da Carta tal como ele é apresentado na edição de Edgar Prestage (que comporta «um estudo crítico, notas e glossário» do mesmo Autor) publicada em Lisboa (Nova Edição de Álvaro Pinto — ‘Ocidente’), 1954 — volume em que o referido texto ocupa as páginas 35 a 132. Nas citações e referências conexas, a indicação da página ou páginas remete, assim, para esse mesmo volume. Anoto também que aquela edição está hoje disponível in *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses* (Disco 1), Lisboa (Biblioteca Nacional), 1998 — que utilizei na recolha dos passos que transcrevo ao longo da exposição. Ver também aí a excelente «Introdução» de FERNANDES, M. L. Correia.

<sup>4</sup> O Autor tem consciência da extensão considerável do seu texto — do que, perto do termo da carta, de certa forma se lamenta (Ver o segmento final deste mesmo número, e, mais adiante, 4.2.1.) —, e dá conta, em vários passos, dos seus esforços para se limitar, chegando mesmo a penitenciar-se da sua tendência para o «miúdo» e o «proluxe».

<sup>5</sup> As últimas três formas são regularmente actualizadas em uso de vocativo — o que não acontece sempre com a primeira. Ao longo do discurso é feita uma gestão ajustada do uso das formas vocativas, testemunhando um apropriado recorte do “espaço interlocutivo”. Sobre o assunto, ver CARRREIRA, M. H. Araújo — *Modalisation linguistique en situation d’interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*, Louvain-Paris, Éditions Peeters, 1997 («Première Partie», p. 13-193).

<sup>6</sup> Cf.: «Aqui lembro de passo a muitos e muitas que me lerem...» (p. 101).

momentos diferentes do desenrolar do discurso — o que lhe traz uma inequívoca *poli-destinação*.<sup>7</sup>

A inscrição do discurso no género epistolar fica ainda assinalada no seu termo por três outros elementos típicos de tal género — o local e a data da elaboração da carta, e a assinatura:

«Torre Velha, em 5 de Março de 1650.  
D. FRANCISCO MANUEL.» (p. 132).

Outros elementos ainda estão em sintonia com, e marcam, a natureza epistolar do discurso, nomeadamente, por um lado, a opção pelo texto corrido, sem divisão em capítulos ou partes (pese embora a sua já referenciada extensão)<sup>8</sup>, e, por outro, a inscrição atempada de uma formulação cortês de despedida, com que o Autor anuncia a orientação do discurso para o seu termo:

«Não he pouco, nem pouco proluxo, o que se tem discursado. Cada ponto quisera já que fora o ultimo; mas, com licença de V. M., não me haverei de despedir sem fallar em sogros e sogras, noras e genros, cunhados e cunhadas.» (p. 127)

1.2. Importa, entretanto, observar que o discurso epistolar fica aqui caracterizado por alguns traços particulares, que quero pôr já em relevo, embora de modo sucinto.

D. Francisco Manuel opta (e explicita-o logo em alguns dos parágrafos iniciais, cujo conteúdo obtém, assim, um claro estatuto metaenunciativo e metadiscursivo) por um registo que quer próximo da «pratica como do

---

<sup>7</sup> Esta *poli-destinação* introduz no discurso o segundo dos dois vectores da *heterogeneidade enunciativa* que o marca; o primeiro respeita, como se sabe, ao pólo da emissão/produção, em que se congregam diferentes vozes que o Autor, explicita ou implicitamente, convoca e inscreve no discurso, que, deste modo, alberga uma diferenciada *polifonia*. Devo anotar que ao lado desta heterogeneidade enunciativa há que reconhecer uma manifesta *heterogeneidade compositiva*, que igualmente marca o discurso, a que me referirei mais adiante. Sobre as noções agora convocadas, ver FONSECA, J. — «Heterogeneidade na língua e no discurso», in FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, n.º 5), 1994. Ver, entretanto, mais abaixo, em particular, 12.

<sup>8</sup> Estes aspectos, e ainda outros a referenciar oportunamente, dão ocasião a um trabalho assinalável de *composição discursiva*. Ver, mais adiante, 8.

lar» (p. 35), por um «estilo alegre e fácil» (p. 36) — o que envolve a evitação de formalidade e se concilia com o propósito também explicitamente enunciado de fuga, por uma lado, à invocação dos clássicos (autores e figuras) e de outras fontes da mesma índole, e, por outro, ao tom erudito (a que tal invocação anda habitualmente conectada). Interessa registar que D. Francisco Manuel revela conhecer bem (e apreciar muito positivamente) tais fontes, o que também particularmente o ilustra — constituindo, pois, um e outro aspecto, elemento de *acreditação/credibilização* do Autor. Veja-se:

«Grandes cousas deixou escrito a antiguidade, para advertencia dos casados. Muitas são e graves são; a que tambem os modernos acrescentarão outras, ou nos puserão em outras palavras as antigas.» (p. 35)

A invocação ou utilização daquelas fontes e figuras, e o tom erudito, que lhe anda associado, são abandonados em favor do tratamento de ‘casos práticos’ do quotidiano (no que D. Francisco Manuel obtém para o seu texto grande originalidade, em confronto com tratados e outras obras que versam temática idêntica), em que o Autor projecta a sua larga e variada experiência de vida:

«Darão licença os Senecas, Aristoteles, Plutarcos, e Platões; nem ficaremos mal com as Porcias, Casandras, Zenobias, e Lucrecias; tudo tão desenrolado nestas doutrinas; porque sem seus ditos delles, e sem seus feitos dellas, espero nos faça Deos mercê de que atinemos com o que V. M. deseja de ouvir, e eu procuro dizer-lhe. Não sou já mancebo. Criei-me em cortes; andei por esse mundo; atentava para as cousas; guardava-as na memoria. Vi, li, ouvi. Estes serão os textos, estes os livros que citarei a V. M. neste papel; donde, juntas algumas historias que me forem lembrando, pôde mui bem ser não sejam agora menos uteis que essa máquina de Gregos e Romanos, de que os que chamamos doutos para cada cousa nos fazem prato, que ás vezes nos enfastia.» (p. 36-37)

Como se vê, essa experiência é aqui particularmente valorizada — vindo, efectivamente, a constituir-se em factor deveras saliente de *acreditação/credibilização* do Autor (de resto, como tal já aqui invocada).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Outros elementos de *acreditação* avançados pelo Autor serão oportunamente analisados. Eles configuram, como se verá (em 6.), um eixo saliente do discurso — sendo suscitados pela natureza específica desta produção epistolar e do correspondente papel de actor discursivo assumido pelo Autor. Ver também 3.1.3.-4.

Casa com tudo o que acabei de apontar a inscrição de testemunhos, de proveniência variada, apresentados como lidos e sobretudo ouvidos pelo Autor, e ainda a convocação de vozes qualificadas, com destaque para doxas, nomeadamente, as consagradas em sentenças e ditos e sobretudo em adágios e rifões, que recolhem (como se verá oportunamente), os mais rasgados encómios.

Por outro lado, D. Francisco Manuel busca ainda, com êxito, um efeito de coloquialidade e sobretudo de graça (de mistura com muita ironia), e também de alguma espontaneidade no desenrolar do discurso, que diz, em diferentes momentos (como, por exemplo, no passo acabado de transcrever), elaborar na base da associação de ideias e de lembranças — o que se traduz também na flexibilidade demonstrada na introdução e transição de temas.

Junta-se ainda a tudo isto uma gestão adequada de registos, com momentos ajustados de uma tonalidade de confiança e de reserva.

Tais aspectos imprimem a este discurso epistolar um tom deveras particular e de grande originalidade.<sup>10</sup>

2. A estrutura global do discurso deixa-se representar, de acordo com marcas ou índices que oportunamente apontarei, como segue:

- *sequência de abertura*;
- *sequência nuclear*;
- *sequência de fecho*.

Tratarei nos números imediatamente seguintes a *sequência de abertura* e a *sequência de fecho* — ambas relativamente breves — e, só depois, a *sequência nuclear*, que é particularmente extensa.

Convirá, entretanto, por razões de operacionalização da análise a propor, deixar sucintamente apresentado este corpo central do discurso. Nele se contém a parte nuclear do conteúdo da carta — a tomar globalmente como a realização de *um macroacto ilocutório de conselho*, em que fica desenhada a *orientação configuracional do discurso*<sup>11</sup> — que identifica o

---

<sup>10</sup> Ver a sequência da exposição, e, em particular, e de imediato, 3.

<sup>11</sup> Esta orientação é explicitamente anunciada — de resto, em total sintonia com o título da obra (Ver, acima, 1.1.) — logo na abertura da carta (como apontarei em 3.1.), e, na verdade, domina todo o seu desenvolvimento. Para a análise deste macroacto e questões conexas, ver 10.

fim para que ele tende, a *totalidade de significação* que nele se constrói. Tal macroacto ilocutório consubstancia-se a partir de, ou com base em, um compósito de actos locais com o mesmo rumo, concretizados directamente ou, as mais das vezes, de modo indirecto, via asserções, críticas/censuras e reprovações, e ainda (embora menos vezes) louvor e aprovação — uns e outros vazados em soluções variadas.

3. A *sequência de abertura* constitui um verdadeiro preâmbulo, e desenvolve-se da página inicial (35) da carta ao cimo da página 37.<sup>12</sup>

O grande traço delimitador desta sequência reside no teor do seu conteúdo, que analisarei já de seguida. De qualquer modo, o termo desta macroestrutura inicial é bem assinalado no primeiro enunciado do primeiro parágrafo da página 37 —

«Ora assentamos que...»

— que estabelece uma nítida passagem para um segmento de índole claramente diferente que se inscreve já, como momento introdutório, na sequência nuclear.<sup>13</sup>

Avulta nesta macroestrutura de abertura um conjunto de indicações de ordem metaenunciativa e metadiscursiva. Tais indicações marcam a individualidade própria e o funcionamento específico deste segmento, obtendo ainda repercussões alargadas no todo do discurso. Configura-se, assim, a *sequência de abertura* como *lugar textual-discursivo* de grande relevo — em particular, pela pré-formação que nela se constrói de linhas salientes que enformarão o desenrolar do discurso.

Aquelas indicações congregam-se em dois blocos: o primeiro integra os quatro parágrafos iniciais da página 35, e o segundo abarca, de modo simétrico, os quatro parágrafos seguintes (p. 35-7).

3.1. Encontramos no segundo parágrafo da primeira página da Carta (p. 35) a definição do *programa discursivo* a desenvolver — trata-se de um *discurso de orientação para os casados* —<sup>14</sup>, e ao mesmo tempo uma

---

<sup>12</sup> Para a identificação destas páginas — e das que ao longo da exposição serão referenciadas —, ter-se-á em conta a observação que deixei apontada na Nota 3.

<sup>13</sup> Ver, mais abaixo, 5. e números seguintes.

<sup>14</sup> Como aponteji acima, em 2., fica também aqui anunciada a *orientação configuracional* do discurso.

indicação básica sobre a situação enunciativa particular em que o discurso é produzido:

«Diz-me V. M. que se casa, e que lhe dê eu, para se governar nesse seu novo estado, alguns bons conselhos.» (p. 35)

Antes de prosseguir, interessa registar, embora sumariamente, que aquela *orientação* abarca as componentes conjugal, familiar, social e também moral e mesmo religiosa da vida dos casados.

3.1.1. No passo transcrito, fica desenhado um aspecto que muito interessa destacar — o que acima referenciei como constituindo uma indicação básica sobre a situação enunciativa: o discurso não nasce da iniciativa própria do Autor, antes tem origem num pedido de conselho que lhe foi dirigido, que é apresentado como o elemento impulsionador da sua elaboração.

Importa observar que este pedido de conselho começa por ser introduzido, no parágrafo inicial, como uma ordem. Na verdade, o Autor abre o seu discurso invocando a força do «amor» e da «obediência» — que qualifica de «aquellas duas cousas mais poderosas com os homens» — para declarar:

«Amo a V.M.. Manda-me V.M..» (p. 35).

Sublinha com isso o carácter marcadamente constritor do pedido que lhe havia sido dirigido, que toma como solicitação que não pode senão satisfazer. Tal assinala a construção de uma relação interactiva muito positivamente qualificada — sendo também que pela mesma via surge referenciado um efeito de intensificação do pedido. Estas circunstâncias, devidamente calculadas, situam o Autor numa posição interactivamente 'baixa' (própria de quem recebe uma instrução directiva, que, embora por natureza não seja impositiva, se apresenta como particularmente constritora, a ponto de ser tomada como ordem). Há, entretanto, aqui ainda um outro efeito, não despreciando: desta posição interactiva 'baixa' que o Autor se atribui resulta também a neutralização de idêntica situação que o pedido de conselho comete a quem o emite. Mais exactamente, o Autor procede a uma inversão de posições interactivas — o que haverá que tomar, não apenas como cortesia/delicadeza, mas também como o sublinhar do carácter

constritor, que já assinalai, do pedido de conselho. É claro que o objectivo último que serve esta tática discursiva não é outro senão o que ficou acima recortado: atribuir a outrem, que não a si próprio, a primeira razão de ser da elaboração do discurso, que entretanto D. Francisco Manuel assume por não poder subtrair-se à obrigação interactiva que lhe impõe o pedido, muito positivamente qualificado, que recebe.

Fique registado que o que acabei de referenciar se inscreve numa estratégia específica (a que voltarei mais abaixo), que, montada logo no início do discurso, o marcará nos momentos capitais do seu desenvolvimento.

O Autor não se furta a sublinhar as dificuldades que encontrará na satisfação do pedido de conselho:

«E suposto que me manda huma cousa bem difficultosa, a obediencia, e o amor, que já fizerão impossiveis, não se negarão hoje a vencer difficultades.» (p. 35)

— enunciado em que também explicita, em correspondência com a disponibilidade e o interesse previstos (porque implícitos) da parte de quem pede conselho, a vontade de, e o empenhamento em, “bem servir”, em nome dos antes e agora de novo invocados «amor» e «obediencia». Mais uma vez, temos aqui uma acreditação/credibilização do Autor — também pela referenciação, de novo formulada (embora implicitamente), da capacidade que lhe é atribuída para a execução de uma tarefa tão «difficultosa», que toma também como desafio, a vencer.

3.1.2. A situação de base que venho caracterizando — a transferência para outrem da primeira razão de ser da produção do discurso — constitui aqui, como se sabe, um artifício literário, configurando também um pretexto para essa produção. Mas, sob o ponto de vista *linguístico-discursivo*, tal representa bem mais, a saber (e como acima já deixei anotado de passagem), o desenho de uma estratégia de grande alcance, configurando-se, desse modo, para o discurso um ponto de partida tão engenhoso quanto eficaz. E tão engenhosa quanto consistente é também a construção/representação que o Autor empreende da situação discursiva, no seu todo, que marca, desde o início, de acentuado dinamismo: apresentando-se embora como monológico, o discurso em estudo é, na verdade, e como veremos melhor, fortemente marcado de dimensões dialogais e interactivas.

Para captar esse estratégia e essa construção/representação, terei de evocar, embora de modo breve, que o acto ilocutório de conselho é — enquanto directivo, embora não impositivo — um *acto ameaçador das faces*, tanto do Locutor que o emite quanto do Alocutário/destinatário. Quanto ao primeiro, a ameaça reside na exposição a que se sujeita o Locutor no que tange ao reconhecimento de capacidade, de legitimidade e de oportunidade para a realização de tal acto e bem assim à adequação/aceitabilidade e à justeza dos critérios avaliativos ou valorativos que o conselho comporta e envolve. Quanto ao segundo, a ameaça respeita fundamentalmente à invasão do seu território.

Pois bem: o dar conselho a pedido de alguém cria desde logo um decisivo espaço de manobra para quem o faz, que se vê dessa forma e de modo imediato autorizado, e legitimado, para a invasão do território do outro e para a adopção com muito maior liberdade de atitudes avaliativas ou judicativas (activadas, de modo constitutivo, pelo acto de conselho), sendo que ao mesmo tempo ficam dados como garantidos disponibilidade e mesmo interesse da parte do destinatário do conselho a produzir. Sublinharei que tudo isso se revela de acentuada relevância no enfoque de domínios de particular delicadeza como são, no discurso em apreço, os das imagens pessoais e das relações interpessoais criadas e vividas no âmbito do casamento, aí contempladas de forma muito abrangente, que inclui, como já apontei, as vertentes conjugal, familiar, social e ainda moral e religiosa<sup>15</sup> da vida dos casados. Em consonância com esta assim obtida maior liberdade de acção discursiva, fica mesmo implicitamente delineado o que rotularei de *princípio de transparência*, na base do qual o Autor — dentro, obviamente, de um quadro de responsabilidade e de confiança recíproca entre ele e o(s) destinatário(s)<sup>16</sup> — se permitirá ‘tudo dizer’.<sup>17</sup>

É, então, claro que D. Francisco Manuel traz consigo para o discurso a positividade reconhecida da sua imagem pública, inequivocamente subscrita/ratificada também por quem lhe dirige pedido de conselho (pelo próprio facto de o fazer). Ao mesmo tempo, porém, o Autor (e como temos vindo a verificar) tem o cuidado de alargar e reforçar a sua acreditação,

<sup>15</sup> A vertente religiosa é aqui tomada no que tange às suas manifestações externas — ‘oração’ (nela se incluindo a missa), ‘devoções’, ‘penitências’ ou ‘mortificações’ ... — e a alguns dos seus prolongamentos, como as ‘práticas caritativas’.

<sup>16</sup> Ver, entretanto, 3.1.4. e também 3.2.2.

<sup>17</sup> Ver 6.4.

em função da situação enunciativa e dos propósitos que dominam a sua produção discursiva: está em foco a necessidade de corresponder às expectativas derivadas da sua imagem pública, mas também às que decorrem de ser consultado, de ser rogado a dar conselho.

O Autor persegue, uma vez mais, esse objectivo de ampliar e reforçar a sua acreditação, agora por uma nova via, num segmento imediatamente contíguo ao acima transcrito:

«Esta [= o dar conselho] he huma das cousas de que eu cuido que falta mais quem a peça, que quem a dê. Pois por certo que aquelle que deseja bons conselhos, já parece que delles não necessita; porque he tão grande prudencia pedir conselho, que do homem que o sabe pedir, crerei que nenhum lhe fará falta.» (p. 35)

Contém-se imediatamente aqui, e de forma explícita, um elogio ao destinatário imediato da carta: ao pedir conselho, ele transmite, na perspectiva do Autor, uma imagem positiva de humildade e de discernimento, que D. Francisco Manuel aproveita também para tomar como índice de que ‘de nenhum conselho necessita’. Há que ver neste louvor uma tática discursiva para atenuar a posição interactiva ‘baixa’ que todo o pedido — e, em particular, o pedido de conselho — institui, buscando com isso o Autor um equilíbrio interactivo, seguramente de ordem ritual, que tem a ver com o *trabalho de figuração* que todo o discurso envolve, também em ordem à sua boa recepção e à sua eficácia. Esta preocupação — e já vimos acima que o Autor chega a inverter este posicionamento interactivo, afectando-se a si a uma posição ‘baixa’ ao tomar o pedido (que endossa ao solicitante essa posição e ao solicitado uma posição ‘alta’) como uma ordem — não pode senão acrescentar positividade à sua imagem e mais especificamente ao papel de actor discursivo (o de conselheiro) que assume.

3.1.3. Mas há ainda aqui um outro elemento a realçar, que decorre por inteiro do que se contém no primeiro enunciado do último segmento transcrito: ao escrever aí que «falta mais quem peça, que quem dê» conselhos, D. Francisco Manuel quer também proteger devidamente a sua imagem, pois que inevitavelmente tende a ficar inscrito na situação desconfortável, porque pretensiosa e demasiado trivial — que é aqui sem dúvida censurada, por implicitação pragmática — dos que com facilidade (e sem

legitimidade bastante) a todo o momento se desdobram em conselhos. A fuga a , ou a evitação de, este perigo está já salvaguardada pela circunstância, que, como vimos, teve o cuidado de sublinhar bem, de que é a pedido, e não espontaneamente, que se propõe dar conselhos. Trata-se, assim, mais exactamente de *aceitar* dar conselhos. Implícita, pois, também o Autor — na modalidade mais fraca da implícitação que é o *dar a entender* —, que ao aceitá-lo, vencerá (em nome dos já referenciados «amor» e «obediência») resistências próprias.

Por outro lado, o teor deste elogio ao destinatário imediato da carta e a evitação acabada de referenciar implícitam também a assunção por parte de D. Francisco Manuel de um cuidado redobrado no que respeita à afirmação da positividade da sua imagem — ou seja, à sua acreditação como produtor de um discurso axiologicamente marcado, pelas dimensões directivo-avaliativas ou directivo-judicativas que comporta. É que tal papel (que é dominado pelo estatuto de *juiz*, que necessariamente marca quem o assume) o obriga a ser criterioso, e ponderado, nas suas avaliações e recomendações — aspecto que se apressa a manifestar num enunciado que, carregando também uma dimensão de modéstia (que muito acrescenta à sua imagem e muito facilita a interacção discursiva), se apresenta ainda como delineando uma outra via que procura abrir para o já referenciado alargamento do seu espaço de manobra: seguramente, o Autor tenta nesse enunciado dar a necessária cobertura a rigores ou excessos ou «impertinências» que venha a cometer num discurso que sabe irá ferir algumas susceptibilidades, atingindo mesmo momentos particularmente penalizantes para alguns, com destaque para as mulheres. Leia-se:

«O primeiro que aconselharei a V. M. será que se não fie em nada só do meu voto; pois suposto que em mim possa haver vontade para o bem servir, póde ser que nem por isso haja entendimento para o bem aconselhar...»  
(p. 35)

O mesmo objectivo de alargamento do espaço de manobra — ou seja, de esvaziar a situação enunciativa de constrangimentos que pudessem cercar a liberdade de acção discursiva — é ainda perseguido no elogio, a que me venho referindo, ao destinatário da carta; na verdade, ao insistir em que este não carece de conselhos, o Autor faz passar a indicação de que os que aceita dar, se não deixam de ser dirigidos a esse mesmo destinatário, mais exactamente alcançarão pertinência para outros, tomados

indistintamente — o que astuciosamente o liberta de constrangimentos particulares advindos, apesar de tudo, de um destinatário suficientemente identificado, que é apresentado, e tratado, como amigo muito próximo e tido em alta consideração.

3.1.4. Poderei, assim, concluir, e acentuar, que, no fragmento analisado da sequência de abertura da carta, D. Francisco Manuel cuida, de modo muito particular, de garantir — ou melhor, de otimizar — as condições de felicidade, e mais do que isso, de pleno sucesso para o seu discurso de orientação.

Não será, entretanto, de mais insistir num ponto: os aspectos centrais do que procurei pôr em relevo nos números imediatamente anteriores configuram-se como peças decisivas de um *contrato fiduciário*, instituído no e pelo discurso, em nome e/ou por obra do qual o Autor intenta construir-se, a um tempo, como investido de legitimidade para a específica acção discursiva que vai desenvolver, e como credor da confiança dos destinatários dessa mesma acção discursiva — sendo que ao longo do discurso não deixará de cuidar de valorizar essa legitimidade e de suscitar o reforço dessa confiança. Inclui-se ainda nesse contrato, ou dele decorre, a plena assunção por D. Francisco Manuel das suas responsabilidades e obrigações enquanto autor de um discurso de orientação, que envolve, como já vinquei devidamente, inevitáveis atitudes de natureza judicativa, valorativa. Ao serviço daqueles objectivos — por que passa a eficácia a obter na acção persuasiva visada pelo discurso — está a *estratégia de acreditação* ou de *credibilização* do Autor a que já me referi acima e a que voltarei ainda, antes de a analisar mais demoradamente em 6..

Cabe dizer desde já que, em última instância, esta estratégia — já claramente manifesta, como se viu, na *sequência de abertura* — visa corporizar, e dar visibilidade a, uma *autoridade* inquestionável, preparando, ao mesmo tempo, e potencializando, o exercício dessa mesma autoridade.

3.2. O segundo bloco de indicações metaenunciativas e metadiscursivas que largamente preenchem, e especificamente marcam, a sequência de abertura está contido, como já ficou apontado, nos dois últimos parágrafos da página 35 e nos dois seguintes, situados na página 36-7.

Tais indicações ficaram arroladas e suficientemente apresentadas acima, em 1.2., para que remeto. Interessa, no entanto, juntar às anotações aí produzidas uma outra, que deve ser devidamente sublinhada.

3.2.1. Contém-se no segundo parágrafo da página 36, já transcrito em 1.2., uma outra indicação, também de ordem metadiscursiva, que anuncia claramente uma específica *heterogeneidade compositiva* que virá a marcar o discurso. Tal fica assinalado no segmento seguinte desse passo, que retomo:

«Não sou já mancebo. Criei-me em cortes; andei por esse mundo; atentava para as cousas; guardava-as na memoria. Vi, li, ouvi. Estes serão os textos, estes os livros que citarei a V. M. neste papel; donde, juntas algumas historias que me forem lembrando, ...» (p. 36-7)

— segmento em que é explicitamente desenhada a perspectiva de que oportunamente serão incrustadas no discurso «algumas historias», pelo que ele apresentará um desenvolvimento segundo *modos enunciativos* diferenciados. Deste modo, o *programa discursivo* (a que me referi acima, em 3.1) previsto ou delineado desde a abertura da carta incorporará duas vertentes ou subprogramas fundamentais — especificamente marcados do ponto de vista enunciativo: de um lado, um subprograma de índole, genericamente, expositiva, mas decididamente orientado para o *instrucional* ou mesmo o *injuntivo-instrucional*; do outro, um subprograma, que naquele se encaixa, e ao serviço do qual se desenvolve, de teor *narrativo*.<sup>18</sup>

3.2.2. As «historias» assim anunciadas, e o carácter, também anunciado, de *narrativas de experiência pessoal* que as marcará (pelo menos na sua maior parte) não deixam de ser também aqui avançados como instrumento de indução à consideração atenta da carta por parte dos seus destinatários (e leitores, em geral), em quem o Autor quer despertar curiosidade e interesse. Joga, pois, habilmente D. Francisco Manuel também com a novidade que tal representa — o que, de novo habilmente, faz conjugar, em ordem a esse mesmo objectivo, com idêntica novidade no que tange à leveza, que diz ir perseguir (pela adopção de um «estilo alegre e facil» e de um registo próximo da «pratica como do lar»), na configuração do seu discurso.<sup>19</sup> Quer, assim, o Autor evitar no seu discurso de orientação aquilo a que outros não terão sabido furtar-se, nomeadamente «os que chamamos doutos», que, «para cada cousa nos fazem prato, que ás vezes nos

---

<sup>18</sup> O subprograma narrativo será analisado em 9.

<sup>19</sup> Ver, acima, 2.2.

enfastia» (p. 37) — sendo, seguramente, que, ao mesmo tempo, com isso tem em mente o intuito de contrabalançar ou de aligeirar o peso de muitas das «materias» a tratar e dos correspondentes «avisos» a formular.

D. Francisco Manuel desenha, deste modo, alguns dos traços básicos da construção da sua imagem como ente ou figura do discurso — traços que complementam, e matizam, os que já referenciei atrás como respeitantes à sua legitimidade e credibilidade. Os que agora estão em foco configuram, afinal, uma outra estratégia (complementar da estratégia de creditação/credibilização, com a qual se cruza ao longo do discurso) de largo significado, a saber, uma *estratégia de sedução* dos destinatários (e dos leitores, em geral) da carta.

Tal estratégia engloba não apenas a tentativa de despertar, e de alimentar, curiosidade e interesse, que conduzam a que os destinatários/leitores se sintam atraídos pelo discurso, e a ele se deixem prender, mas também a de captar a confiança<sup>20</sup> e até a benevolência desses mesmos destinatários/leitores. Na verdade, ao longo do discurso, deparamos com não poucos momentos de um cuidado *exercício de sedução*, em que opera decisivamente a imagem favorável que o Autor de si, e do seu próprio discurso, tenta construir — como verificamos acontecer já na *sequência de abertura*. Visivelmente, os aspectos em foco têm também uma índole metaenunciativa e metadiscursiva, integrando-se, assim, no conjunto das dimensões desse tipo que muito fortemente marcam a sequência agora em estudo.

4. *A sequência de fecho* realiza-se nos oito últimos parágrafos da carta (início da página 131 a final da página 132), embora algumas páginas antes (na página 127) o Autor anuncie, através de uma formulação de despedida (a que já me referi em 1.1.), a orientação do discurso para o seu termo, que só agora se consuma.

4.1. No arranque da *sequência de fecho*, encontramos um «Ora», que assinala uma *mudança de cenário* ou *quadro discursivo*, e que obtém por esse valor um claro papel estruturador, delimitando — em articulação com o conteúdo e algumas outras marcas, a referenciar de seguida, que ficam

---

<sup>20</sup> Tenham-se em conta as anotações respeitantes ao que acima, em 3.1.2., cataloguei de 'princípio de transparência' — que retomarei mais adiante.

vazados no segmento que introduz — uma das macroestruturas da carta (a macroestrutura final). Leia-se:

«Ora, Senhor N., quando comecei a escrever a V. M. foi com animo de não passar de huma carta; e acho-me agora com hum processo escrito. Eu de meu natural sou miudo e proluxo; o estar só, e a melancolia, que de si he cuidadosa, me fizeram armar tão largas redes, para colher dentro dellas todos os casos e todos os avisos. Praza a Deos que nos não hajamos cansado de balde; como seria, se no cabo de V. M. haver ouvido muito, e de haver eu dito muito, de aqui não tirassemos algum proveito.» (p. 131)

Os tópicos ou subtópicos alinhados nesta sequência são plenamente esperáveis no termo de uma missiva — em particular, de uma carta como a que nos ocupa — e, por isso, ao mesmo tempo se ajustam a, e preparam, o seu fecho. Percorre-os uma dimensão saliente — que atingirá também alguns dos outros temas ou subtemas a introduzir logo de seguida: há em todos eles o desenho de uma *retrospectiva avaliativa* do que D. Francisco Manuel escreveu ao longo da carta (ou da execução do *programa discursivo* anunciado logo na sua abertura)<sup>21</sup> — o que bem se coaduna com o seu fecho.

4.2. O segmento citado no número anterior marca bem a abertura desta retrospectiva avaliativa.

4.2.1. O Autor atenta na extensão considerável do seu discurso<sup>22</sup> e vê, ele mesmo, nela uma contra-expectativa: o projecto inicial de escrever «huma carta» acabou por conduzir, sem que o pudesse controlar ou mesmo evitar, a um longo «processo». O contraste, a que se vincula a referida contra-expectativa, entre, de um lado, a intenção inicial (Cf. «quando comecei a escrever a V. M. foi com animo de não passar de...») — que revela já estar marcada de um cuidado no sentido da auto-limitação, expressa em «não passar de» — e, do outro, a sua concretização (Cf. «acho-me agora com um processo escrito»), é explicitamente assinalado pela coordenativa «e», que sinaliza a *junção inesperada* desses dois termos — sendo que «acho-me agora...» veicula a indicação, já acima referenciada, da incapacidade por parte do Autor de controlar o evoluir da

---

<sup>21</sup> Ver, acima, 3.1.

<sup>22</sup> Ver a Nota 4.

situação.<sup>23</sup> Observe-se que este contraste é servido pela oposição (de tipo direccional) entre dois momentos temporais: um, passado (Cf. «quando comecei a escrever a V. M...») e também «foi...»); outro, presente (referido, naturalmente, ao tempo da enunciação: Cf. «acho-me agora...»). Por outro lado, o segmento «acho-me agora com um processo escrito» captura — em sintonia perfeita com o fecho da carta — o momento final da sua elaboração, cuja expressão linguística inclui a projecção do resultado dessa actividade, aí configurada, mais rigorosamente, como evento prolongado, que tem como momento culminante justamente a projecção de um resultado: este surge vazado no complexo constituído pelo nome complemento objecto «um processo» e pelo participio passado «escrito», que a ele se aplica como predicação secundária — sendo que nesta construção se reconhece a integração sintáctico-semântica correspondente à actualização de uma “cláusula reduzida”/“oração pequena”.

Tenta, de seguida, D. Francisco Manuel, juntar, apesar de tudo, uma explicação-justificação, veiculada pelo período seguinte, que comporta indicações metaenunciativas e metadiscursivas:

«Eu de meu natural sou miudo e proluxo; o estar só, e a melancolia, que de si he cuidadosa, me fizeram armar tão largas redes, para colher dentro dellas todos os casos e todos os avisos.».

Em particular, interessa destacar aqui a abrangência que o Autor diz ter perseguido — e que efectivamente perseguiu — na consideração dos «casos» e dos «avisos» que preenchem a obra — seguramente, em cumprimento do compromisso de “bem servir” assumido na abertura da carta,<sup>24</sup> e levando em conta a sua convicção de que (como escreve a propósito de um dado «aviso», mas que pode, sem excesso, ser generalizado) «tudo [...] he digno de ser lembrado» (p. 76) quando está em causa a orientação de casados, que aceitou empreender.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Esta situação denota que o Autor se deixou dominar por um impulso irresistível para a elaboração do seu discurso. Do mesmo dá inequívoco testemunho um passo situado páginas antes, que já transcrevi acima, em 1.1., de que retomo o segmento inicial:

«Não he pouco, nem pouco proluxo, o que se tem discursado. Cada ponto quisera já que fora o ultimo» (p. 127).

<sup>24</sup> Ver, acima, 3.1.1.

<sup>25</sup> Observo que esta abrangência dá lugar a uma hierarquização ou escalonamento dos «avisos»/recomendações — aspecto a que me referirei ao longo de 10.

O mesmo segmento remata com a formulação de um *voto* — materializado na expressão (introduzida por «Praza a Deos», cujo conteúdo tem um visível cariz desiderativo) da aspiração a que o discurso tenha alcançado com êxito os bons propósitos dados como o enformando desde a sua génese. Ver-se-á, no entanto, antes aí uma formulação mitigada (que carreia uma dimensão de humildade ou modéstia, integrada no *trabalho de figuração* ditado pelo princípio ou máxima de cortesia/delicadeza)<sup>26</sup> da convicção do Autor a respeito da pertinência e do bom fundamento e dos bons propósitos da orientação desenvolvida, e também do «proveito» a retirar dela — aspectos que são também plenamente pertinentes no fecho do discurso.

A mitigação/cortesia acabada de assinalar atinge também a referência dos beneficiários (indicação activada por «proveito») deste discurso de orientação: a opção pela forma «tirassemos» — primeira pessoa do plural — permite uma larga abrangência, que inclui, para além do destinatário imediato da carta e dos outros destinatários nela construídos, o próprio Autor. Com isso, D. Francisco Manuel tenta atenuar a ‘invasão do território do(s) outro(s)’, a ameaça às *faces* dos variados destinatários do discurso (invasão/ameaça desencadeada particularmente pelos discursos de cariz instrucional ou directivo-avaliativo, como o que aqui nos ocupa)<sup>27</sup>, e ao mesmo tempo deixa transparecer o empenhamento que pôs na sua produção discursiva. Nela está, seguramente, envolvida a sua imagem enquanto actor discursivo afectado ao papel de juiz e conselheiro — de resto, proponente e primeiro subscritor de um específico *contrato fiduciário*, que quer honrar —, e não menos a sua imagem pública, que transporta para o discurso.<sup>28</sup>

4.2.2. O segmento imediatamente seguinte ao passo citado e acabado de analisar —

«Rematarei com as generalidades que, a meu parecer, avultam bem a grandeza das casas; isto como conclusão do muito que nestes pontos havia que dizer.» (p. 131)

---

<sup>26</sup> É sabido que este princípio ou máxima intervém de modo decisivo na produção e na recepção dos discursos, acautelando a sua adequação e potencializando a sua eficácia — aspectos de que, em números anteriores, já ficaram ecos.

<sup>27</sup> Ver 3.1.2.-3.

<sup>28</sup> Ver, de novo, 3.1.2.-3. e também 3.1.4.

— explícita, num *acto de composição discursiva* marcado em «Rematarei»<sup>29</sup>, o encaminhamento do discurso para o seu fecho; nele fica ainda sumariada a orientação discursiva local deste trecho da carta, que põe o acento nas «generalidades que [...] avultam bem a grandeza das casas», cuja enunciação é estrategicamente retardada para o último parágrafo.

Neste parágrafo final, ficam compendiados, em formulações curtas e ritmadas (como em muitos outros momentos acontece<sup>30</sup>), alguns dos eixos dominantes no todo do discurso, que configuram, em alguns dos seus traços básicos, o ideário ou o modelo de vida dos casados defendido e proposto por D. Francisco Manuel — em que agora insiste:

«Senhor meu. Casa limpa. Mesa asseada. Prato honesto. Servir quedo. Criados bons. Hum que os mande. Paga certa. Escravos poucos. Coche a ponto. Cavallo gordo. Prata muita. Ouro o menos. Joias que se não peção. Dinheiro o que se possa. Alfaias todas. Armações muitas. Pinturas as melhores. Livros alguns. Armas que não faltem. Casas proprias. Quinta pequena. Missa em casa. Esmola sempre. Poucos vizinhos. Filhos sem mimo. Ordem em tudo. Mulher honrada. Marido Christão; he boa vida e boa morte.» (p. 132)

Este enunciado estabelece — com a força que lhe advém do formato de *equativo* em que está moldado — a garantia de «boa vida e boa morte» (aspiração decisiva, comumente partilhada) para os que observem as recomendações contidas no segmento que serve de sujeito sintáctico. Na expressão «boa vida e boa morte, que constitui o predicado do enunciado, o primeiro elemento — «boa vida» — condensa bem o que D. Francisco Manuel avança, em diferentes momentos, como o grande móbil que impulsiona a sua actuação de conselheiro: apontar aos casados as vias para uma vida «com maior comodo e descanso» (p. 39), com «honra e paz» (p. 53), «com gosto e quietação» (p. 57). O segundo elemento — «boa morte» — que aí figura não ocorre, ao longo do discurso, associado ao papel acabado de especificar para o primeiro. Projectado, então, mesmo no remate do discurso, e em articulação com «boa vida», ele obtém uma carga mobilizadora particularmente elevada, a que, seguramente, não é estranho o singu-

<sup>29</sup> Ver, mais adiante, 8.

<sup>30</sup> Não me ocuparei aqui de muitos aspectos relevantes da construção sintáctico-semântica das frases ou enunciados da carta — aspectos que valem bem um estudo demorado.

lar efeito que advém da circunstância de que, algumas páginas antes, o Autor qualifica a morte como «o mais importante negocio para os vivos» (p. 115).

No modelo de vida — ou da «casa» — defendido/proposto, avulta, como se pode verificar, alguma saliência para a componente 'económica'; no todo, porém, configura-se uma linha de 'mediania' ou de 'moderação',<sup>31</sup> vista como factor ou mesmo garantia de solidez, de proporção, de harmonia, de equilíbrio.

4.3. Preenchem ainda a sequência de fecho dois outros tópicos — também claramente marcados, como já indiquei acima, de uma feição de retrospectiva avaliativa que bem se enquadra no remate da carta —, que fazem eco de considerações de grande alcance, avançadas oportunamente ao longo da sequência nuclear. Por isso, a sua retoma vale não apenas como insistência — o que desde logo indicia a importância que o Autor lhes atribui — mas também como elemento que dá consistência ao discurso, que no seu termo, e assinalando-o, volta sobre si, enlaçando dimensões focadas em momentos já algo distantes no espaço discursivo.

4.3.1. O primeiro desses tópicos faz precisamente eco de considerações desenvolvidas pelo Autor — numa sequência introdutória à parte nuclear da carta (que analisarei em 5.1.) — sobre as 'vantagens' do estado de casado. Aí, e como prelúdio ao enfoque das grandes dificuldades e «perigos» que esse estado comporta, D. Francisco Manuel procurava inspirar ou inculcar serenidade e confiança a quem entra — e a quem já vive — nesse estado.<sup>32</sup> Traçado ao longo da carta esse quadro de dificuldades e «perigos», o Autor volta agora a esse rumo discursivo, procurando de novo evitar ou remediar desalento e desesperança. Reconhecendo embora como particularmente «difficultoso» esse quadro —

«Bem vejo eu, que se chegar a ser lido de alguma casada, ou casado, (e mais ainda dos que estiverem para o ser), acharão medonho este caminho, por donde pretendo guiallos á prometida casa do descanso; porque dirão elles, o estão vendo cheio de abrolhos e cautelas, que apenas parece poderá passa-lo a consideração, quanto mais a obra.» (p. 131)

---

<sup>31</sup> Ver, entretanto, 7., e, em particular, 7.2.

<sup>32</sup> Ver, mais adiante, 5.1.

— o Autor torna saliente, recorrendo ao estabelecimento de uma comparação/analogia com o que sucede «nas cartas de marear», que uma grande linha de orientação subsume todas as outras — de resto, antes reduzidas a «quatro principaes» —, correspondentes aos variados «avisos» avançados:

«Dir-lhe-hei a todas, que nesta *Carta* sucede o que nas cartas de marear, que quem as vir assi cruzadas de linhas e riscos, que se comem huns aos outros, parece que de tal confusão não póde haver quem se desempece; e na verdade não he assi; porque aquellas linhas todas são humas proprias, e apenas paixão de quatro principaes, mas para fazer mais facil o nosso uso, se multiplicão.

Quem com bom juizo considerar esta maquina de cousas, as verá tão semelhantes, atadas, e dependentes humas de outras, que não lhe parecerão muitas, mas huma só.» (p. 131)

Observo que já antes, e num momento de capital importância na consideração dos primeiros «particulares avisos» (a analisar mais adiante), o Autor havia recorrido a esta comparação/analogia, especificamente utilizada para elogiar «a pessoa advertida», que «em nada perigará».<sup>33</sup>

A grande linha de orientação atrás referenciada tem no seu cerne a consideração da mulher como o elemento central mas ao mesmo tempo como o fio mais frágil com que se elabora uma corda singular «de que está pendurada a honra, a vida, e salvação dos casados» — corda essa que urge «tecer, e torcer de muitos avisos e remedios» para que se não rompa «com as forças do vicio», que a ameaçam, convindo, assim, «fortifica-la de sorte, com tanta cautela e arte, que por mais que tire a ocasião, sempre se conserva sã e inteira.» (p. 131).

4.3.2. Fica também assim introduzido o segundo tema atrás (em 4.3.) referenciado, que visivelmente nos surge como manifestação de um tópico que recorre ao longo do discurso (na sua *sequência nuclear*) — sendo, então, plausível, porque pertinente, que ocorra no termo da carta. Trata-se da insistência por parte do Autor nas fragilidades ou fraquezas, e também «excessos», da mulher — a que se vincula a larga maioria dos «avisos» produzidos.

Por essa via, retoma também o Autor um outro eixo saliente do discurso, a saber, o da bondade ou mesmo excelência e do bem fundado dos

<sup>33</sup> Ver, mais abaixo, 6.2.2.

seus propósitos e da sua «doutrina»<sup>34</sup> — nomeadamente no que se refere às mulheres, a quem reitera apreço, “certificando-lhes” que não o moveu outra intenção «senão encaminhar tudo à sua estimação, regalo, e serviço» (p. 132). Seguramente, D. Francisco Manuel, nesta visão retrospectiva do seu escrito — que bem se enquadra, como assinalai, no termo da carta —, revela ter consciência de alguns excessos cometidos em relação às mulheres — ou, pelo menos, da crua dureza posta na abordagem de alguns temas que lhes dizem respeito. Dá também assim resposta a eventuais contradiscursos — de rejeição, recusa ou de reserva ou de resistência —, que presente/admite existirem e que convoca.<sup>35</sup> Mas, visivelmente também, mantém as suas teses — não sem esboçar nas palavras acabadas de transcrever um *acto de reparação*, que amplia através da promessa de um novo escrito em que deseja dar sobejas provas do seu apreço e das suas boas intenções:

«Mas se comtudo parecer ás mulheres excessivamente rigorosa esta minha doutrina, certifico-lhes que meu animo não foi esse, senão encaminhar tudo á sua estimação, regalo, e serviço.

E porque assi se veja mais certamente, haja quem queira de mi outra *Carta* para as casadas; e então se verá quão bem avogo por sua parte, quando pello que aos maridos deixo dito, as mulheres se não dem por satisfeitas.» (p. 131-2)

Tal acto de reparação surge claramente como uma tentativa de repor um equilíbrio rompido pelo teor de algumas das suas considerações, o que vale como mais uma manifestação de cortesia/delicadeza, mas não menos como um momento ao serviço — ainda — da acreditação/credibilização do Autor.

4.3.3. Não terá passado despercebido o dinamismo que percorre os passos transcritos no número anterior: neles se nota com nitidez a presença de *movimentos dialogais*, em que se incrustam *movimentos argumentativos*. Uns e outros trazem ao discurso uma vincada feição interactiva — marcando-o, e à significação por ele carreada, como *co-construção* — o que é particularmente evidenciado pela *conjugação e/ou junção* das vozes do Autor

---

<sup>34</sup> Este eixo do discurso será analisado em 6.2.

<sup>35</sup> Ver a sequência da exposição.

e dos destinatários que aí tem/têm lugar.<sup>36</sup> Os primeiros constituem-se ainda em *elementos* ou *operadores de composição discursiva*, pelo papel de organização que também desempenham no desenrolar do discurso.<sup>37</sup>

Os movimentos argumentativos postos em acção nos passos em referência desenvolvem-se em dois momentos subsequentes, mas interligados. O primeiro arranca, no segmento introduzido por «Bem vejo», com uma concessão a um contradiscurso (explicitamente convocado), que se apoia num argumento fornecido em relato de discurso (marcado em «dirão»), e encerra com a correlativa contra-argumentação, introduzida por «Dir-lhe-hei a todas...» — expressão que bem evidencia o dinamismo dialogal-interactivo que percorre os passos em análise. Mas este movimento de contra-argumentação vê-se prolongado e matizado no passo seguinte, mercê da invocação que é, entretanto, feita de um quadro hipotético (marcado na condicional introduzida por «se»), em que, de novo, é desenhado um contradiscurso admitido como plausível, a que o Autor reage de modo mais categórico, protestando — com a força própria do verbo ilocutório “certificar” actualizado em uso performativo — a bondade (ou mesmo a excelência) dos seus propósitos. Ampliando e aprofundando ainda este seu *compromisso* com a bondade/excelência dos propósitos perseguidos, o Autor vai ao ponto de desenhar um outro — que matiza de uma forte tonalidade de desafio lançado a todos, a começar por si mesmo (Cf. «e então se verá...») —, que definitivamente dê por garantida/comprovada essa mesma bondade/excelência dos propósitos que o animaram.<sup>38</sup>

4.3.4. A obra remata com a indicação do local e data da elaboração da carta, e a assinatura, já acima (em 1.1.) referenciados como elementos típicos do final ou fecho do discurso do género epistolar.

---

<sup>36</sup> Quero observar que este carácter, que ostenta o discurso, de *objecto co-construído* não se esgota nos aspectos focados; em conjunção com outros, que podem mesmo não ter manifestação visível, eles perfazem ou preenchem em bloco uma condição consubstancial a todo e qualquer produto verbal, dele verdadeiramente constitutiva, que, em estudo anterior, designei de *dialogismo profundo do discurso* — a que pode, com vantagem, ser referida a *co-construção* que sempre nele se dá. Ver FONSECA, J. — «Heterogeneidade na língua e no discurso», in FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto (Coleção Linguística/Porto Editora, n.º 5), 1994. Ver também a sequência da exposição.

<sup>37</sup> Ver, mais adiante, 8.

<sup>38</sup> Os movimentos argumentativos operantes no discurso em análise serão considerados ao longo de 11.

4.3.5. A análise proposta deixa ver a individualidade própria e o funcionamento específico da *sequência de fecho* — que se constitui, tal como vimos acontecer com a *sequência de abertura*, em *lugar textual-discursivo* de grande valor estratégico no todo da obra.

5. A *sequência nuclear* do discurso desenvolve-se entre as páginas 37 e 131. A orientação discursiva que a marca — e que marca também a configuração global da carta, pois tal macroestrutura representa a sua parte central — foi já cima, em 2., sumariamente apresentada como consubstanciada num *macroacto ilocutório de conselho*.<sup>39</sup>

Importa ter presente que este macroacto deve ser tomado como complexo integrador de outras e matizadas dimensões significativas que são construídas no discurso. Todas elas se organizam, na verdade, em torno do objectivo central que é o de *orientar e instruir*.

Cabe a este propósito assinalar devidamente que os exemplos ou ‘casos práticos’ que o Autor põe à consideração ao longo da obra se apresentam como instrumento precioso para a consecução de tal objectivo — pois que trazem consigo uma perspectiva concreta, ‘aplicada’, e, ao mesmo tempo, fornecem testemunho sólido da justeza das posições assumidas por D. Francisco Manuel. Ambos estes aspectos são particularmente relevantes na ordem da acção persuasiva que o Autor desenvolve no e pelo discurso.

5.1. Abre esta longa sequência o primeiro enunciado do primeiro parágrafo da página 37, já atrás citado,<sup>40</sup>

«Ora assentamos que...»,

em que «Ora» marca uma *mudança de cenário ou quadro discursivo*, obtendo por esse valor um papel de estruturação ou de organização<sup>41</sup>, e em que «assentamos» assinala o estabelecimento de um ponto de partida ou base para a progressão do discurso, valendo, pois, igualmente como elemento organizador.

---

<sup>39</sup> Para a análise deste macroacto e questões conexas, ver, como já acima indiquei, 10.

<sup>40</sup> Não se estranhará que ao longo da exposição por vezes retome segmentos citados antes; essas retomas são devidas ao facto de a análise seguir perspectivas matizadas ou mesmo diferentes, embora complementares.

<sup>41</sup> Encontrámos já, no início da *sequência de fecho*, um «ora» com este mesmo valor. Ver 4.

5.1.1. Este ponto de partida especifica um estado de coisas dado por adquirido, ou como verdade geral, logo, comumente aceite — o de que toda a mudança ocasiona ou activa resistências, fundadas em medo ou receio. É sobre esse dado que o Autor assenta o ponto básico cuja consideração pretende introduzir de imediato, a saber, a conveniência — se não mesmo a necessidade — por parte dos que se decidem/decidiram a casar, de vencerem as resistências à (ou o receio da) mudança, que a entrada em tal estado acarreta.

Vários argumentos são, então, avançados pelo Autor em ordem a que tais resistências ou receios sejam vencidos. Entre todos, sobressai o que advém da consideração das ‘vantagens’ do estado de casado — mais exactamente, o estado dos que não são «mal casados» — em relação ao estado de solteiro:<sup>42</sup>

«Quer V. M. ver quão leve he a carga deste modo de vida que toma? Meça-a com o peso de essoutra vida que deixa.

Ponha, Senhor N., em balança a inquietação passada; os perigos, os desgostos, a desordem dos affectos, aquelle temer tudo, não fiar de nada, o queixume que doe, a vingança que arrisca, a ruim lei que desespera, os ciumes que abrasão, os amores que consomem, a honra em ocasião, a saude diminuida, a vida arriscada; e o que he mais, a consciencia sempre queixosa.

[...]

Em verdade, que quando o casamento não trouxera outro algum bem mais que livrar de tantos males, justamente merecia o nome de santa e doce vida.» (p. 38)

Mas D. Francisco Manuel não se contenta com este louvor do casamento pela negativa, ou seja, por aquilo de que os casados “se livram”, investindo agora, num novo movimento argumentativo, no louvor pela positiva:

«Pois vejamos o que se lhe dá a hum casado, a troco dessa liberdade que elles tanto allegão que deixão.

Dá-se-lhe outra; entrega-se-lhe a mulher, com a liberdade, com a vontade, com a fazenda, com o cuidado, com a obediencia, com a vida, com a alma.» (p. 38)

---

<sup>42</sup> Já vimos, em 4.1., que o segmento agora em análise encontra eco na *sequência de fecho*.

Os elementos aqui arrolados servem a conclusão, expressa no modo assertivo positivo forte correspondente à pergunta retórica de polaridade negativa

«Quem pezará o que deixa com o que recebe, que logo não conheça os ganhos desta troca?» (p. 38)

— que veicula, como forma subtil de potencializar a persuasão intendida, a convicção por parte do Autor de que os destinatários não podem senão ficar convencidos.

Torna-se aqui particularmente nítida a perspectiva masculina com que o Autor enfoca o casamento — perspectiva que será, como já deixei apontado, exclusiva em todo o discurso. Mas alcança igual nitidez a imagem desfavorecida da mulher que nesse mesmo passo é traçada, surgindo aí o marido como seu verdadeiro “senhor” — como, noutros momentos, será declarado «senhor» da «casa». Independentemente disso — e ainda da visão ‘economicista’ do casamento, tomado como ocasião de ‘trocas’, ‘perdas’ e ‘ganhos’ —, interessa focar que os movimentos argumentativos referenciados servem particularmente o desenho de uma orientação discursiva local que vem a ser a de não apenas incitar os que estão prestes a entrar no estado de casados a vencer os receios da mudança, mas sobretudo inspirar-lhes serenidade e confiança.

5.1.2. Este último propósito revela-se extremamente relevante na ordem do discurso, pois que os conselhos/«avisos»/«advertencias» — e as considerações que os acompanham — que se seguirão traçam para o casamento um quadro ou um percurso «difficultoso», cheio de «perigos». Ao ter este cuidado, D. Francisco Manuel dá certamente prova de grande sensibilidade, mas não deixa também, por outro lado, de procurar preparar o espírito do(s) destinatário(s) da carta para o teor delicado e não raro grave para alguns dos actores discursivos convocados de muitos momentos do seu escrito. Ver-se-á com razão aqui — também pela confiança que com tal atitude suscitará da parte dos destinatários — um prolongamento tanto da acreditação procurada antes pelo Autor quanto da sua tentativa, também antes ensaiada, de alargamento do espaço de manobra para a acção discursiva (aspectos a que já me referi como constituindo dimensões destacadas da *sequência de abertura*).

Reconhece-se, assim, a pertinência das considerações que tece, e não é por acaso, antes justificadamente, que o Autor volta, na sequência de

fecho (já trás, em 4., analisada), a esse incitamento à serenidade e confiança, depois de consumados, em largas páginas, aqueles «avisos» e recomendações.

5.1.3. Depois de apresentar observações atinentes à «futura felicidade dos casados» — nomeadamente, a que respeita à «proporção do casamento», a que dá grande importância —, o Autor decide passar a «alguns mais particulares avisos», catalogando essas observações de « cousas muito geraes » e de que todos, mesmo «os incapazes», têm conhecimento:

«Mas porque estas cousas são muito geraes, e ainda os incapazes tem dellas o conhecimento que aos entendidos lhes sobeja, he tempo de passar a alguns mais particulares avisos.» (p. 39)

É notória a índole metadiscursiva, orientada para a organização do discurso, do enunciado transcrito — introduzido, de resto, por um «mas» que assinala precisamente uma *mudança de cenário* ou *quadro discursivo*.<sup>43</sup>

5.2. Nos números que seguem, mais do que acompanhar *pari passu* o desenrolar do discurso desta extensa parte da carta, cuidarei de pôr em destaque as linhas mais salientes que o enformam. Tal dará também ocasião a que a análise se alargue, quando oportuno, ao todo do discurso, reenquadrando ou matizando elementos descritivos já avançados nos números anteriores, respeitantes tanto à sequência de abertura como à sequência de fecho.

Não deixarei de referenciar que, como atrás aponte já, os «avisos», e as considerações que os acompanham ou lhes estão subjacentes, que fundamentalmente se encontram nas páginas *da sequência nuclear*, agora em foco, permitem levantar um quadro de costumes, usos e valores, que dão testemunho do contexto histórico e sociocultural em que surge a obra.<sup>44</sup>

6. Começarei por destacar o relevo e a omnipresença que obtém na sequência nuclear a *estratégia de acreditação/credibilização* já afirmada, como vimos, desde o início da carta e, como vimos também, manifestada com a mesma ênfase na sequência de fecho.

---

<sup>43</sup> Valor que já vimos actualizado em «ora», em segmentos também de natureza metadiscursiva como os referenciados acima, em 4. e 5.1.

<sup>44</sup> Ver, acima, a Nota 2.

Compreende-se esta preocupação e que ela seja recorrente nesta parte da carta onde se situam, na sua quase totalidade, os «avisos» e, logo, as avaliações — negativas, as mais das vezes —, as atitudes críticas e as grandes propostas, revelando-se ao Autor conveniente suportar ou apoiar adequadamente uns e outras imediatamente com o peso da sua credibilidade. Para além do mais, estes posicionamentos vão muitas vezes contra a corrente dominante, contra situações estabelecidas, e atingem não raro acentuada dureza — o que leva a prever resistências, recusas ou rejeições, em suma, contradiscursos, a que importa reagir no sentido da sua anulação.

Escusado será salientar que a acreditação visa, em primeira e última instância, a eficácia persuasiva do discurso. Nesse sentido vai inequivocamente a procura por parte do Autor de legitimidade e de credibilidade, que (como já deixei escrito acima, em 3.1.4.) corporizem, e dêem visibilidade a, uma *autoridade* inquestionável e preparem e potencializem o exercício dessa mesma autoridade. Mas tal procura engloba ainda a obtenção e o alargamento e reforço da confiança dos destinatários, pois isso é igualmente fundamental num discurso de orientação como o que nos ocupa. Trata-se, enfim, da construção do Autor enquanto figura ou ser do discurso — de que há que fazer passar uma imagem favorável, a jogar como trunfo decisivo num *exercício de sedução* dos destinatários, que abarca, a um tempo, a captação não apenas (e como acabei de referir) da sua confiança, mas também do seu interesse e da sua benevolência (a que, de resto, e como oportunamente apontarei, alude, directa ou indirectamente, em vários momentos).<sup>45</sup>

Importa, entretanto, deixar observado que esta cuidada estratégia de acreditação está sobretudo ao serviço de um outro objectivo, mais global e incisivo, que focarei adiante, em 10.11..

6.1. Vimos já (em 3.1.1.-3.1.4.) o significado e o alcance que obtém neste domínio a circunstância de o discurso de orientação que preenche a carta ser apresentado como produzido a solicitação expressa.

---

<sup>45</sup> Ver, acima, 3.1.1.-3.1.3., e, em particular, as considerações (que fecham as que são desenvolvidas naqueles números) contidas em 3.1.4. sobre o *contrato fiduciário* instituído no e pelo discurso e os aspectos relevantes daí provenientes para a produção discursiva em análise.

Entretanto, ao longo do discurso, o Autor projecta situações em que é rogado a dar a sua opinião, a resolver dúvidas, a dar resposta a perguntas. Tal estratégia — que projecta *movimentos dialogais*<sup>46</sup> — traz também ao discurso um acentuado dinamismo, pelo reforço da sua feição interactiva (sendo que nele entram, por essa via, variados actores), e constituiu-se ainda em procedimento para a obtenção de variedade na introdução de tópicos ou subtópicos.<sup>47</sup> Nalguns casos, o Autor delega a sua resposta ou opinião num ou noutra daqueles actores discursivos. Leiam-se os seguintes passos:

«Vejo que já me estão perguntando como se houverão em o trato dos frades? Responderei com a resposta de bom cortezão, ou aconselharei o seu conselho. Dizia este, sendo assi perguntado: «Olhai, eu sou amicissimo dos frades; se não são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que sejam peores; se são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que o não sejam; de sorte que sempre os amo, e sempre os escuso».

Outro, mais escrupuloso, dizia que em quatro partes lhe parecião bem os religiosos; altar, pulpito, confessionario; e perguntando-lhe qual fosse o quarto logar? respondeu: «pintados»» (p. 81)

«Dias ha que me perguntou hum fidalgo sisudo, casado de poucos tempos, a que hora seria conveniente se recolhesse á noite para casa. Lembra-me que lhe disse, que essa hora daria o amor, ou occupação, e não o relógio; mas elle, não satisfeito, fez que discorressemos naquelle ponto.» (p. 103)

6.2. Momento capital da estratégia de acreditação do Autor reside no apreço, de modo recorrente, a bondade dos propósitos que o animam.

6.2.1. Como já apontei oportunamente, tal fica caracterizado em diferentes ocasiões, visando genericamente o Autor «apontar regras á vida dos casados, para que levem suavemente aquelle jugo que sobre ambos descansa» (p. 97), desenhar-lhes as vias para «o repouso de hum honrado casamento» (p. 37), para uma vida «com maior comodo e descanso»

<sup>46</sup> Ver, acima, 4.4. e, mais adiante, 8.1.8. e 11.2.

<sup>47</sup> Sobre o assunto, ver RODRIGUES, M. C. Carapinha — «A sequência discursiva pergunta-resposta», in FONSECA, J. (Ed) — *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português. — Tomo II*, Porto (Coleção Linguística/Porto Editora, n.º 9), 1998 (p. 11-220).

(p. 39), com «honra e paz» (p. 53), «com gosto e quietação» (p. 57), e também para uma «boa morte» (p. 132).

Mas há uma orientação básica que preside a — logo, domina — estes bons propósitos: ela fica bem assinalada logo na parte introdutória à sequência nuclear<sup>48</sup>, onde D. Francisco Manuel escreve que «a carga do casamento» — que, apesar de tudo, é «ligeira»<sup>49</sup> — «nos parece grande», não porque «o peso do casamento» “exceda” «nossas forças», antes porque lhe «falta as mais das vezes nossa prudencia para que o sustente» (p. 38).

Neste quadro, é absolutamente pertinente o elogio tecido com ênfase ao homem prevenido, à «pessoa advertida», como apontarei já de seguida.

6.2.2. Convém, entretanto, assinalar que no centro da bondade dos «avisos» e conselhos, D. Francisco Manuel põe a resposta que com eles pretende dar aos «perigos» que espreitam as mulheres — «perigos» esses que se originam nas suas fragilidades (incontornáveis, segundo dá a entender: «Criou-as Deos fracas»... (p. 74)) e em certos «excessos» — e daí ameaçam atingir a vida dos casados. De facto, é largamente na busca de remédio e sobretudo de prevenção para estas fragilidades e excessos — e para o que delas, na sua perspectiva, deriva — que o Autor se empenha.

Isso mesmo é focado em diversos momentos, em que essas «imperfeições» se apresentam consubstanciadas em «varios generos de ruins qualidades», que são passadas em revista.

Perante estes «perigos», há que usar de muita atenção e «prudencia», sendo que o Autor se envolve numa larga e continuada acção educativa (em cujas virtualidades D. Francisco Manuel muito acredita<sup>50</sup> — sem o

---

<sup>48</sup> Ver, acima, 5.1.

<sup>49</sup> Convém atentar em que a presente perspectiva do estado de casado se compreende à luz da orientação discursiva local, que é a de inspirar serenidade e confiança a quem nele entra. Na verdade, o quadro que depois vai ser traçado é genérica e especificamente visto como ‘pesado’, ou mesmo como particularmente ‘pesado’ — para os que não saibam precaver-se dos «perigos» ou «riscos» que poderão correr.

<sup>50</sup> As virtualidades da acção educativa — sobretudo quando desenvolvida desde/em os mais tenros anos — são muito enfaticamente sublinhadas por D. Francisco Manuel quando considera o caso de «O homem que casa com mulher de pouca idade». Escreve, então:

«Hum leão em pequeno se amansa; aos proprios ferros da gaiola em que vive preso, toma a affeição hum passarinho, sendo aquelle por seu natural feroz, e este livre. He a criação outro segundo nascimento; e se em alguma cousa difere do primeiro, he só em ser mais poderoso este segundo.» (p. 41).

que a própria carta, no seu todo, não faria qualquer sentido)<sup>51</sup>, que comete fundamentalmente ao homem — visto como o «senhor» da «casa» e não menos da mulher<sup>52</sup> —, que deve estar sempre vigilante:

«Bem se vê que não basta prantar a murta no jardim, por de melhor casta que ella seja; para que o adorne, faça figuras, e labores agradaveis, he necessario torcer-lhe ás vezes os raminhos, e outras cortar-lhe as vergontas; e com tudo nada aproveita, se perpetuamente o jardineiro a não toza e cultiva, porque veceja muito.» (p. 49-50)

Essa acção educativa — que é tomada (como o passo acabado de transcrever mostra) como tão necessária quanto legítima — apresenta uma índole correctiva ou remediadora, mas sobretudo preventiva,<sup>53</sup> o que fica bem salientado através de uma comparação com o que deve também passar-se no domínio da saúde, comparação que é formulada com a ênfase própria da pergunta retórica:

«Quem duvida se deve muito maior agradecimento ao medico que nos dá regras para não perder a saude, que ao que nos dá mezinhas para que, depois de perdida, possamos cobra-la?» (p. 101)

Em vários outros passos, D. Francisco Manuel vinca bem o valor da acção preventiva, ou da «prudencia».<sup>54</sup> Utilizando, implicitamente, um *topos* argumentativo que hoje traduziríamos no provérbio “Homem prevenido vale por dois”, o Autor põe muitas vezes em foco esse valor. Vejamos um dos casos, em que sobressai, através de comparação/analogia feliz em que aproxima a situação em referência com a ‘arte de marear’ e os mapas aí utilizados como auxiliares preciosos:<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> Há, porém, situações em que essa crença nas virtualidades da acção educativa se mitiga ou mesmo se apaga — aspecto que o Autor deixa anotado logo no início dos seus «mais particulares avisos» referentes às «ruins qualidades» das mulheres: «mas nem por isso se espere que de todas se consiga a melhoria» (p. 43)

<sup>52</sup> Ver, acima, 5.1.1.

<sup>53</sup> Uma outra orientação da acção educativa — a de incitamento à perseverança no bem, quando o haja — será considerada mais adiante.

<sup>54</sup> Ver também o último dos passos transcritos e comentados em 8.1.3.5. — passo em que expressivamente é feito o louvor do «prudente» (aí, numa situação particular, em contraste com o «cioso»).

<sup>55</sup> Comparação/analogia a que o Autor recorrerá, mais tarde, na *sequência de fecho*, como já ficou apontado em 4.3.

«Tudo ha no mundo, donde em nada perigará a pessoa advertida. Verá V. M. nos mappas por que se governão os mareantes, notados com tanta diligencia os baixos de que se hão de guardar, como os portos adonde devem de ir a surgir.» (p. 49)

No mesmo sentido vai o seguinte passo, em que o Autor se serve da comparação/analogia com os perigos ligados aos incêndios:<sup>56</sup>

«Senhor N., olhe V. M. quando o fogo anda na coitada, varrem-lhe muito bem os caminhos, que não fique palhinha, nem aresta, nem argueiro, e isto a fim de que não salte de hum arvoredado em outro, por meio daquelles nadas em que se atea.

Estas sevandilhas pequenas, estes argueiros, estas palhinhas, estas arestas, são ás vezes causa de grandissimos incendios. Ande, Senhor meu, a casa de V. M. bem limpa e bem varrida, que além de ser grande asseo, he grande descanso.» (p. 51-2)

6.2.3. A acreditação do Autor é ainda procurada mediante uma outra atitude de base a respeito da mulher — atitude essa com que compensa ou repara aspectos penalizantes, procurando com isso o Autor dar uma imagem de sensibilidade e de equilíbrio e pôr em relevo a bondade dos propósitos de que está animado. Respeita essa atitude ao louvor das «boas mulheres», da «mulher honrada», o que fica muito enfaticamente contido no passo seguinte:

«Tendo, Senhor meu, mostrado a V. M. assi humas sombras dos perigos e inconvenientes que causão as mulheres com algumas de suas imperfeições, hei como dito a V. M. os descansos, os contentamentos, que trazem consigo as boas. Elles são tantos, que na verdade se não podem dizer.

Não ha na eloquencia louvor que não venha estreito para a mulher honrada: assi a deve de tratar seu marido como penhor celestial.» (p. 49)

Na seqüência deste passo, D. Francisco Manuel insiste uma vez mais na bondade dos seus propósitos, nomeadamente a respeito das mulheres, escrevendo:

«Para a conservação desta honra e desta mulher, em que ella tanto estriba, irei assi apontando a V. M. algumas cousas, as quaes não servem aprendidas, senão usadas, e usadas muitas vezes.» (p. 49)

---

<sup>56</sup> Sobre as comparações presentes no discurso, ver, em particular, 11.6.

E, no *lugar textual-discursivo* particularmente estratégico que é a sequência de fecho, volta a insistir em pontos idênticos, sublinhando (como já tive a oportunidade de comentar acima, em 4.3.-4.4.):

«Mas se comtudo parecer ás mulheres excessivamente rigorosa esta minha doutrina, certifico-lhes que meu animo não foi esse, senão encaminhar tudo á sua estimação, regalo, e serviço.» (p. 131-2)

6.3. Outro momento também decisivo na estratégia de acreditação do Autor que venho analisando é o que se realiza na igualmente recorrente afirmação do bem fundado do posicionamento crítico e das recomendações avançadas. E aqui avulta a valorização insistentemente procurada, por um lado, da experiência, e, por outro, da razão, mas não menos (e convém acentuá-lo devidamente, dado o alcance que obtêm) de três outros parâmetros — o da verdade, o dos desígnios de Deus e o dos desígnios da (ou a confirmação dos primeiros pela) natureza, desígnios esses tomados como vincadamente impositivos.

6.3.1. A valorização da experiência, que já foquei acima em 1.2., fica claramente explicitada em diversos outros momentos, como o testemunham os passos seguintes, sendo reveladora a insistência com que se verifica a *colocação* da palavra «experiencia» com o verbo «mostrar»:

«E na verdade assi he entre os bons casados; e os rifões, Senhor N., sentenças são verdadeiras, que a experiencia, summa mestra das artes, pronunciou pelas bocas do povo.» (p. 43)

«Mas tornando ao fausto e escusado adorno das criadas, mostra bem a experiencia os danos que este costume traz comsigo.» (p. 56)

«A experiencia mostra alguma vez que esta regra não he infalivel; com tudo se tem por certo sinal de hum bom espirito, ter inclinação para todas as cousas boas.» (p. 67)

«Isto era o que eu cuidava; mas não he isto o que hoje creio, nem o que aconselharei a meus amigos; antes me tem mostrado a experiencia e maior observação, que alcancei com os maiores annos e com os novos casos, que contra esse mesmo amor e legalidade, que á mulher propria se deve, irá aquelle que lhe fiar segredos e paixões á sua capacidade aventajados.

Parece-me a mim agora isto como quem põe meada grande em doba-doura pequena, que em lhe puxando pello fio, traz o fio a meada e a doba-doura tudo a terra.» (p. 123)

Ter-se-á reparado, neste último passo transcrito, na 'mudança de posicionamento' que trouxe uma reflexão apoiada na «experiencia» e «maior observação», saídas «dos maiores annos» e da consideração atenta de «novos casos».

Na vasta gama de «avisos» — que cobrem aspectos muito diversificados da vida conjugal, familiar e social, atingindo mesmo a esfera do moral e do religioso —, haverá seguramente, no entanto, domínios em que o Autor não poderá invocar a sua experiência directa. Cria-se deste modo alguma fragilidade na legitimidade da sua intervenção crítica e da sua acção directiva. Disso mesmo tem consciência D. Francisco Manuel, que convoca — umas vezes, implicitamente, outras, de modo explícito — contradiscursos desse teor, para os anular. É o que acontece aquando dos seus pronunciamentos sobre os filhos — trazendo, então, o Autor à consideração um contradiscurso que focaliza a sua falta de experiência nessa área, contradiscurso esse a que reage com grande agilidade:

«Dirão a isto os pais, que os que o não são, não podem dar regras a seu amor. Elles dirão o que quiserem, mas eu não direi outra cousa; e todos sabem que muito melhor conhece os lanços do jogo aquelle que o vê, que aquelle que o joga.» (p. 94)

6.3.2. Por sua vez, a razão surge também como um grande parâmetro de referência valorizado pelo Autor:

«De huma e de outra cousa não faltão bons e máos exemplos; mas eu, que sou mais amartelado da razão que do caso, direi com alguma novidade o que se me offerece.» (p. 42)

«[...] a razão pede huma continua igualdade na casa do homem sisudo.» (p. 58)

«Ó Senhor N., eu me fundo em razão.» (p. 74)

«avogo pela razão, que obriga, desengana, e manda a quem quer ter bons criados, que lhe queira ser bom senhor.» (p. 109)

«E assim, se houvessemos de medir pela razão este negar, ou fiar segredos, diria que as paixões proprias erão, e são, dignas de lhes serem comunicadas.» (p. 123)

6.3.3. Como acima deixei apontado, há ainda três outros parâmetros que são valorizados na tentativa procurada de marcar o bem fundado das posições do Autor.

6.3.3.1. O primeiro é o da verdade — levando D. Francisco Manuel a declarar expressamente:

«Eu sou amigo da verdade...» (p. 117).

Mas, independentemente desta declaração expressa, a preocupação do Autor com a verdade transparece ao longo da carta como decorrência, ou imposição, do acima, em 3.1.4., referenciado *contrato fiduciário* que suporta decisivamente o discurso.

6.3.3.2. O segundo daqueles três parâmetros constitui uma verdadeira petição de princípio, a saber, a proclamação de que «o homem em tudo á mulher [he] superior» (p. 38). Este posicionamento é prenhe de conseqüências ao longo do discurso, enformando de base o modelo do real que D. Francisco Manuel revela advogar. Efectivamente, muitos dos «avisos» que fórmula (que, por isso mesmo, se revelam penalizantes para a mulher) assentam nesse ‘princípio’, que se prolonga mesmo pela afirmação, explícita ou implícita, de um estatuto de dependência que lhe é atribuído — primeiro, no seio da família originária, como filha; depois, como esposa, colocada em plena submissão ao marido, cujo poder ou autoridade sobre toda a «casa» é recorrentemente encarecido/a como condição básica para a honra, a harmonia e a solidez do agregado familiar. O Autor chega mesmo a dirigir expressamente ao homem/marido alguns «avisos» no sentido de este não dar ocasião a qualquer momento que indicie sequer a admissão de uma ‘igualdade’ entre si e a mulher, como acontece no seguinte passo, cujo conteúdo tem muito de insidioso:

«Não venho em que com a molher se litigue, *que he conceder-lhe huma igualdade no juizo e imperio, cousa de que devemos fugir.*» (p. 48)

Essa generalizada superioridade do homem em relação à mulher que D. Francisco Manuel postula percorre, como anotei acima, bom número de aspectos para ela penalizantes, e habilita mesmo o Autor à preconização de

castigos,<sup>57</sup> alguns deles de natureza muito particular, como, por exemplo, os que ficam apontados, em formulações de grande dureza, no trecho seguinte:

«Ha não poucas mulheres proluxissimas e de condição impertinente, cuja demasia de ordinario descarrega sobre os criados, a quem são insupportaveis; [...] Convém que a estas taes se lhes aperte o freio, se lhes dê pouca mão no governo, e como a pessoas feridas de mal contagioso, as sirvão e ministrem ao longe, ouvindo-as pouco, e dando-lhes a ouvir menos. Mostrem-se-lhes por experiencia os frutos de sua condição, faltando-lhes talvez com o serviço necessario; porque se com este garrote não tornão em si, são por outro modo de difficultoso remedio;» (p. 45-6)

6.3.3.3. O parâmetro que venho analisando articula-se com um outro — o da invocação dos desígnios de Deus e dos desígnios da (ou a confirmação dos primeiros pela) natureza. Ele serve, nomeadamente, e de modo imediato, para suportar a posição do Autor a respeito da questão, salientemente tratada ao longo do discurso, da honra do marido, tomada no primeiro dos aspectos que nela D. Francisco Manuel inclui, ou seja, o da fidelidade da mulher — referenciada em «a lei devida á honra de seus maridos», que a mulher pode fazer perigar por «sua descontinencia» (p. 53).

Aqui — e tem interesse anotar que se trata do primeiro dos «particulares avisos» avançados na carta —, o Autor invoca precisamente a realidade incontornável, e por isso mesmo imperiosa, da natureza e ainda os desígnios divinos, igualmente imperiosos (a que acrescenta «o mundo» e «o medo», aludindo a outras forças, provavelmente tidas como derivadas daquelas primeiras, actuantes no domínio em apreço), para sustentar o que toma como expectativa óbvia — logo, não credora de qualquer mérito —, a saber, justamente a fidelidade “devida” pela mulher ao marido. Vamos ler:

«Cuidão, com falso discurso, algumas mulheres, que como ellas guardem a lei devida á honra de seus maridos, em tudo o mais lhes devem elles de soffrer, quando ellas quizerem que lhes soffrão.

He este hum mero engano, por duas razões: a primeira, porque nada se lhes deve ás honradas de guardarem a obrigação em que Deos, a natureza, o mundo, o medo as tem posto.» (p. 44)

---

<sup>57</sup> Justo é, no entanto, referir que noutros momentos o Autor recomenda que «se deve usar com ellas [as mulheres] de brandura e cortezia» (p. 58)

Antes de avançar a segunda das «duas razões»,<sup>58</sup> o Autor junta o relato de um caso particularmente ilustrativo da posição que defende:

«Lembra-me que estando em Madrid, tinha huma vizinha muito braba, que peleijando hum dia, como sempre fazia, não cessava de dizer ao marido, e com verdade: «Hermano, soy muy honrada»; e elle respondia-lhe: «Pues anda a Dios que te lo pague, que a mi cuenta no está el pagarlo, quando lo seas, sino el castigarlo, quando no lo seas.»» (p. 44)

Noutros momentos, o Autor volta a insistir no valor que atribui às «cousas naturaes» como guia de reflexão. Entre todos, é ilustrativo o que fica vazado no passo seguinte:

«Valho-me sempre das cousas naturaes...» (p. 90)

6.4. Na matizada estratégia de acreditação do Autor, que venho analisando, muito vale a adopção que D. Francisco Manuel faz (e que procura legitimar convenientemente) do que já acima (em 3.1.2.) introduzi como *princípio de transparência*, que tacitamente o habilita a ‘tudo dizer’ — embora, naturalmente, e como já tive a oportunidade de registar, no quadro exigente de uma plena responsabilidade e de uma grande confiança entre o Autor e o(s) destinatário(s) da carta.

Assinalarei, antes de tudo, que é, de um modo geral, sob a protecção desse princípio que D. Francisco Manuel se aventura no domínio da orientação, indo até à consideração de muitos aspectos de índole mais reservada da vida conjugal e familiar. Por outro lado, a adopção desse princípio conduz a uma grande abertura e liberdade, habilitando o Autor a tomar alguns posicionamentos explícitos, por certo ousados, em várias «materias»-sobretudo nas que se revelam penalizantes para a mulher: haja em vista a acima referenciada afirmação da superioridade do homem em relação à mulher, a preconização de atitudes e comportamentos extremos — como o dos castigos a infligir-lhe, como apontei em 6.3.3.2. —, o elencar de um extenso rol de «ruins qualidades» que lhe são atribuídas, a defesa da sua inteira e incondicional submissão ao marido.

Essa mesma abertura e liberdade que ao Autor vem daquele princípio habilita-o ainda à aceitação e mesmo recomendação do recurso a «artifícios» ou ‘fingimentos’ enquanto estratagemas a usar como auxiliares pre-

---

<sup>58</sup> Ver, adiante, 8.1.3.4., onde o passo em análise será retomado na íntegra.

ciosos para alcançar um viver e conviver «com gosto e quietação» ou, mais genericamente, para potencializar virtualidades positivas e contornar dificuldades. Leiam-se os seguintes dois passos (o segundo foi já transcrito e utilizado no número imediatamente anterior):

«Se admitissemos para entre os casados algum artifício, dissera ser boa regra para a mulher mostrar-lhe que com o marido podia tudo, sem que pudesse realmente mais do que fosse razão.» (p. 58)

«Leve-a pella vaidade de grande governo; mostre espantar-se do muito a que chega sua industria.» (p. 64)

O recurso a «artifícios» ou ‘fingimentos’ é também recomendado à mulher — e não apenas ao homem —, como se pode ver da leitura do passo seguinte, em que o Autor manifesta grande adesão a tais procedimentos por parte da mulher:

«Ó como folgo de ver huma mulher ignorar aquillo que não he razão saber, mas que verdadeiramente o saiba!» (p. 75)

Esses estratagemas (isentos, no entanto, agora de qualquer dimensão de ‘fingimento’) abarcam também o que mais exactamente constitui jogos de sedução que o homem deve desenvolver junto da mulher — como «hum namorar a mulher» (p. 42) —, como o passo seguinte (se bem que imediatamente vinculado à consideração de uma situação particular) testemunha:

«Este afago tambem deve ser discreto, repartindo-o igualmente por obras e palavras: o vestido quando se não pede, o brinco que se não espera, a saída em que se não cuida, hum não sair de casa huma tarde, hum recolher mais cedo huma noite, (e se disser hum levantar mais tarde huma manhã, não mentirei), farão logo chanissimo o caminho para aquelle esquecimento ou desvio dos pais, quando ao marido lhe convenha.» (p. 42)

Observe-se, entretanto, que a recomendação do recurso a «artifícios» não significa que D. Francisco Manuel advogue — aqui ou noutro qualquer momento da carta — uma vida de casados marcada por artimanhas. Antes pelo contrário, entende que ela deve ser dominada por uma grande «confiança» entre os esposos:

«porque os alicerces da confiança do casado devem-se de lançar no credito, e não no artifício.» (p. 104)

— aspecto que se vincula ao encarecimento que, como já deixei apontado, em diversos momentos faz o Autor do amor conjugal, e também do respeito mútuo que se devem os casados. No seu todo, os «artifícios» recomendados constituem-se em *estratagemas de sedução*, ao serviço da boa harmonia entre os casados, do bom viver e conviver.

6.5. Junta-se aos aspectos estudados da estratégia de acreditação o que respeita à assunção pelo Autor de uma atitude, calculada pelos dividendos que traz, de modéstia.

6.5.1. Tal atitude é manifestada em diversos momentos,<sup>59</sup> como em

«O primeiro que aconselharei a V. M. será que se não fie em nada só do meu voto; pois suposto que em mim possa haver vontade para o bem servir, póde ser que nem por isso haja entendimento para o bem aconselhar;» (p. 35)

«Em grandes receio estou que comece a não saber o que digo, se o já não tenho feito.» (p. 61)

«Tudo isto na minha má opinião he reprehensível...» (p. 71)

Tive já a ocasião (ver, acima, 3.1.3.) de assinalar que esta atitude de modéstia serve cumulativamente a intenção de alargar o espaço de manobra para a acção discursiva do Autor.<sup>60</sup>

6.5.2. Matizam, e ao mesmo tempo complementam, esta atitude de modéstia duas outras, de idêntico rendimento na ordem da acreditação do Autor, que passo a discriminar e a ilustrar brevemente:

1. — a busca de equilíbrio e bom senso ou de adequada ponderação para algumas situações, que reconhece como sendo de difícil apreciação:

«Certamente, que se V.M. me fizera esta pergunta, me vira eu em grande enleio.» (p. 60)

---

<sup>59</sup> Para além dos momentos a seguir referenciados, ver o que já foi analisado em 4.2.1.

<sup>60</sup> Ver também 4.1.1.

Não raro, em casos destes, o Autor endossa a cada qual a tomada de decisão ou de posição:

«Aconselhará neste caso o animo de cada hum.» (p. 126)

2. — a adopção de formulações cautelares, mitigadas, como em

«Se o houvessemos de regular, parece que...» (p. 66)

«Se eu posso dar regras, melhor regra será esta: [...]» (p. 124)

— o que dá testemunho de uma preocupação de justeza na abordagem das situações ou «casos».

Algumas vezes, essas formulações mitigadas só são produzidas depois de convocadas e confrontadas posições divergentes:<sup>61</sup>

«A huns parece que se deve recolher o casado sempre a uma hora; e tal, que possa muito bem antes della haver negoceado o que lhe pode succeder, sem dar sobresalto na tardança. A outros, que não deve ser assi, senão á hora que fôr possível; porque vindo humas vezes cedo, se mostra que as outras que se tarda, teve a culpa a occasião, e não a vontade.

Tenho para mi que nada disto he seguro; porque os alicerces da confiança do casado devem-se de lançar no credito, e não no artificio. Inclino-me mais ao recolher sempre a huma hora justa, e proporcionada com as occupaões, ou de casa, ou de fóra. Sobretudo parece que os casados de pouco devem guardar mais cortezia a suas mulheres, assistindo-lhes com maior cuidado aquelles annos primeiros.» (p. 103-4)

6.6. Muito serve ainda os propósitos de acreditação do Autor a afirmação, que é devidamente enfatizada, de que as recomendações avançadas aspiram a uma validade geral, pretendendo que elas não sejam afectadas, diminuídas, por dependências em relação a contingências de mau humor ou de caprichos:

«Juro a V. M. que toda a vida me enfadárão as damas dos livros de cavalarias, porque sempre as achava acompanhadas de cachorros, de leões, e de anãos. Tão inimigo sou destas taes sevandilhas que nem em livros mentirosos as soffro; veja V. M. que será nas cousas verdadeiras? Mas o que he humor ou capricho meu, não he razão que se assente por regra geral.» (p. 71)

---

<sup>61</sup> Ver, entretanto, também 6.7.1.

6.7. A acreditação conta com um particular apoio, que é o que o Autor encontra em rifões, adágios, ditos e sentenças. Servem como fontes autorizadas, que caucionam posicionamentos assumidos ou recomendados. Valem, então, como argumentos de autoridade, por virtude da compendiação que neles está feita de representações sociais ou modelos do real, que constituem outras tantas forças activadas em lances de argumentação ou de persuasão.

Todos estes elementos são valorizados pelo Autor, que por eles opta (como assinalei acima, em 1.2.), em detrimento da invocação dos clássicos e fontes livrescas consagradas. A este propósito, é elucidativo o que, comentando o recurso a um adágio, escreve (com muita ironia):

«Pois comecei com os meus adágios, hei de acabar com elles. Ouvi hum dia, caminhando, e não era elle menos que a hum chapado recoveiro, (veja V. M. que enjeitei os filosofos, para citar estes autores), em fim ouvi-lhe, que Deos o guardasse de mula que faz *him*, e de molher que sabe latim.» (p. 75)<sup>62</sup>

Um pouco mais adiante, e na mesma linha de pensamento, escreve também:

«Não disse Platão, nem Seneca, cousa melhor que o disserão as nossas velhas: «Muito riso, pouco siso».» (p. 77)

— o que está em sintonia com o que se lê algumas páginas antes:

«Não cuido, certo, que os Egypcios, com toda a sua agudesa, inventarão mais excellente geroglifico do que o descobre hum nosso proverbio Portugues: «O marido barca, a molher arca». Ouvi-o dias há a huma velha, e o escutei como da boca de hum sabio.» (p. 46)

Esta empenhada valorização dos rifões é ainda bem evidenciada no passo seguinte:

«E na verdade assi he entre os bons casados; e os rifões, Senhor N., sentenças são verdadeiras, que a experiencia, summa mestra das artes, pronunciou pelas bocas do povo.» (p. 43)

Estes rifões casam-se, enquanto fontes autorizadas e no que têm de utilização argumentativa, com ditos e sentenças.

---

<sup>62</sup> Quando surgirem em citações, os itálicos são da minha responsabilidade.

Algumas vezes, estes ditos e sentenças são atribuídos aos «nossos velhos», como em

«Os nossos velhos dizem: Que o homem havia de cheirar a polvora, e a mulher a incenso.» (p. 92)

— caso em que o Autor tem o cuidado de explicitar, logo em seguida, o respectivo conteúdo, escrevendo:

«Alludião á religião e milicia em que os querião a elles, e a ellas, occupados» (p. 92)

Outras vezes, são atribuídos a diferentes actores discursivos, que o Autor convoca, tendo o cuidado de os qualificar positivamente. Leia-se:

«Costumavão dizer os grandes: «Tantos criados, tantos inimigos»; sentença de que foi auctor não menos que o Espirito Santo;» (p. 50)

«ouvi muitas vezes a hum famoso prégador (que todos ouvimos), repetir este dito engraçado e verdadeiro: «Quem gasta menos do que tem, he prudente; quem gasta o que tem, he Christão; quem gasta mais do que tem, he ladrão.»» (p. 52)

«Hei de estranhar por força hum dito de aquelle nosso tão nomeado, e tanto para nomear, Bispo D. Affonso, que dizia: «A molher que mais sabe, não passa de saber arrumar huma arca de roupa branca; nem sentirei melhor do outro que affirmava: «Que a mais sabida molher, sabia como duas molheres.»» (p. 74)

«Nunca será bem acabada de louvar aquella sentença tão repetida do discretissimo Conde de Vimioso: «Quem perde a honra pello negocio, perde o negocio, e mais a honra.»» (p. 87)

«e traga-se sempre presente aquelle notavel dito do outro: «Nunca me arrependi do que não disse.»» (p. 123)

As doxas ou verdades gerais contidas nas sentenças são dadas como de invocação corrente, como em

«Vulgar, mas certissima sentença he aquella, de que então doem todos os membros, quando a cabeça está doente.» (p. 109)

6.7.1. Haverá que aproximar destas situações aquelas em que o Autor, também no seio da consideração de 'casos práticos'/exemplos, convoca outras intervenções qualificadas. São a cada passo avançadas produções discursivas — de teor opinativo — atribuídas a figuras distintas ou proeminentes (no país ou no estrangeiro). Como nos casos analisados anteriormente também agora essas figuras são, umas vezes, nomeadas, outras vezes, genericamente introduzidas.

Surgem, assim, enunciados — quase regularmente em discurso directo — dados, uma vez por outra, como lidos, ou, na sua maior parte, como ouvidos em situações em que muito correntemente D. Francisco Manuel também intervém como actor discursivo.

Algumas vezes, as opiniões ou comentários assim integrados no discurso figuram aí para serem discutidos, acontecendo mesmo, num ou noutro caso, que deles se distancia o Autor — no que a sua acreditação não deixa de ganhar. Leia-se:

«Certo que hei de contar a V. M. (conto-lha, não lha inculco) em segredo huma historia. Dizia-me hum grande senhor, muito discreto e gentil politico, que assi como sua molher se declarava em favorecer huma criada mais que as outras, se era moça, lha galanteava logo, até que a boa senhora, a puros ciumes, a lançava de seu serviço, ou pello menos de sua valia; e se velha, lha comprava com dinheiro e mercês, de maneira que tambem por suspeitosa a descompunha. Eis tudo revolto, e á vontade do marido: de sorte que com tal destreza se havia, que nunca vira a sua molher tres dias particularizar-se mais com huma criada que com outra. Tenho-o por demasiada astucia; mas elle fazia muito caso desta treta. Fique dito, não aconselhado.» (p. 52-3)

«Mas nem por isso aconselho aos amos o que Machiavelo aos Principes, a quem persuade revolvão os criados, para que não havendo algum que seja fiel ao outro, lho sejam todos a elle.» (p. 56-7)

«Lembra-me haver ouvido e lido, (tudo conto com pouco aplauso meu), do Emperador D. Fernando o Segundo, pai do que hoje impera, (se elle impera), que não quiz dormir em huma camara, porque lha tinhamo perfumado. Se foi achaque de natural repugnancia, he desculpavel; se não mais que hombridade, não vi eu maior impertinencia. Ha quem diga que foi religião, porque dizem tinha D. Fernando para si que os cheiros erão só devidos a Deos.» (p. 66)

«Hei de estranhar por força hum dito de aquelle nosso tão nomeado, e tanto para nomear, Bispo D. Affonso, que dizia: «A molher que mais sabe,

não passa de saber arrumar huma arca de roupa branca»; nem sentirei melhor do outro que affirmava: «Que a mais sabida molher, sabia como duas molheres».

Sou de muito differente opinião, e creio certo ha muitas de grande juizo; vi, e tratei algumas em Espanha, e fóra della. Por isto mesmo me parece que aquella sua agilidade no perceber e discorrer, em que nos fazem ventagens, he necessario tempera-la com grande cautela.» (p. 74)

6.8. A determinação com que o Autor toca em aspectos mais delicados, apesar da consciência da exposição a que fica sujeito, dos riscos que corre, constitui também manifestação do cuidado que põe na sua acreditação:

«Agora peço eu a V.M. por premio dos ricos a que me puz em fallar tão livremente...» (p. 57)

«Já sei que desta vez ficarão de todo mal todas comigo...» (p. 74)

«Já que estou ao fogo, e como desde este logar fallo a V.M. e V.M. me ouve e me perdoa...» (p. 75)

«Não me tenha V.M. por mal dizente; mais vai que proluxo; mas em verdade que tudo o que aponto he digno de ser lembrado.» (p. 76)

«Ellas já sei que me terão por suspeito; pois até os movimentos lhes hei de medir.» (p. 77)

6.8.1. A determinação a que aludia prolonga o princípio de transparência, já acima analisado, e é também reveladora da plena assunção por parte do Autor das responsabilidades que contraiu ao aceitar o papel discursivo de conselheiro. Esta plena assunção de responsabilidades — que não deixa de ser postulada pela adopção daquele princípio — traduz também o entendimento por parte de D. Francisco Manuel de que o papel discursivo que, nos termos já caracterizados, lhe cabe lhe traz a «obrigação» de assim proceder — «obrigação» que acata e procura satisfazer. Trata-se, visivelmente, de uma decorrência ou mesmo de um elemento integrante do *contrato fiduciário* estabelecido no e pelo discurso, a que acima, em 3.1.4., me refiro.

Isso mesmo fica patente em alguns momentos do discurso. Mais adiante, em 8.1.3.7., referenciarei alguns deles. Registrarei, entretanto,

sumariamente,<sup>63</sup> um outro, que é particularmente elucidativo desta atitude de base adoptada ao longo do discurso:

«Em fim eu satisfação a minha obrigação...» (p. 130).

6.9. A busca e o reforço de acreditação contam ainda com um outro elemento: a sensibilidade demonstrada pelo Autor para adoptar, em momentos oportunos, um tom de reserva ou de confidencialidade — através de indicações metaenunciativas que em muito abonam a representação positivamente qualificada da interacção em curso; nos passos em que o faz, o Autor inscreve quase regularmente, como vocativo ou como destinatário (de «contar» ou de «pedir») as formas, respectivamente, «Senhor N.», e «V. M.» e «V.» — o que é revelador daquele mesmo tom, testemunhando uma gestão ajustada do “espaço interlocutivo”<sup>64</sup> e do seu recorte no sentido da aproximação:

«Quero fallar em criadas, e quizera fallar mais baixo, se a escritura tivera tons, como tem a pratica.» (p. 52)

«Certo que hei de contar a V.M. (conto-lha, não lha inculco) em segredo huma historia.» (p. 52)

«Agora peço eu a V.M. por premio dos riscos a que me puz em fallar tão livremente, que lêa e guarde só para si estes avisos...» (p. 57)

«Visitas que se fazem, e que se recebem, he hum grande pégo. Já atraz deixo tocado nisto, mas não á minha vontade. Muito havia aqui que advertir, mas nem tudo he para papel e tinta.» (p. 67)

«Se estamos sós, Senhor N., hei de contar a V. huma historia de mancebo, que ouvi em Barcelona. » (p. 116)

Esta tonalidade de reserva/confidencialidade é, por vezes, acompanhada de pedido de benevolência — ou de expressão que a dá antecipadamente por garantida, como o ilustram também os passos transcritos em 6.8.

---

<sup>63</sup> Ver, mais abaixo, 9.3.

<sup>64</sup> Sobre o assunto, ver CARREIRA, M. H. Araújo — *ob. cit.*

Outras vezes, essa garantia de benevolência dá lugar a que o Autor se “aventure” ou afoite nas suas considerações:

«Vou estando tão impertinente, que nem passaros hei de deixar.»  
(p. 71)

«Já que conto a V.M. historias assi, não hei cá de deixar esta.»  
(p. 106)

«Se hei de levar ao cabo minhas impertinencias, tamem quero fallar alguma cousa sobre o estilo de se fallarem entre si os casados.» (p. 118)

Não raro, tal atitude é articulada à intenção de aligeirar o peso do discurso advindo da gravidade das considerações e do tom crítico e directivo que o domina — no que se consuma também a concretização do desígnio de utilizar um «estilo alegre e facil», logo de entrada, como vimos em 1.2., anunciado:

«Ora já que vou tão meudo, hei me de aventurar hum pouco mais; servir-á de alegrar a melancolia que até aqui guardámos.» (p. 70)

«Hei de alegrar tamalavez esta materia com hum dito de certo senhor Castelhana.» (p. 96)

Trata-se, em todos os casos, de actualizar uma tática discursiva orientada para cativar os destinatários, para os seduzir — visando, globalmente, assegurar a boa recepção do discurso.

6.10. Não deixa de constituir elemento que joga a favor da acreditação do Autor a circunstância de que, num discurso em que largamente domina o tratamento de situações negativas, venham também a ser analisadas ou referenciadas situações positivas, envolvendo mérito, que é reconhecido.

Entra aqui, antes de tudo o mais, o elogio das «boas molheres», da «molher honrada» (a que já antes me referi), mas também a consideração da exemplaridade de algumas situações, como, por exemplo, as que são focadas nos dois passos seguintes, que surgem em parágrafos contíguos, tratando o primeiro de «bons sogros», e o segundo, em relação de conversão com este, de «genros que o sabem ser como devem»:

«Tratarei para exemplo de bons sogros o que succedeo quasi entre nós, e quasi em nossos tempos.» (p. 128)

«E por que se veja que tambem há genros que o sabem ser como devem, contarei a V.M. outro caso que bem o prova. (p. 128).

6.11. Na base do que ficou contido nos números precedentes, concluir-se-á que é, de facto, patente no discurso, e nele verdadeiramente omnipresente, uma matizada estratégia de acreditação/credibilização do Autor.

7. Ficou acima, em 6.3.3.2., referenciado e comentado o ‘princípio’ postulado por D. Francisco Manuel da superioridade do homem em relação à mulher — ‘princípio’ que consubstancia verdadeiramente uma atitude de base adoptada pelo Autor ao longo da carta.

Do mesmo modo, assinalai atrás, em 4.2.2., a presença de uma outra atitude de base — uma linha de ‘moderação’ — que enforma largamente a acção directiva empreendida no todo da obra.

Importa retomar estas duas atitudes, para juntar algumas outras anotações.

7.1. No que respeita àquele ‘princípio’, anotarei que ele é, uma vez por outra, e em parte, contrariado, como se vê em alguns segmentos do seguinte passo:

«Ha alguns, Senhor N., de tão pouco juizo que fazem ostentação de seu proprio cativoiro. Igual affronta he a hum casado saber-se que o manda sua mulher, que saber-se he ella de seu marido escrava e não companheira.

Este foro, esta prerogativa, de que cada hum he bem que use, logo ao principio convém que se concerte. O marido tenha as vezes de sol em sua casa, a mulher as de lua; alumie com a luz que elle lhe der, e tenha tambem alguma claridade. A elle sustente o poder, a ella a estimação. Ella tema a elle, e elle faça que todos a temão a ella; serão ambos obedecidos.

Dissera eu que as mulheres são como as pedras preciosas, cujo valor crece, ou mingua, segundo a estimação que dellas fazemos.» (p. 40)

Na sequência imediata deste trecho, o Autor chega mesmo a admitir, implicitamente, que há casos em que aquele mesmo ‘princípio’ se não aplica:

«Os que casão com molheres maiores no ser, no saber, e no ter, estão a grandissimo perigo.» (p. 40)

Tal representa, segundo D. Francisco Manuel, uma verdadeira ameaça para os maridos — visão que surge, de novo, no seguinte segmento, em que, agora de modo explícito, o Autor especifica domínios em que as mulheres «fazem ventagens» sobre os homens (aqui referenciados pelo pronome pessoal complemento, na forma de primeira pessoa do plural,

com valor inclusivo — «nos» —, que assinala bem a perspectiva masculina que, como já salientei, domina toda a carta):

«Por isto mesmo me parece que aquella sua agilidade no perceber e discorrer, em que nos fazem ventagens, he necessario tempera-la com grande cautela.» (p. 74)

De qualquer modo, convirá não ignorar que D. Francisco Manuel tem a ocasião, em diferentes momentos do discurso, de insistir na centralidade que atribui ou reconhece à mulher em aspectos de primeira importância da vida do marido e da «casa» — valorizando também o relevo do seu papel no governo da casa em geral, e em particular no que respeita a tarefas domésticas e afins. No todo, o Autor não deixa mesmo de esboçar alguma complementaridade de funções no seio da família, sublinhando a importância das que competirão à mulher. D. Francisco Manuel chega mesmo a recomendar que o marido incuta auto-confiança na mulher, que a incentive à auto-estima, pondo em destaque — ainda que seja com o recurso a algum ‘fingimento’<sup>65</sup> — o acerto com que ela desenvolve actividades que lhe estão ou lhe sejam confiadas. É o que se desprende, sem dúvida, do seguinte passo:

«Leve-a pella vaidade de grande governo; mostre espantar-se do muito a que chega sua industria.» (p. 64)

7.1.1. Haverá ainda, neste quadro, de ter em conta a valorização que em muitos momentos da carta é feita do amor conjugal e do respeito que mutuamente se devem os esposos.

Isso mesmo fica contido no primeiro dos passos transcritos em 7.1., mas é mais explicitamente referenciado nos segmentos seguintes:

«Tratem-se, a meu rogo, os nossos casados com aquelle modo que melhor companhia faça guardar ao amor e á estimação; que he huma excelente conserva para a vida dos honrados.» (p. 118)

«Deve-se á fé e igualdade no matrimonio contrahida grande satisfação; e assi como entre os bem casados he digno de muita dôr faltar a algum delles a vida; assi he digno de muito sentimento faltar a alegria de algum. Já deixo dito que as almas dos casados são commuas; seus gostos e pezares. Não haja parte que se queira levantar com a parte alhêa. Nenhum chore, nem se alegre, mais do que se póde tocar de affecto á sua ametade.» (p. 119)

---

<sup>65</sup> Ver 6.4.

No entanto, convirá atentar em que a valorização do amor conjugal surge largamente como afirmação, que o Autor aponta como necessária, do casal face aos vínculos afectivos da mulher em relação aos familiares, nomeadamente aos pais — o que se conjuga com a sua ‘entrega’ total, e a sua submissão, ao marido, que é fortemente preconizada, como ficou referenciado acima, em 5.1.1., com o apoio do passo seguinte, aí transcrito, que retomo:

«Pois vejamos o que se lhe dá a hum casado, a troco dessa liberdade que elles tanto allegão que deixão.

Dá-se-lhe outra; entrega-se-lhe a mulher, com a liberdade, com a vontade, com a fazenda, com o cuidado, com a obediencia, com a vida, com a alma.» (p. 38)

Em sintonia com estas posições — que decorrem, no fundo, da alegada superioridade do homem em relação à mulher (Ver, de novo, 6.3.2.2.) —, está, sem dúvida, a correlativa valorização dos ‘poderes’ do marido. Compreendem-se, desta forma, as fortes censuras dirigidas ao homem «frouxo», que surge vincadamente desqualificado no passo seguinte:

«Não são numeraveis os descontos que causa hum senhor frouxo. Vulgar, mas certissima sentença he aquella, de que então doem todos os membros, quando a cabeça está doente. Conheci hum homem de grande qualidade e juizo, em tanta maneira remisso, que mandava pedir a hum seu amigo viesse a pelear com os seus criados, e obriga-los a que o servissem.

Ora estes excessos contão-se como monstruosidade; e não poucas vezes convém traze-los á memoria para os aborrecer.» (p. 109)

Como se verifica, tudo neste passo se orienta para a intensificação dessa ‘ruim qualidade’ eventualmente reconhecida no homem: as expressões ou segmentos «Não são numeráveis os descontos» e «estes excessos contam-se como monstruosidades», e ainda o teor da sentença evocada e a ‘ilustração’ aduzida (que comporta uma intensificação trazida pela consecutiva aí presente e, sobretudo, utiliza o que adiante caracterizarei como “caso extremo”).<sup>66</sup>

7.1.2. Conjuga-se com os aspectos acabados de focar um outro, que importa também realçar, a saber, o endosso que é feito ao marido — e não

---

<sup>66</sup> Ao longo dos números 10. e 11. serão analisados os procedimentos mais salientes de intensificação das acções discursivas dominantes na carta.

apenas à mulher — de responsabilidades no que toca ao bom andamento ou à harmonia das relações interpessoais no casamento. Neste domínio, é bem elucidativa a posição extremamente crítica que o Autor toma em relação às repetidas ausências de casa por parte do marido, como se lê nos dois seguintes passos — sendo que o segundo enfoca de modo particular as consequências nefastas ou os «perigos» que daí advêm para as esposas (aspecto que D. Francisco Manuel aborda com grande sensibilidade e não menor firmeza):

«Outro genero de perigo não menos urgente he o de huns que andão enfeitichados com amigos; seguem com elles caçadas, folguedos, banquetes, viagens, e todas as mais acções que tras comsigo a ociosidade.» (p. 103)

«Não me posso escusar de dizer duas palavras a huns certos casados que toda a sua ansia e desejo he andarem sempre ausentes de sua casa em viagens e jornadas, humas para que elles se convidão, outras de que não desvião; deixando as mulheres moças, e ás vezes bem desamparadas de todo o resguardo que lhes he devido. Estes costumão dizer, que por buscar pão e honra, se ausentão; e não poucas vezes vimos que em taes demandas se perde de contado a fazenda, e não poucas vezes se arriscão cousas que valem mais que ella. As mulheres casão para serem casadas. He o contrario não entender cada hum sua obrigação.» (p. 116)

7.2. No que tange à linha de ‘moderação’ que o Autor parece privilegiar na sua acção directiva, direi que ela vem ao de cima em muitos dos «avisos», nomeadamente nos que envolvem directamente a mulher, em luta contra o que D. Francisco Manuel considera “excessos” — no tocante, por exemplo, a ‘saídas’ ou ‘visitas’, a ‘alegria’ e ‘tristeza’, a ‘festas’, a ‘amizades’, a ‘adornos’, a ‘devoções’, a ‘penitências’ ou ‘mortificações’...

7.2.1. Essa mesma linha de ‘moderação’ preside, entretanto, também a algumas das recomendações feitas ao marido, com destaque imediato para as que tangem ao amor que dedicará à mulher. Veja-se, por exemplo, o que consta dos seguintes passos:

«Provemos a ver se será possível dar alguma regra ao amor; ao amor, que soe ser a principal causa de fazer os casados mal casados, humas vezes porque falta, e outras porque sobeja.

[...]

Ame-se a molher, mas de tal sorte que se não perca por ella seu marido. Aquelle amor cego fique para as damas; e para as molheres o amor com vista. Ou cure os olhos que tem, ou os peça emprestados ao entendimento desses que lhe sobejão.

Digo, perder pela molher; perder por ella seu marido a dignidade de homem, a troco de lhe não contradizer sua vontade, quando he justo que lha contradiga.» (p. 39)

Ter-se-á, entretanto, na devida conta que esta recomendação de ‘moderação’ tende a ter em vista, como os passos transcritos permitem comprovar, a preservação por parte do marido da sua autoridade sobre a mulher, contra qualquer tipo de dependência que a ‘dependência afectiva’ possa accionar.

A este propósito, convém sublinhar que, apesar de muitos conselhos conterem como subjacentes, ou apontarem mesmo para, a valorização da mulher e do seu papel na vida do marido e do agregado familiar — como vimos acima —, fica sempre bem patente ao longo da carta a insistência com que D. Francisco Manuel foca o seu dever de submissão ao marido. Aos passos já aduzidos em abono desta posição, juntarei ainda o seguinte, que é particularmente revelador:

«Ha homens que tem por grande siso o não terem parte nestas contendas [= entre a mulher e amigas]. Tal não aprovo; porque, *além de que ao marido por sua dignidade toca a justificação das acçoens de sua mulher, ou a emenda, tambem lhe pertence a direcção dellas*; e mais na sua amizade, ou inimizade; *assi como ao Rei pertence a guerra, ou paz, feita por seu vas-sallo.*» (p. 130)

7.2.2. Um outro domínio em que D. Francisco Manuel recomenda ‘moderação’ ao marido é o que respeita ao trato dos filhos.<sup>67</sup> Leia-se:

«Ora, pois fallamos em filhos, acabemos o que ha que dizer ácerca delles.

Deseja-los, he tão justo como merece-los; mas não obrigue este desejo a fazer demasias. [...]

Hora, os filhos nascidos, guarda de contar graças, nem estremecer sobre elles. Tudo isto os faz mal criados, e aos pais he de pouca opinião. As mãis querem que os maridos os tragão, e folguem com elles; quando V. M. caia nesta venialidade, seja a modo de officios em igreja interdita, quero dizer a portas fechadas. Não he cousa pertencente a hum homem ser ama, nem berço de seus filhos.

---

<sup>67</sup> Tenha-se aqui em consideração a recomendação contida em «Filhos sem mimo» — expressão que consta no segmento, já comentado acima, em 4.2.2., que remata a carta.

Fazer-lhes aquelles seus momos, fallar-lhe naquella sua linguagem, tudo he indecente. Basta que os veja e ame, e lhe procure todo o regalo e boa criação. Essoutras figurarias são proprias das mãis, a quem se não ha de tomar em nada o modo, nem o officio.» (p. 94)

7.3. Deixei oportunamente referenciadas, e sublinhadas (Ver 6.2.3.), as palavras de louvor que D. Francisco Manuel dirige às mulheres — mais precisamente, às «boas molheres», à «molher honrada». A essas palavras de louvor há que juntar as que, como acabámos de ver, referenciam a mulher como parceira (e não apenas alvo) do amor conjugal, manifestam apreço pela sua acção no governo da casa e põem em destaque a sua centralidade ou o papel decisivo que é chamada a desempenhar em muitos aspectos da vida do marido e do agregado familiar. Todas estas palavras tendem, como também já anotei, a contrabalançar a referenciação, que é insistente e, não raro, impiedosa, dos aspectos negativos que lhes são atribuídos pelo Autor.

Por tudo isso, e dado o enquadramento geral em que aqueles aspectos negativos são focados — ou seja, tendo em conta a fortemente proclamada bondade dos propósitos que animam o Autor e a sua crença nas virtualidades da acção educativa a exercer pelo homem junto de/sobre a mulher e ainda no valor da «prudencia» que ao homem recomenda, haverá que tomar o tratamento (na verdade, insistente e, não raro, impiedoso — como acima aponte) que D. Francisco Manuel faz das «imperfeições», «ruins qualidades», fraquezas e «excessos» das mulheres não propriamente como *vitupério* (que constituirá o antónimo do louvor ou elogio, a que acima aludi), antes como momento de crítica/censura — dura, sem dúvida, mas despida da dimensão de afronta contundente, com orientação destrutiva ou de ofensa, que o vitupério comportará. De resto, a crítica/censura vale seguramente naquele enquadramento geral como, para as mulheres, incitamento à correcção, e, para o homem, encorajamento à prevenção e à acção remediadora — dimensões que o vitupério (mais) dificilmente accionará.

8. Abundam no discurso *indicações que respeitam à sua própria estruturação* — o que configura um eixo específico, de natureza metadiscursiva, que o atravessa.

Diversos factores se conjugam para que o Autor dê lugar a um trabalho assinalável de organização explícita — ao nível local e macroestrut-

tural — do discurso, num esforço para gerir convenientemente um grande número de variáveis.

Avulta de imediato a extensão do discurso, sobretudo se avaliada a partir da sua natureza de discurso epistolar, que conduz, por sua vez, a que o seu desenvolvimento seja feito sem divisões em partes ou capítulos.

Depois, a natureza específica do discurso — discurso de orientação, de teor marcadamente avaliativo-judicativo e directivo — traz também a adopção de cuidados especiais, nomeadamente no que tange, por um lado, à obtenção de eficácia, e, por outro, à conveniente justificação ou legitimação das posições judicativas e directivas assumidas.

É ainda factor importante da convocação do trabalho de organização discursiva a circunstância, determinada pela índole específica, já recortada, do discurso em conjugação com a orientação concreta ou prática que é procurada pelo Autor, de serem trazidas à consideração situações muito diversificadas, que preenchem os casos da vida do quotidiano a analisar e a ter em conta.

Por outro lado, orienta-se no mesmo sentido a confessada tendência do Autor para o «miudo» e o «proluxo», e ainda o facto de ele pretender cultivar um registo de proximidade e de feição coloquial, em que a introdução ou transição de temas se faça com naturalidade e flexibilidade — aspecto que é ainda associado à circunstância de o desenrolar do discurso se apoiar largamente na evocação de recordações, que o Autor pretende ir juntando aparentemente sem uma ordem rígida.

Vinculando-se ainda à extensão do discurso e à grande diversidade de rumos locais, surge também a conveniência ou mesmo necessidade de um trabalho de retoma e marcação de grandes linhas ou tópicos, com recurso à insistência nalgumas delas ou nalguns deles.

Por tudo isso, compreende-se que abundem no discurso indicações de índole metaenunciativa e metadiscursiva (aspecto já considerado em números anteriores desta exposição), mas também que nele se verifique a realização de actos específicos de organização do espaço discursivo — *actos de composição discursiva*.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Sobre o assunto, ver FONSECA, J. — «As articulações discurso-metadiscorso e a sua exploração na didáctica do Português como língua estrangeira», in FONSECA, J. — *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, descrição, aplicação*, Lisboa (ICALP), 1992. Ver também FONSECA, J. — «Dimensão accional da linguagem e construção do discurso», in FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto (Coleção Linguística/Porto Editora, n.º 5), 1994.

8.1. Os actos de composição relevam, tipicamente, do nível macroestrutural (intermédio) da organização do discurso — se bem que alguns, mormente os *de reformulação* e os *de ilustração* ou *de exemplificação*, se apliquem mais correntemente ao nível microestrutural ou local.

A sequência nuclear da obra em estudo é a que, pela casuística diversificada que contém e pela variedade de considerações que acompanha a sua apresentação e análise, suscita do Autor uma maior atenção no que concerne à organização do discurso. É aí, de resto, que mais aparentemente se manifesta a flexibilidade posta na ordenação de temas, situações, «avisos», «advertencias», conselhos.

8.1.1. A composição discursiva tem como momento imediatamente saliente a indicação dos objectivos globais e do âmbito do discurso, em articulação com a especificação do(s) destinatário(s) nele privilegiado(s).

Servem a este intento *actos de definição*, que ficam vazados em várias formulações, como as seguintes, que se compreendem dada a circunstância de o discurso de orientação se desdobrar continuamente em múltiplas direcções, sendo, então, necessário marcar de quando em vez aquelas dimensões básicas:

«Não me detenho em apontar remedios a estes riscos, porque o meu animo não he dar conselhos a quem escolhe mulher, senão avisos para se viver com aquella que já se tem escolhido.» (p. 40)

«Meu animo, (segundo já deixo dito), não foi aconselhar como deve casar-se, que o acerto de V. M. me livrou desse trabalho [...]

Para o que já casou, e supomos bem casado, he que juntamos aqui estas advertencias.» (p. 60)

«He tambem esta materia larguissima para discorrer nella, e toca verdadeiramente mais a outro intento, porque o que agora levamos he só apontar regras á vida dos casados, para que levem suavemente aquelle jugo que sobre ambos descansa.» (p. 97)

8.1.2. Não poucos dos actos de composição discursiva são *actos de planificação*, em que intervêm, em formulações diversificadas, *enunciados temáticos*, a que cabe um papel organizador nítido.

Os actos de planificação apresentam como própria uma orientação prospectiva, neles se anunciando os objectos de discurso a introduzir e a tratar, que resultam, assim, reunidos, integrados, num aglomerado coeso.

Eis alguns exemplos, de entre os muitos que se reconhecem facilmente ao longo do discurso:

«Para a conservação desta honra e desta mulher, em que ella tanto estriba, irei assi apontando a V. M. algumas cousas, as quaes não servem aprendidas, senão usadas, e usadas muitas vezes.» (p. 49)

«Pois estamos aqui, digamos o que ácerca de criados se offerece que advertir.» (p. 53)

Algumas vezes, estes actos de planificação articulam-se de perto com outros, que os complementam e que têm uma orientação retrospectiva; os primeiros abrem um tópico ou «matéria», que, depois de tratado/a — com eventuais subdivisões — ao longo de parágrafos ou mesmo de páginas, se vê encerrado/a por um enunciado que carrega também, no todo ou em parte, um *acto de sumariação*<sup>69</sup>. Esta específica conjugação de actos permite a formação, que sinalizam, de sequências de grande unidade e consistência, assim também assinaladas.

Apresento um caso particularmente saliente neste domínio: na página 43, o enunciado

«Mas porque succede que, sem embargo de todas as mezinhas receita-das, quando Deos nos quer castigar com a pena e injuria de encontrarmos com huma condição avessa, a mulher luta por sustentar-se em seus desman-chos, discorreremos aqui pellos varios generos de ruins qualidades que aconte-tece haver nellas, para que a todos se possam applicar os remedios conve-nientes;»

introduz o tópico dos «vários generos de ruins qualidades» da mulher, cuja consideração se estende, em sucessivos apartados<sup>70</sup>, até ao meio da página 49, onde o enunciado

«Passado havemos este enfadonho labirinto, ou por estes monstruosos medos que o guardão.»

sumaria o desenvolvimento, e a orientação, dados ao tema, que é, assim, explicitamente encerrado. Acontece ainda que, algumas linhas abaixo,

---

<sup>69</sup> Sobre este tipo de actos, ver mais adiante, 8., e, em particular, 8.1.4.

<sup>70</sup> Ver, mais abaixo, 8.1.3.10.

surge um outro enunciado do mesmo teor, que reforça o anteriormente referenciado:

«Tendo, Senhor, mostrado a V.M. assi humas sombras dos perigos e inconvenientes que causão as mulheres com algumas das suas imperfeições...» (p. 49).

Outras vezes, verifica-se a conjugação destes actos numa ordem inversa, ou seja, a combinação de um acto de orientação retrospectiva com um acto de orientação prospectiva:

«Temos assentada a familia, e posto ao casado sua casa. Digamos alguma cousa da mulher; e depois apontaremos como deve usar de tudo.» (p. 59)

«Entre os conselhos tocantes ás virtudes do animo, que variamente tenho apontado a V. M., convém fazer-lhe presente de alguns avisos concernentes ao bom governo de sua casa;» (p. 108)

«Poes a proposito destas que de tristes se desconcertão, farei lembrança de outras que igualmente são reprehensíveis por, de muito alegres, se concertarem mais do necessario. Já disse ácerca das galas e adornos; e não sei se de nojo, ira, ou esquecimento, tardei até agora em fallar de humas que põem no rosto.» (p. 119)

«Mas porque toquei arriba ácerca dos segredos que as mulheres costumão revelar dos officios de seus maridos; a proposito virá agora tratar desta materia, assáz essencial para o descanso do matrimonio.» (p. 123)

Não deixarei de referenciar aqui dois actos de planificação inscritos na *sequência de fecho*, que ficou analisada acima em 4. Transcrevo apenas, de novo, os correspondentes passos:

«Não he pouco, nem pouco proluxo, o que se tem discursado. Cada ponto quisera já que fora o ultimo; mas, com licença de V. M., não me haverei de despedir sem fallar em sogros e sogras, noras e genros, cunhados e cunhadas.» (p. 127)

«Rematarei com as generalidades que, a meu parecer, avultam bem a grandeza das casas; isto como conclusão do muito que nestes pontos havia que dizer.» (p. 131)

Quero ainda anotar que os actos de planificação se articulam de perto com outros actos de composição discursiva, que tratarei de seguida, em particular com os *actos de tematização*.

8.1.3. A composição discursiva apresenta-se correntemente realizada em *actos de tematização* — de alguma forma complementares e afins dos de planificação, que acabei de analisar —, que focalizam tópicos a tratar na sequência imediata ou em curso. Estes actos — talvez mais que os anteriores e os que a seguir serão objecto de análise — revelam-se de grande importância na ordenação do desenrolar do discurso, impondo uma necessária sistematização ou racionalidade num discurso que pretende ser largamente abrangente, como o Autor salienta quase no termo da carta, escrevendo:

«Eu de meu natural sou miudo e proluxo; o estar só, e a melancolia, que de si he cuidadosa, me fizerão armar tão largas redes, para colher dentro dellas todos os casos e todos os avisos.» (p. 131)

8.1.3.1. Os actos de tematização — que se servem abundantemente, como seria de esperar, de *enunciados temáticos*, que vimos intervirem também nos actos de planificação — comportam correntemente a indicação do a propósito ou da pertinência ou da oportunidade da consideração do tópico:

«Virá aqui, a proposito de filhos, isto de filhos bastardos...» (p. 97)

«Parece-me será razão fazer huma breve lembrança a alguns que dão em se torcer para suas criadas...» (p. 107)

«Já que aqui estamos, diga-se, (pois tambem importa), que não se coma desorado;» (p. 112)

Isso mesmo é realizado outras vezes pelo assinalar de uma lacuna, a colmatar ou preencher:

«Ainda não fallei no trafago da casa. Isto he cousa que requiere muito tento...» (p. 85)

«Falta-me aqui por advertir alguma cousa a humas certas mãis, e não sei se a alguns pais, que dão seus geitos ás filhas para que se casem...» (p. 125)

— não sem que o Autor tire, algumas vezes, efeito da circunstância, já oportunamente apontada, de que o desenrolar do discurso se faz com recurso à evocação de lembranças, com grande flexibilidade na transição de temas:

«Se o hei de dizer em outra parte, seja aqui logo, antes que me esqueça...» (p. 52)

«Bofê que me lembrou agora huma cousa que me não ha de ficar no tinteiro, mas que todo não venha a proposito.» (p. 94)

«Parece que me hia esquecendo de huma cousa que julgo digna de advertencia, e para que pôde ser que fosse advertido de quem sabe que escrevo este papel.» (p. 96)

«Já V. M. tem visto como nestes avisos não sigo alguma ordem, senão aquella e aquillo que a memoria me vai offerecendo. Creio que longe fica de seu lugar (mas em qualquer parte vem a tempo), o amoestar ao casado...» (p. 104)

8.1.3.2. Não raras vezes, por outro lado, a tematização é feita em enunciados que marcam também um efeito de ordenação ou sequencialidade, como em

«Acabarei de fallar no jogo com huma bem grande galanteria de hum dos nossos antigos cortesãos.» (p. 103)

— acontecendo ainda que tal efeito é acompanhado de um outro, a saber, de *presentificação*, percorrida por uma dimensão de movimento ou dinamismo. Este efeito é marcado, nos exemplos que seguem, por «Eis-aqui vem», «Entre aqui» e «Vem agora aqui», em que o deíctico «aqui» especifica simultaneamente o tempo (também num dos casos assinalado em «agora») da enunciação e do desenrolar do discurso, e o espaço discursivo:<sup>71</sup>

«Eis-aqui vem as gastadoras, fogo perenal das casas e das familias.» (p. 47)

«Entre aqui a advertencia da emenda da vida livre e descomposta...» (p. 99)

«Vem agora aqui o casar a furto a que chamamos, e contra a vontade dos pais.» (p. 126)

---

<sup>71</sup> Este uso de «aqui» é largamente recorrente no discurso.

8.1.3.3. Outras vezes, a tematização é avançada directamente, estabelecendo, no entanto, a discriminação, em jeito de enumeração, de subconjuntos de um dado agregado ou complexo de objectos de discurso — sendo que tal discriminação/enumeração obtém para eles um efeito de focalização. Num dos casos, que tomo como exemplo, são apresentadas diferentes «castas de mulheres», acontecendo que nessa apresentação é largamente recorrente o uso dos indefinidos «huma», «humas», «outras», não raro acoplados ao existencial «haver»:

«Huma casta de mulheres que há pelo mundo, que são entre hospedas e recolhidas, tampouco levará o meu voto.» (p. 55)

«Outras há que são huma perpetua pastilha, e huma caçoula perene.» (p. 66)

«Há humas mulheres idolos, que ou são inutilísimas, ou se prezão de o ser; e só lhes parece que nacêrão para ser adoradas, e disso só querem servir.» (p. 73)

«Tomára que as mulheres não soubessem de guerras, nem estados, nem procurassem por isso. Enfadão-me humas que se metem em eleições de governos, julgar de brigas, praticar desafios, mover demandas: outras que se prezão de entender versos, abocanhão em lingoagens alheias, tratão questões de amor e de fineza, decórão perguntas para gentes discretas, trazem memorial de motes diffícultosos: humas que dão significação ás ervas, que adivinhão as côres; outras que as tem de sua tenção; outras que examinão pregações, que lhes tomão palavras; outras que as usão esquisitas, e fallão por cincunloquios, que tem modos de gabar fóra do uso, que praticão ao som do meneo das mãos, ou do movimento dos olhos.» (p. 76)

«Humas ha que chamão madres, que se prezão de dizer cousas em segredo; se se casará, se terão filhos, se será o marido governador de tal parte, se ficarão veuvas cedo; benzem enfermos, vão a Santo André, gastão rollos com seus nós todo o anno; affirmão que a alma do parente não esteve mais que tres dias no Purgatorio: guardar, senhor, de tudo isto, como do proprio inferno.» (p. 81)

«Tinha tambem que dizer a humas que comem nas igrejas, para ficar para a tarde; a outras, que sem proposito se levantão mil vezes cada hora a rezar de joelhos, não sendo tempo; mas parece apertar muito; fique pelo menos sabido que não esquece.» (p. 82)

«Hei de dizer aqui de humas que se prezão de matronas, e quer bem, quer mal, ellas querem ser os senhores de suas casas.» (p. 84)

O efeito de enumeração a que me venho referindo é também particularmente visível no segmento seguinte, em que, após a discriminação de objectos de discurso, é feita uma síntese (marcada em «Tudo isto...»), cujo carácter avaliativo — de índole fortemente disfórica — é patente (sendo, de resto, que essa avaliação muito negativa é feita naquela discriminação e prolongada nas linhas que se seguem à síntese):<sup>72</sup>

«Negras e mulatas que saem fóra, não tivera. Soem ser fecundas, e inção uma casa de tantas manchas (a meu ver) como dellas nagem; porque parece fea cousa andar huma tão vil licença aos olhos da senhora, e das criadas. Negrinhos, mulatinhos filhos destas, são os mesmos diabos, ladinos e chocarreiros, por castanhas trazem e levam recados ás moças, e são dellas favorecidos. Ciganas, ermitoas, adelas, mulheres que vendem garavins, e bolotas para lenços; outras que trazem doces, e os dão mais baratos do que valem, tudo he malissimo. Mudas he peçonha. Lavadeiras, ramalleteiras, humas que vendem e são freguesas, e com quem as criadas em hum instante armão contas de rações que lhes trocã, mostrando que não podem viver sem ellas, são gente bem escusada; os que adivinham, os que benzem. Os chocarreiros, e mais os dos Principes, costumão ser atrevidos, pellas entradas que lhes dão sem tento. Huns tregeitadores, outros que fazem prégações, que arremedão animaes e gente, são peçonha refinada; e as que em tudo o são, são humas que vendem dices, aguas de rosto, tirão pano, fazem sobranças com linha, alimpão o carão com vidro; homens de linhas, bofarinheiros, mulheres que pedem para uma certa missa de esmollas, outras para amparar huma orfã.

Tudo isto, senhor he huma casta de gente que ferve ao redor das casas grandes, assi como peixe que anda á lambujem da pedra.» (p. 86)

8.1.3.4. Encontram-se ainda ao longo do discurso muitos outros actos de composição por tematização em que o Autor procede a desdobramentos em jeito de enumeração. Tomarei apenas mais dois exemplos. No primeiro, o desdobramento é seguido de um enunciado de tipo resumptivo, que retoma, de modo avaliativo, a abertura do tópico. No segundo, o desdobramento dá lugar à retoma por focalização dos objectos de discurso globalmente introduzidos no enunciado de abertura. Vejamos:

«Poucos são os casos, a meu juizo, em que me pareça licito ficar hum homem passeando, e mandar a sua mulher que vá fallar e requerer por elle.

---

<sup>72</sup> Ter-se-á presente que a avaliação negativa das situações retratadas neste passo se desdobra numa outra, a que esta serve, e que respeita aos perigos que de tais situações advêm para a honra dos casados e para a paz e harmonia conjugal e familiar.

A prisão do marido, a honra da sua casa, do seu ofício, do seu título, a vinda do marido ausente, e risco de morte do filho; estas são, e não outras, as cousas que farão licita esta diligencia, sempre perigosa, e não sempre proveitosa.» (p. 87)

«Estas ausencias trazem grandes e muitos proveitos á vida, á saude, á fazenda, á salvação. Á vida, porque no campo se vive mais; á saude, porque seus exercicios a conservão; á fazenda, porque se gasta menos; á salvação, porque faltão as ocasiões que a arriscão, anda o animo mais livre para cuidar em Deos, e em si mesmo.» (p. 115)

Isso mesmo ocorre numa outra situação, em que o desdobramento conduz ao alinhamento de «razões», sendo que entre a referenciação da «primeira» e da «segunda» se intercala um parágrafo inteiro (cujo conteúdo, de índole ilustrativa, vem em apoio daquela «primeira» razão):<sup>73</sup>

«Cuidão, com falso discurso, algumas molheres, que como ellas guardem a lei devida á honra de seus maridos, em tudo o mais lhes devem elles de soffrer, quando ellas quizerem que lhes soffrão.

He este hum mero engano, por duas razões: a primeira, porque nada se lhes deve ás honradas de guardarem a obrigação em que Deos, a natureza, o mundo, o medo as tem posto.

Lembra-me que estando em Madrid, tinha huma visinha muito braba, que pelejando hum dia, como sempre fazia, não cessava de dizer ao marido, e com verdade: «Hermano, soy muy honrada»; e elle respondia-lhe: «Pues anda a Dios que te lo pague, que a mi cuenta no está el pagarlo, quando lo seas, sino el castigarlo, quando no lo seas».

A segunda, porque não só a honra de seus maridos se perde por sua descontinencia, mas não menos pelas ocasiões a que põem os homens por muitos outros excessos que comettem. Foi assi graciosa, mais que segura, a opinião de certa pessoa, que ninguem tanto soffria como quem tinha boa molher, bom criado, e boa cavalgadura, porque, á conta de boas peças, cada huma fazia sua vontade, e nunca a de seu dono. Não fosse ora por isso o dizer a chocarrisse Castelhana: «Buena mula, buena cabra, buena hembra, son tres malas bestias.» (p. 44)

8.1.3.5. A tematização faz-se não raro também em conjugação com, ou mediante, um *acto de definição*, como no seguinte passo, em que essa

---

<sup>73</sup> O passo que transcrevo de seguida já foi, em parte, reproduzido em 6.3.3.3., e aí analisado sob um outro ângulo.

definição está marcada em «Consiste», sendo depois retomados os objectos de discurso (um deles, suportando deslocação à esquerda) nela introduzidos:

«Conhecendo-se que he máo, procure-lhe o marido cedo o remedio, antes que se aposse da pessoa. Consiste na ociosidade e appetite; trate de dar o remedio á ociosidade, ocupando-a no honesto trabalho do governo de sua casa; e ao appetite, encaminhando-lhe a outro emprego de mais honra e proveito, qual seria que tenha appetite de viver em paz e confiança com seu marido, certificando-se-lhe que de outra maneira lhe será impossivel.» (p. 63)

Outras vezes, trata-se de um acto *de definição, por dissociação*, dos objectos de discurso a tratar, que são, então, retomados. Vejam-se os dois exemplos seguintes:

«Persuado-me, Senhor N., que esta cousa a que o mundo chama amor, não he só huma cousa, porém muitas com hum proprio nome. Poderá bem ser que por isto os antigos fingissem haver tantos amores no mundo, a que davão diversos nascimentos; e tambem póde ser venha de aqui que ao amor chamamos amores, pois se elle fora hum só, grande impropriedade fora esta.

Eu considero dous amores entre a gente: o primeiro he aquelle comum affecto com que, sem mais causa que a sua propria violencia, nos movemos a amar, não sabendo o que, nem o porque amamos: o segundo he aquelle com que proseguimos em amar o que tratamos e conhecemos. O primeiro acaba na posse do que se desejou, o segundo começa nella; mas de tal sorte, que nem sempre o primeiro engendra o segundo, nem sempre o segundo procede do primeiro.» (p. 42-3)

«Mulher ciosa he bem ocasionada mulher para que se viva sem contentamento. Dizia huma de bom juizo: «A mulher ciosa tende a ociosa»; queria dizer: não lhe deis causa, que ella a não tomará. Esta não vinha distinguir a queixa do ciume; porque aquella que com razão se sente, não chamo eu ciosa. A ciosa he aquella que sem causa se queixa; e estas são as trabalhosas; porque emendar cada hum as suas fraquezas, sobre que he dificultoso, não he impossivel; mas emendar as alheas, não he dificultoso, porque he impossivel.

Contra as ciosas sem razão, o melhor remedio he que ellas a não tenham; porque assim se segura a consciencia e a honra. Contra as ciosas com razão, curando-se o marido da leviandade, fica a mulher curada do ciume. Para desconfianças leves, que hum discreto chamava sarna do amor, que faz doer e gostar juntamente, digo eu que como se satisfizerão as damas, se

satisfarão as esposas. Aquelle amor desordenado mais furioso he, e assi mais vehementes seus ciumes, (como he do melhor vinho o melhor vinagre). Quem soube (que todos soubérão), desmentir os ciumes de sua dama, quando a teve, por esse mesmo modo desminta os de sua molher, quando a tenha.» (p. 46-7)

Algo de similar acontece no passo seguinte, em que, entretanto, tem lugar um desenvolvimento discursivo integrado num exemplo fornecido pelo Autor, que, socorrendo-se de esclarecedoras e incisivas comparações,<sup>74</sup> desenrola a distinção inicial:

«Distingo porém prudentes de ciosos. A prudencia precata, desvia e assegura todos os caminhos da suspeita. Nada disto faz o ciume; antes, para não ser hum homem cioso, convém que seja prudente.

Pô-lo-hei mais claro com este exemplo. O prudente he como o capitão de hum castello, que tras pelo campo de continuo suas espias ao longe, vigiando noite e dia seu enemigo, bem que o não tenha; porque quando o tiver, o não possa tomar de sobresalto. Este tal vive seguro, come com gosto, dorme com descanso. O cioso he como outro capitão, que temendo-se de tudo o que ha e não ha, se encerra miseravelmente em seu castello: o ar que corre lhe faz nojo, a folha que se move cuida que he assalto; e assi sem honra, e sem proveito, cheo de medo e desconfiança, passa a vida, ignorando o que he paz e repouso.» (p. 101)

8.1.3.6. No caso acabado de comentar, encontramos também um acto de tematização enunciado em «Pô-lo-ei mais claro com este exemplo».<sup>75</sup> É o que acontece também no passo seguinte, em que o Autor anuncia o tratamento — e a finalidade a que serve — de algo «que succedeo», seguindo-se de imediato a correspondente narração, introduzida por «E foi que...»: <sup>76</sup>

«Trarei para exemplo de bons sogros o que succedeo quasi entre nós, e quasi em nossos tempos. E foi, que havendo hum homem rico casado huma sua filha com hum fidalgo honrado, e querendo casar outra com outro, em nada maior que o primeiro, este segundo não quiz fazer o casamento sem

---

<sup>74</sup> Sobre as comparações presentes no discurso, ver, em particular, 11.6., onde retomarei o exemplo a seguir proposto.

<sup>75</sup> Sobre este «exemplo», ver, entretanto, mais adiante, a Nota 88.

<sup>76</sup> Ver também 10.10.3.

que lhe dessem em dote mais dez mil cruzados do que ao outro havia dado; e como o sogro dissesse, que teria grande causa de queixa o primeiro genro, dando elle mais ao segundo, e lhe não valesse esta razão para effectuar o ultimo casamento; houve emfim de convir nelle, e effectuallo com tal galantaria e primor, que no proprio dia que assignou as escrituras ao segundo genro, mandou outros dez mil cruzados ao primeiro, dizendo-lhe que não queria que houvesse alguem que cuidasse o estimava a elle menos.» (p. 128)

8.1.3.7. Por vezes, o acto de tematização contém também um segmento que assinala a necessidade ou a obrigação de tratar um tópico — necessidade ou obrigação a que o Autor diz não poder ou não conseguir furtar-se,<sup>77</sup> o que conta também como índice imediato do relevo que lhe quer dar:

«Não me posso escusar de dizer duas palavras a huns certos casados que toda a sua ansia e desejo he andarem sempre ausentes de sua casa em viagens e jornadas, humas para que elles se convidão, outras de que não desvião; deixando as mulheres moças, e ás vezes bem desamparadas de todo o resguardo que lhes he devido.» (p. 116)

O mesmo sucede no passo seguinte, em que o Autor sublinha, e de modo explícito, a importância de que, a seus olhos, se reveste a «materia» — solicitando do destinatário «V.M.» «nova atenção» e prometendo, da sua parte, ‘renovado’ «cuidado» —, a que dedicará alguns extensos parágrafos:

«Somos entrados na santimonia, ou por melhor dizer, na beataria. Tenho cansado a V. M.; quizera passar voando por aqui, mas hei medo que não possa. A materia he das mais importantes; procure V. M., (mas que se force), ouvir-me com nova atenção, que eu tambem, renovando o cuidado, hei de procurar de fallar a V. M.» (p. 78)

Da mesma índole são os dois passos seguintes, em que a tematização é introduzida por «Huma das cousas...» e «Outro genero de...» — expressões denominativas que catalogam genericamente os objectos de discurso

---

<sup>77</sup> Haverá que inscrever esta “necessidade” ou “obrigação” no quadro global da assunção pelo Autor das responsabilidades decorrentes de haver aceitado ‘dar conselhos’ — ou, numa outra perspectiva, no quadro do *contrato fiduciário* estabelecido no e pelo discurso, como deixei apontado em 3.1.4.

em foco; segue-se de imediato a indicação da importância dada a cada um deles:

«Huma das cousas em que os casados mais necessitam de advertencia, he nos casamentos dos filhos. V. M. ainda está longe; porém, como nisto falamos por huma só vez, não será justo que, havendo-me lembrado de tanta impertinencia, me esqueça de cousa tão importante.» (p. 124)

«Outro genero de perigo não menos urgente he o de uns que andão enfeitçados com amigos;» (p. 103)

8.1.3.8. Não pequeno número de actos de tematização ficam vazados em perguntas, introduzidas ou directamente ou em relato. Tal imprime ao discurso uma feição interactiva, nele projectando especificos *movimentos dialogais*,<sup>78</sup> e ao mesmo tempo obtém uma conveniente variação na transição de temas e também um efeito de focalização. Vejamos alguns casos:

«Que direi das voluntarias que, por nome não menos proprio, se dizem teimosas? De outras que aprofiam?» (p. 48)

«Ora do riso, que diremos?» (p. 77)

«Vejo que já me estão perguntando como se houverão em o trato dos frades?» (p. 81)

«Dias há que me perguntou hum fidalgo sisudo, casado de poucos tempos, a que hora seria conveniente se recolhesse á noite para casa.» (p. 103)

Estas perguntas — em particular, as que são formuladas de modo directo — ganham uma feição peculiar de procedimento didáctico, que especificamente pontua o desenrolar do discurso.

Vejamos um outro exemplo, algo diverso (como se notará), mas muito próximo dos acabados de considerar:<sup>79</sup>

«Quer V.M. ver quão leve he a carga deste modo de vida que toma? Meça-a com o peso de essoutra vida que deixa.» (p. 38)

Neste segmento, a interrogativa «Quer V.M. ver...» mobiliza a atenção e a disponibilidade (sobre que directamente indaga) do destinatário

---

<sup>78</sup> Ver 4.4. e também 8.1.8. e 11.2.

<sup>79</sup> O segmento a transcrever foi já objecto de análise, com propósitos diversos dos agora contemplados, em 5.1.1.

para a apresentação — persuasiva, de tipo demonstrativo (Cf. «ver») das ‘vantagens’ do estado de casado sobre o estado de solteiro. Esta interrogativa, que tematiza o objecto a considerar, carreando embora uma pergunta directa, realiza mais exactamente (por indirectão, portanto) um convite, mesclado de exortação, à consideração atenta desse objecto.

A ‘resposta’ a esta intervenção — que tem muito de cortesia/delicadeza e que revela um acentuado pendor didáctico — indica o caminho a seguir (Cf. «Meça-a...») na captação daquelas ‘vantagens’, dando de imediato o Autor a entender (pelo contraste avançado entre, de um lado, «a carga» «leve», e, do outro, «o peso») a orientação para uma conclusão a favor do estado de casado.

Depois de configurar no cotexto subsequente aquele «peso», o Autor retoma e expande essa orientação, tematizando agora em «Pois vejamos...» — segmento que retoma também a perspectiva aberta em «ver» — «o que se lhe dá a hum casado»:

«Pois vejamos o que se lhe dá a hum casado, a troco dessa liberdade que elles tanto allegão que deixão» (p. 38)

As ‘aquisições’ obtidas pelo casado são de imediato desenhadas com nitidez:

«Dá-se-lhe outra; entrega-se-lhe a mulher, com a liberdade, com a vontade, com a fazenda, com o cuidado, com a obediencia, com a vida, com a alma.» (p. 38)

A orientação discursiva para a conclusão a favor das ‘vantagens’ do casado — que havia antes, como assinalai, sido anunciada — é agora explicitamente marcada, do modo enfático que permite a pergunta retórica:

«Quem pezará o que deixa com o que recebe, que logo não conheça os ganhos desta troca?» (p. 38).

Esta pergunta retórica, que retoma eixos semânticos do cotexto considerado (desenhados em «medir», «pezar», «pôr em balança», «deixar», «dar», «receber», «ganhos», «troca», «trazer algum bem», «livrar de tantos males»), com os quais toda a sequência obtém um muito elevado grau de coesão, fecha de modo explícito e ajustado o movimento discursivo inaugurado com o primeiro segmento transcrito. Nesse fecho, ganha saliência o

microdiálogo cristalizado na pergunta retórica<sup>80</sup> (de polaridade negativa), que se orienta de modo decidido para o triunfo ou para a imposição do ponto de vista do enunciador-Autor sobre os «ganhos» efectivos da «troca».

8.1.3.9. A tematização é não raro acompanhada da indicação, e justificação, da extensão a dar ao tratamento da «matéria»:

«Pois estamos aqui, digamos o que ácerca de criados se offerece que advertir. Se for alguma cousa mais proluxo, saiba V. M. que de proposito me detenho, porque julgo este ponto por um dos mais principaes á honra e paz dos casados.» (p. 53)

Essa extensão é variável, em função, seguramente, da importância que o Autor atribui aos diferentes temas — embora cuide de assinalar a relevância de todos eles, como em

«Não me tenha V. M. por mal dizente; mais val que proluxo; mas em verdade que tudo o que aponto he digno de ser lembrado.» (p. 76)

Alguns deles, porém, são apresentados de modo breve ou sumário:

«Não há para que me detenha no modo de vestir-se; vista-se conforme sua idade, mude com ella.» (p. 65)

No caso seguinte, o Autor explicita a sua decisão de proceder a uma consideração demorada do tópico que introduz — e que, em sintonia com a importância que lhe atribui, efectivamente trata com justificada atenção:

«Não quero passar tão depressa por esta palavra ciume, ou ciumes;» (p. 100)

---

<sup>80</sup> Convém ter presente que este microdiálogo cristalizado na pergunta retórica é verdadeiramente um pseudo-diálogo, pois que o locutor-enunciador se apresenta como solicitador de uma resposta, que logo avança — retirando ao interlocutor ou destinatário, quase sempre fictivamente criado e visado, toda e qualquer possibilidade de intervenção.

8.1.3.10. Particularmente coesa se apresenta a algo extensa sequência discursiva — que ocupa as páginas 43 a 49 — em que o Autor trata «os varios generos de ruins qualidades» das mulheres.<sup>81</sup>

Já vimos acima (em 8.1.2.) que D. Francisco Manuel abre e fecha explicitamente esta sub-macroestrutura da sequência nuclear.

O acto de planificação que a abre ramifica-se em diversos actos de tematização, que desenham outros tantos desdobramentos, através dos quais o Autor faz desfilar perante o leitor uma vasta gama de «imperfeições» das mulheres.

O tratamento que de cada uma delas faz o Autor apresenta consideráveis regularidades, que se podem condensar nos seguintes momentos básicos:

- identificação da «imperfeição»;
- avaliação da sua gravidade;
- recomendação da correspondente remediação;
- (por vezes,) previsão da (ou dos gaus da) eficácia da remediação proposta.

---

<sup>81</sup> Não é aqui abordada pelo Autor uma outra 'ruim qualidade' que vem a ser considerada, mais adiante, com algum destaque. Refiro-me à 'imperfeição' da «vingança»:

«Foi questão, e ainda não he conclusão, qual lhe seria peor a hum casado, dar ciumes a sua mulher, ou te-los della? Escuso-me de averigua-la; huma e outra cousa abomino. Ha muitos que do dar ciumes não fazem caso, e grandissimo de os receber.

O engano, Senhor, he manifesto; porque o dar ciumes, que se despreza, de ordinario assenta sobre grande causa; e o recebe-los, que em muito se tem, as mais vezes he imaginação; e como as mulheres padeção ainda menos de fracas que de vingativas, acontece que mil vezes produz nellas mais terriveis effeitos a vingança, que a fraqueza.» (p. 100)

Registo que haverá que ver aqui uma alusão a casos em que a mulher cometia adultério com desejos de vingança (Ver FERNANDES, M. L. Correia — *ob. cit.*, p. 322 (e nota 135)). Índice disso mesmo e da gravidade que D. Francisco Manuel atribui a tal situação é a dureza aqui usada — que contrasta com a brandura da crítica/censura que lhe merece a mesma 'imperfeição' quando considerada num outro quadro, a saber, o das relações entre amigas. Leia-se:

«Tudo isto [= huns descontentamentos, ou arrufos ] costuma proceder de leves causas. E como ordinariamente as vinganças das mulheres não são grandes, por isso são mais as queixas, que dão causa a desconfianças e ruins vontades, com grande cargo do primor, e ás vezes da consciencia; porque debaixo de hum, «eu sou sua amiga», está enroscado hum odio como huma serpente.» (p. 130)

Vejamos um só exemplo:

«Ha não poucas mulheres proluxissimas e de condição impertinente, cuja demasia de ordinario descarrega sobre os criados, a quem são insoportaveis; donde á casa resulta ruim fama, e achar o senhor della com difficuldade quem o sirva. Convém que a estas taes se lhes aperte o freio, se lhes dê pouca mão no governo, e como a pessoas feridas de mal contagioso, as sirvão e ministrem ao longe, ouvindo-as pouco, e dando-lhes a ouvir menos. Mostrem-se-lhes por experiencia os frutos de sua condição, faltando-lhes talvez com o serviço necessario; porque se com este garrote não tornão em si, são por outro modo de difficultoso remedio; e vem a pagar o marido, sem culpa, os desabrimentos da mulher aggressora, e merecedora da ruim vontade dos servos, que, como pouco prudentes, não distinguem em acçoens tão proprias como as de mulher e marido, qual delles he digno de amor, e qual de desamor.» (p. 45-6)

Mas foquemos agora, em particular, a introdução — que é feita em actos de tematização — de cada uma dessas «ruins qualidades», no que o Autor consegue grande variedade; de qualquer modo, essa introdução envolve já, quase sempre, uma avaliação (negativa) sumária, mas incisiva:

«As mulheres de rija condição, a quem comumente chamão bras...» (p. 44)

«a fea he pena ordinaria...» (p. 45)

«Mulher necia, cousa he pesada, mas não insufriavel...» (p. 45)

«A doença, que a muitas aflige, he tambem hum não pequeno trabalho...» (p. 45)

«Há não poucas mulheres proluxissimas e de condição impertinente...» (p. 45)

«Acontece serem escassas; e dos deffeitos mais leves que nellas se achão, he este hum delles.» (p. 46)

«Mulher ciosa he bem occasionada mulher para que se viva sem contentamento.» (p. 46)

«Eis-aqui vem as gastadoras, fogo perenal das casas e das familias.» (p. 47)

«Humas há destas appetitosas...» (p. 47)

«Que direi das voluntarias que, por nome não menos proprio, se dizem teimosas? De outras que aprofiaão?» (p. 48)

«Tudo he sombra se se compara com o defeito da facilidade, ou ligeiresa; e ainda o não acabo de dizer, porque não acho nome decente. Mulheres ha leves e gloriosas, prezadas de seu parecer; loureiras, cuido eu que lhes chamavão nossos antigos, por significar que a qualquer bafo de vento se movião. Este he o ultimo de seus males.» (p. 48)

«De humas que se prezão de fermosas, não há para que nos descuidemos.» (p. 49)

8.1.3.11. Algumas vezes, depois da entrada directa na «materia», há lugar ao seu tratamento ao longo de vários parágrafos. Assim acontece, por exemplo, na abordagem aos «perigos» do «jogo», que, iniciada na página 101, remata explicitamente na página 103 com o enunciado organizador seguinte:

«Acabarei de fallar no jogo com huma bem grande galantaria de hum dos nossos antigos cortezaos.» (p. 103)

O mesmo sucede no tratamento dado aos «desgostos» que as mulheres «não podem remediar» (p. 119) — tratamento que arranca no seguinte enunciado (em que explicitamente o Autor retoma, depois de algumas largas páginas dedicadas a outras/outros «materias»/destinatários, as recomendações dirigidas às mulheres casadas):

«Ora muito há que lhe não digo nada ás casadas, ás quaes tenho para encomendar huma acção não inutil, antes de grande conveniencia» (p. 118-9)

— enunciado que ocasiona logo de seguida, e com a mesma orientação discursiva para a critica/censura, a passagem, por contraste, à consideração das mulheres ‘excessivamente alegres’:

«Pois a proposito destas que de tristes se desconcertam, farei lembrança de outras que igualmente são reprehensiveis por, de muito alegres, se concertarem mais do necessario.» (p. 119).

8.1.4. A composição discursiva é também realizada através de *actos de sumariação*, de dois tipos diferentes.

Trata-se, nuns casos, de sumariação introduzida à guisa de apresentação de tópicos para tratamento ou referenciação imediata (no que estes actos convergem com os de tematização) — casos em que essa sumariação é feita com o recurso ao verbo «reduzir»:

«Reduzira, finalmente, as beatarias da mulher casada em ser muito amiga de Deos, muito temerosa delle.» (p. 82)

«Toda a governança de huma casa eu reduzo a dous pontos: pão e panno; ou prato e trato; regra que muitos dias ha que sabe a prudencia.» (p. 109)

Outras vezes, a sumariação surge como condensação de, e insistência em, o que vem de trás. Vimos acima, em 8.1.2., casos desta natureza.

8.1.5. Vários são os *actos de retoma e expansão*. O papel de organização que desempenham conjuga-se aqui com o da introdução consistente de acréscimos comunicativo-informativos e com o da obtenção de um efeito de insistência em pontos ou rumos discursivos. Vejamos alguns casos:

«Ame-se a molher, mas de tal sorte que se não perca por ella seu marido. Aquelle amor cego fique para as damas; e para as molheres o amor com vista. Ou cure os olhos que tem, ou os peça emprestados ao entendimento desses que lhe sobejão.

Digo, perder pela molher; perder por ella seu marido a dignidade de homem, a troco de lhe não contradizer sua vontade, quando he justo que lha contradiga.» (p. 39)

«Mas tornandoao fauto e escusado adorno das criadas...» (p. 56)

«Particularizando mais este ponto...» (p. 59)

«Mas que seja tornar a isto...» (p. 59)

«Poes a proposito destas que de tristes se desconcertão, farei lembrança de outras que igualmente são reprehensíveis por, de muito alegres, se concertarem mais do necessario. Já disse ácerca das galas e adornos; e não sei se de nojo, ira, ou esquecimento, tardei até agora em fallar de humas que põem no rosto.» (p. 119)

«Mas porque toquei arriba ácerca dos segredos que as mulheres costumão revelar dos officios de seus maridos; a proposito virá agora tratar desta materia, assáz essencial para o descanso do matrimonio.» (p. 123)

Não raro, encontramos a composição discursiva por retoma e expansão na modalidade do acrescentamento de uma complementação ao já tratado, para sua conclusão:

«Não tenho aqui que dizer mais, e antes cuido que fui sobejo; salvo se acrecentar hum aviso de cousa com que ha muito que tenho azar; a qual he ver a humas mulheres andar sempre fazendo festas, pedindo-as, prometendo-as, e acceitando-as, com o pretexto que ellas querem.» (p. 83)

«Ora, poes fallamos em filhos, acabemos o que há que dizer ácerca delles.» (p. 94)

«Se hei de levar ao cabo minhas impertinencias, tambem quero fallar alguma cousa sobre o estilo de se fallarem entre si os casados.» (p. 118)

O acto de retoma matiza-se, por vezes, em *acto de recapitulação*, que dá oportunidade ao Autor para insistir em, e ampliar, determinado aspecto:

«Disse que seria bom ocupar a molher no governo domestico; e he bom, e he necessario, não só para que ella viva ocupada, senão para que o marido tenha menos esse trabalho.» (p. 64)

Esta recapitulação prolonga-se, linhas abaixo, pela especificação conclusiva do rumo básico que localmente marca o discurso:

«Em fim, Senhor N., fique assentado que o gasto ordinario convém que se entregue á molher, pella contentar, pella ocupar, pella confiar, por lhe dar aquelles cuidados, por lhe desviar outros.» (p. 64)

8.1.5.1. Encontramos, entretanto, actos de retoma que se combinam, não com um acto de expansão, antes com um *acto de rectificação* ou com um *acto de restrição*.

No passo seguinte surge uma rectificação (introduzida por «Porém»)<sup>82</sup>, que dá depois oportunidade a uma expansão que conduz ao recorte mais ajustado do que intende o Autor sobre o assunto em foco:

«Porém, poes em tudo vou pondo dos meus unguentos, saiba-se que não julgo as mulheres por de todo indignas de que se lhes confie alguma

---

<sup>82</sup> Outros actos de rectificação, projectados no seio de movimentos argumentativos, serão referenciados e analisados mais adiante.

materia importante. E assim, se houvessemos de medir pela razão este negar, ou fiar segredos, diria que as paixões próprias erão, e são, dignas de lhes serem comunicadas. Os pontos da honra, os misterios do officio, as confianças do Rei, as resoluções da republica, estas deve reservar o casado em seu peito indispensavelmente.

Se eu posso dar regras, melhor regra será esta: póde-se dizer á mulher, o que a mulher póde remediar com suas forças, ou com o conselho; o que não póde remediar, não convém que se lhe diga. Confesso houve, e haverá, no mundo, mulheres de grande coração, donde fora bem empregada toda a confiança; com tudo, isto são como huns baratos que dá a natureza, quando se acha rica e sobeja, que não devemos esperar haja repartido com todas; e apenas podemos crer que com algumas os repartisse.» (p. 123-4)

Outras vezes, à retoma junta-se uma restrição, que permite especificar com mais exactidão o objecto das considerações:

«Póde, e deve bem o marido, quando haja razão e necessidade, louvar modestamente as virtudes de sua mulher; *digo as virtudes, mas não digo as partes*; e das mesmas virtudes não se faça ostentação a cada passo.» (p. 104)

8.1.6. Encontramos também no discurso *actos de reformulação*, que apresentam como operadores mais correntes «digo», «por melhor dizer» e «quero dizer», e que se aplicam aqui regularmente a um nível meramente local (como, de resto, é típico destes actos de composição).

Com estes actos, procura, nas mais das vezes, o Autor uma solução clarificadora de um dado segmento:

«As mãis querem que os maridos os tragão, e folguem com elles; quando V. M. caia nesta venialidade, seja a modo de officios em igreja interdita, quero dizer a portas fechada.» (p. 94)

Algumas vezes, porém, a reformulação traz um considerável acréscimo comunicativo-informativo, como é bem visível em

«Somos entrados na santimonia, ou por melhor dizer, na beataria» (p. 78)

— caso em que a reformulação abre uma perspectiva mais crítica, que será desenvolvida ao longo de vários parágrafos, não sem que o Autor a tenha introduzido com uma anotação que (como apontei em 8.1.3.7., onde o

mesmo passo foi considerado) sublinha bem o relevo que para ele tem esta «materia».<sup>83</sup>

Outras vezes, a reformulação conduz a uma solução sintética e sobretudo acutilante, como em

«Convenho em que o casado principal tenha a sua mesa não faminta, limpissima e bem servida; mas que seja mesa para a boca, não para os olhos. Quero dizer, que ministre a necessidade, e não a vaidade.» (p. 110),

ou a uma indicação mais precisa, como em

«Se hei de apontar regra a este tal retiro, dissera que tendo o casado mais de dous filhos, era o proprio tempo; e que os annos da ausencia da corte podião bem ser aquelles em quanto os taes filhos crescem, e não perdem por não ser conhecidos até então; como se dissessemos, até idade de oito e dez annos.» (p.114)

8.1.7. Pouco numerosos, e de alcance marcadamente local, são os *actos de ilustração* ou *de exemplificação*, como os que se realizam nos seguintes passos, em que surgem assinalados por «como»:

«Amizades especiaes entre esta gente são dinas de tento; segredos perpetuos induzem suspeita. Evite-se-lhe que se chamem humas ás outras com nomes que inventa a sua ociosidade, como: «meu marido», «minha avó», «minha comadre»; ou tambem, «amores», «cuidados», «pensamentos»;» (p. 56)

«Perguntou alguem, algumas vezes, se seria licito deixar usar a molher propria daquellas boas partes de que a dotou a natureza; como o cantar; o dançar, e ainda o fazer versos, e outras semelhantes perogativas, que em algumas se achão, e em muitas pudera haver, se o receo as não suprimisse.» (p. 60)

8.1.8. Não deixarei de referenciar devidamente que a presença de *movimentos dialogais* serve também, só por si, à composição discursiva: estes movimentos, ao mesmo tempo que marcam o discurso de uma feição saliente de interacção e que assinalam o seu carácter de *objecto co-cons-*

---

<sup>83</sup> Referenciarei, e analisarei, em 11.2.2., um outro acto de reformulação que dá lugar a um particularmente vincado acréscimo comunicativo-informativo, que obtém ainda um assinalável efeito argumentativo.

*truído*, pontuam especificamente o seu desenrolar — não raro cumulando o papel de recurso apropriado para a introdução de temas. Isso mesmo foi já apontado e ilustrado acima, em 4.3.-4.4., em 6.1. e 8.1.3.8.; outros momentos o testemunham, como os que serão analisados mais adiante, em 11.2..

9. Muitas das considerações anotadas ou desenvolvidas nos números anteriores deixaram já compreender que o *modo enunciativo* dominante no discurso é o *modo instrucional* ou mesmo *injuntivo-instrucional*, que constitutivamente suscita um posicionamento de cariz judicativo da parte do enunciador. No entanto, este modo enunciativo dominante é entrecortado pela inscrição no discurso de segmentos moldados num segundo modo enunciativo — o *modo enunciativo de narração* — em que ficam vazadas «algumas histórias» que o Autor traz à consideração. Como já aponte, em 3.2., tal desenha no discurso uma específica *heterogeneidade compositiva*.

Nestas «histórias» compendia D. Francisco Manuel muitos e variados ‘casos práticos’ que propõe à reflexão, pretendendo com eles fornecer exemplos da vida do quotidiano que sirvam — favorecendo-a, reforçando-a — à orientação dos casados que empreende no discurso.<sup>84</sup> São neles contempladas situações presenciadas pelo Autor ou de que ouviu falar ou a que acedeu pela leitura — sendo as primeiras claramente maioritárias.<sup>85</sup>

Tais ‘casos práticos’ consubstanciam-se em curtas narrativas — de experiência pessoal, na sua maior parte —, que se incrustam no discurso, no qual desempenham uma função ou um papel de grande relevo.

9.1. Não raro, a introdução do ‘caso prático’ é feita directamente pela passagem ao *modo enunciativo* da narração — de que são traços notórios os marcadores temporais, nomeadamente os tempos verbais do pretérito perfeito simples e do imperfeito.<sup>86</sup>

<sup>84</sup> Ver as considerações que fecham o número 5., em que aponto a relevância destes exemplos na ordem da acção persuasiva empreendida no discurso.

<sup>85</sup> Sobre o significado a atribuir à valorização assim conseguida para a experiência, e ainda sobre a originalidade que a consideração destes ‘casos práticos’ traz à obra em estudo, ver, acima, 1.2. e 3.2.

<sup>86</sup> Sobre o assunto, ver, em particular, FONSECA, F. Irene — *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação António de Almeida, 1992, e também «O perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação», in FONSECA, F. Irene — *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao ensino do Português*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, n.º. 2), 1994.

Junto de imediato dois exemplos, que ocorrem em contiguidade na página 122-3:

«Havia em Castella hum ministro dos que vou dizendo; era pouco limpo, ainda que mui asseado; mercadejava a mulher, e ganhava sempre; elle dizia, quando lhe gabavão suas alfaias: «Muchas gracias à la industria de Doña Clara». E o certo era, que a industria era clara com que D. Clara se aproveitava de sua industria.

Passando a Indias hum mercador, lhe foi dada certa encommenda da mulher de hum ministro; e acertou o pobre de se perder, e perde-la, com todo seu cabedal. Tornou a Espanha, e á côrte; e não lhe sendo recebida em desconto a perdição, houve tal violencia no caso, que lhe fizerão pagar aquella encommenda, com ganhos e cabedaes, como que não pudesse ser perdida como as outras. Voltou a Sevilha, e topando a outro mercador seu amigo, lhe perguntou aonde ia, e havendo-lhe dito que á Igreja maior, a segurar com Deos, e com os homens de negocio, certa grande partida de fazenda que esperava de fôra, então lhe disse o queixosso: «Andad, señor, y no hagais tal; mejor es encomendarla a mi señora D. Fulana, que toda la saca a puerto de salvacion».» (p. 122-3)

9.2. O modo enunciativo de narração conjuga-se, no entanto, nas mais das vezes com a presença de segmentos introdutores, que logo o assinalam, pois têm a força de desenhar de imediato ou de pré-formar sequências discursivas de tipo narrativo. Ao mesmo tempo, estes segmentos comportam não raro dimensões de organização do discurso afins das que vimos concretizadas em actos de composição discursiva, nomeadamente em actos de tematização.

Identificarei os seguintes segmentos introdutores:

1. — os que recorrem ao verbo «lembrar» (nas formas «lembra-me» ou «me lembrou»):

«Lembra-me ácerca disto huma cortezania...» (p. 59)

«Bofé que me lembrou agora huma cousa que me não ha de ficar no tinteiro, mas que todo não venha a proposito. Tinha um ministro muito lisonjeado hum certo filhinho seu, que costumava vir a hum aposento cheo de grandes pretendentes. Havia entre elles hum muito grande nos annos, na pessoa, e no estado; e mais que tudo nos interesses. Era este o que mais praticava com a criaturinha, e taes cousas lhe fazia fazer o espirito máo da

lisonja e adulação que trazia no corpo, que dizia outro pretendente por elle: «Certo, muito he que o interesse faça mais parvo a fulano com os filhos alheios, do que o amor nos faz a nós com os nossos».» (p. 94-5);

2. — os que utilizam «ouvi dizer», «vi»:

«Ouvi já dizer a hum Principe, fallando-lhe huma pessoa de grande respeito por hum criado, a quem aquelle Principe havia descomposto: «Deixai-o, deixai-o estar em minha desgraça, que primeiro que o castigasse com ella, lhe roguei muito que me tomasse por amigo entre os mais por quem me deixou, e nunca quiz senão deixar-me por seus amigos».» (p. 63)

«Vi hum dia a hum grande general rodeado de muitos homens grandes, que o seguião, abrir o corro de todos, e lançar a correr para receber hum filhinho seu que o vinha buscar, e beija-lo em presença daquelle concurso, que todo se estava olhando e admirando de que uma tão grave pessoa pudesse tão pouco consigo.» (p. 93)

«A outro vi, que tendo, por razão de seu cargo, o prato de certo Principe, a quem servia, mandava levar as iguarias a sua casa, as quaes lhes servião a elle á mesa, e de pouco se servia. Sucedia-lhe logo outra mesa de seu filho herdeiro, que comia com hospedes de ordinario, e de quem eu o fui algumas vezes; e eis aqui que appareião outra vez aquelles pratos, sendo já a terceira que no mesmo dia tinhão saído a público; mas não parando nesta mesa, se armava o tinello, e lá hião aos criados maiores, e delles descião os residuos aos menores; de feição que cinco papeis fazião os pobres pratos antes de serem de todo consumidos. Donde, com agudeza bem da sua terra, dizia hum dos criados desta casa: que el N. su señor era el mayor cavallero de España, porque se servia com nietos de Infantes; porque todos sus criados estavam en el quarto grado con S. A.; alludindo ás quatro mesas, por donde, como grãos, vinhão decendo a elles as cousas que na sua se comião.» (p. 110-11);

3. — os que comportam o verbo «contar», as designações «historia», «cousa», «caso» — quase sempre em *colocação* com aquele verbo:

«Por certo que não deixarei de contar o que me contava hum homem discreto, e não bem casado, que havendo-me dito muitas queixas de sua molher, rematou com esta por fim de tudo: «É vé V. M. isto? Pois o que mais sinto della, he ser muito bem quista». E de verdade as muitas amigas he cousa para dar cuidado, porque nem todas pôdem ser como hão de ser as amigas.» (p. 67)

«Contarei a V. M. huma cousa que a meu pesar me lembra. Caminhava por Espanha, ...» (p. 78)

«Ora contarei duas cousas a este proposito estranhas, e que ambas vi, e alguma experimentei com meu dano... » (p. 110);

4. — os que contêm o elemento «já me sucedeu» ou «o que me sucedeu» ou «sucedeo» ou ainda «aconteceu-me»:

«Sucedeo, estando em Madrid, vir á minha casa com grande ansia a molher de hum obreiro a pedir que, «sobre dos savanas le prestasen doze reales»; e perguntando-se-lhe qual era a sua necessidade: «Ai señores, disse, que tengo concertadas a comprar media dozena de higas de azavache lindissimas, y si agora no las tomo, no se quando podré despues haverlas». Soffre-se melhor hum destes desmanchos, quando não he costume.» (p. 47)

«Aconteceu-me hum dia, (e porque o conte com toda a verdade, era huma vespora de Reis), ir a visitar hum fidalgo meu amigo, que por morar longe da minha pousada, e serem dias de inverno, cuidei que o não achasse já em casa. Era mancebo, e notados de pouco governo, elle e sua mulher. Cheguei em fim á sua porta, e ... » (p. 108)

«Já me sucedeu hem huma igreja vir-me perguntar hum pagem esbafo-rido, se vira eu por alli o *Cuidado* da Senhora D. Fulana, que andava perdido; e perguntando qual era o cuidado daquella senhora, que pudera bem ter outros, achei que era hum cachorrinho de aquelle nome.» (p. 71)

9.2.1. Os exemplos apresentados mostram bem — a começar pelos elementos introdutores acabados de referenciar — que, na maioria dos casos, se trata, como já apontei, de *narrativas de experiência pessoal*. A sua específica integração no discurso cria rupturas notórias no modo dominante do seu desenrolar, constituindo, sem dúvida, marcas das fronteiras próprias deste tipo de sequência.

Observar-se-á, entretanto, que estas rupturas não trazem ao discurso soluções de continuidade, pois as narrativas vêm em apoio de rumos discursivos desenhados no cotexto (habitualmente, no cotexto anterior) — rumos esses que rematam e que quase sempre melhor explicitam.

Anotarei, finalmente, que o modo enunciativo de narração projecta no discurso a voz de um actor específico — um *narrador*, que o Autor põe em cena, em que o Autor se desdobra. Alguns dos segmentos introdutores das narrativas atrás referenciados — especialmente os indicados

em 3. (que contêm o verbo «contar», as designações «historia», «cousa», «caso» — quase sempre em *colocação* com aquele mesmo verbo) — apontam de modo particularmente explícito para tal actor e para a índole própria da sua produção discursiva.

9.3. No que tange ao desenvolvimento das «historias», haverá que apontar que delas dá o Autor uma caracterização breve, no que respeita ao espaço (e, por vezes, também ao tempo) e aos actores envolvidos. Em cada uma delas, verifica-se a grande saliência dada às dimensões interactivas, dialógicas, e, naturalmente, às acções discursivas — quase sempre atribuídas a actores discursivos qualificados, e introduzidas por verbos de comunicação, tais como «dizer», «perguntar» (a que se articula, em jeito de formação de *par adjacente*, «responder») —, e também (embora menos vezes) «escrever».

Outras acções discursivas, em que, em larga medida, se concretizam as «historias», são referenciadas em verbos ilocutórios — todos marcados por dimensões salientes de interacção —, como «gabar», «solicitar», «confessar», «pedir», «requerer», «escusar», «queixar-se», «convidar», «praticar», «lisongear», «murmurar», «comparar», «acusar», «desenganar», «recusar», «rematar»...

Estas «historias» ou «casos» apresentam, na verdade, um desenvolvimento condensado — sendo que as macroestruturas típicas da narrativa estão presentes em realizações muito curtas ou breves. O fecho dessas narrativas (a tomar como correspondente à «Moral» das mesmas) consubstancia-se nas mais das vezes no relato de uma intervenção que converge com a orientação discursiva local, que fica, desse modo, suficientemente desenhada. Outras vezes, o Autor junta um breve comentário ou uma apreciação sumária, que tornam mais explícito esse rumo local.

Não faltam também casos em que o Autor manifesta claro envolvimento emocional com os estados de coisas referenciados:

«Havia sucedido hum desconcerto em casa de huma senhora á certa criada sua; e foi tal que se houve de descobrir de noite, e hir-se-lhe buscar o remedio á casa de huma comadre. Dava grandes vozes o portador, e dizia (dizia elle depois que por lhe parecer mais honesto): «Senhora, acuda V. M. depressa á casa da senhora Dona Fulana, que está huma sua dona de parto». Que pregão este! E quem tão culpado na infamia daquella casa, como o descuido do senhor da casa?» (p. 51)

Comentário muito positivo, que não deixa de revelar também envolvimento emocional, é o que segue a narração do «caso» proposto para «exemplo de bons sogros» contido no passo acima, em 6.10, referenciado, e transcrito em 8.1.3.6.:

«Por certo, que não vi nem ouvi cousa mais galante e honrada.»  
(p. 128)

Particularmente forte é o envolvimento emocional, de inequívoca indignação (que acompanha, sublinhando-a, uma atitude de rejeição/condenação que tem por objecto «os interesses»), patenteado por D. Francisco Manuel quando, na sequência deste passo e depois de introduzir um outro «caso» — agora para que «se veja que também há genros que o sabem ser como devem» (p. 128), também acima, em 6.10., referenciado —, escreve:

«Bem vejo que estes exemplos são muito bons para escritos, mas não são taes para praticados; e disso mesmo he a minha queixa. Em fim eu satisfaço a minha obrigação, mostrando como não he impossivel esta devida amizade. Malditos sejam os interesses! que elles tem a culpa de que ella não prevaleça; porque de ordinario acontece que aquelles queixumes de sogros e genros, tudo funda em «sim me deo, não me deo». Grande descanso viera ao mundo, se todos nos contentáramos com o possivel; mas isto he querer outro mundo.» (p. 130)

Como se nota, o segmento que abre o passo transcrito assinala o carácter excepcional das situações consideradas nos dois «casos» propostos à reflexão — implicando mesmo o Autor uma resposta, de teor concordante, a um contradiscurso aí implicitamente convocado.<sup>87</sup> No entanto, D. Francisco Manuel insiste no valor que pretende recolher dos exemplos apontados, embora aceitando reduzi-lo a “mostrar” «como não he impossivel» a amizade entre sogros e genros.<sup>88</sup>

Outras vezes, o envolvimento emocional é apenas referido de modo breve, e logo no arranque da narrativa, como em

«Contarei a V. M. huma cousa que a meu pesar me lembra.» (p. 78)

---

<sup>87</sup> Ver, entretanto, mais abaixo, 11.4.1.

<sup>88</sup> Sobre o segmento que no passo considerado refere a «obrigação» que o Autor intende “satisfazer”, ver 6.8.1. e também a Nota 77.

Vejamos, entretanto, mais um exemplo de narrativa, que ilustra também, mais uma vez, a construção interactiva que habitualmente marca, como assinalai, as «historias»:

«Accusando hum homem a sua molher de mal acostumada diante de seu Principe, foi delle perguntado de que annos entrára em seu poder; e como lhe disse o marido que de doze, respondeo aquelle Rei: «Pois vós sois o que mereceis castigado, que tão mal a criastes.» (p. 41)

A narrativa, extremamente curta, como se vê, é imediatamente seguida de um segmento que marca o rumo discursivo que ela serve:

«Hum leão em pequeno se amansa; aos proprios ferros da gaiola em que vive preso, toma a afeição hum passarinho, sendo aquelle por seu natural feroz, e este livre. He a criação outro segundo nascimento; e se em alguma cousa differe do primeiro, he só em ser mais poderoso este segundo.» (p. 41)

— rumo esse que é ainda amplificado na sequência contígua, que remata com duas perguntas retóricas ( a primeira delas introduzida por uma condicional resumptiva, que muito serve o movimento argumentativo instaurado):

«O homem que tiver discrição e industria, casando com molher de tal idade, pai cuide que vai a ser de sua molher, tanto como seu marido. Póde fazer que ella renasça com novas condições. Se vemos balhar hum urso em huma corda, animal de tão differente despejo que bruto se afirma mal sobre a terra, que ha que desesperar de poder instruir a molher moça em todos os bons costumes e dictames em que a puzer seu marido? E tambem que ha que confiar de que não tome os ruins, se seu marido lhe dá liçoens e motivos para cahir e ficar nelles?» (p. 41)

9.4. Sabemos que os «exemplos» trazem consigo um valor didáctico inequívoco, constituindo também um instrumento poderoso de persuasão. Isso mesmo é explicitado pelo Autor, que assinala, nalguns casos, o sentido que globalmente lhes dá — a saber, o de esclarecer melhor determinado ponto ou aspecto ou o de servir de «prova» para pontos ou rumos locais do discurso, a que dão suporte adequado:

«E por que se veja que tamem há genros que o sabem ser como devem, contarei a V. M. outro caso que bem o prova.» (p. 128)

Por outro lado, os «exemplos» dão seguramente, como já deixei apontado, testemunho de usos, costumes, tensões, conflitos, representações ou modelos do real.<sup>89</sup>

10. Como sabemos, a orientação configuracional do discurso — que identifica o fim para que ele tende, a *totalidade de significação* que nele se constrói — concretiza-se na realização de um macroacto ilocutório de conselho, que se desmultiplica, ao nível local, em actos diversos, que vão desde o conselho ou recomendação à crítica/censura, aprovação, reprovação, passando ainda por actos de louvor ou elogio. Esses diferentes actos ficam vazados, como também já apontei, em variadas soluções léxicas e sintáctico-semânticas, que ocasionam a sua realização directa ou, por diversificadas vias, indirecta.<sup>90</sup>

Deixei também já apontado que a orientação dos casados empreendida no discurso visa uma acção sobretudo preventiva, mas também correctiva/remediadora — a que se junta uma outra, a saber, uma acção incentivadora à perseverança no bem (quando o haja).

10.1. Falar de acção preventiva envolve admitir a iminência de «perigos», «ameaças», «riscos». E, na verdade, estes lexemas, cujo semantismo comporta dimensões avaliativas disfóricas ou negativas, têm uma ocorrência muito elevada no discurso — desenhando exactamente os contornos daquela acção preventiva. Daí também que ganhe saliência no discurso — e como também já registei oportunamente — o elogio da «pessoa advertida», do «prudente», que estará vigilante perante tais situações ameaçadoras.

Em sintonia com isso, acompanha o desenvolvimento do discurso um *topos* argumentativo correspondente ao quadro negativo desenhado, que o convoca — *topos* que não é outro senão o que traduzirei, sob fórmula injuntivo-instrucional, em “*Evite-se!*”. É claro que este *topos* não é dito,

---

<sup>89</sup> Uma das vezes, o «exemplo» avançado não constitui um ‘caso prático’, antes se recorta como um processo comparativo ou de analogia. Tal «exemplo» — que adiante, em 11.6.2., considerarei mais de perto — é assim introduzido:

«Pô-lo-ei mais claro com este exemplo.» (p. 101)

— segmento que explicita bem a orientação, acima apontada, que o Autor dá aos exemplos que aduz.

<sup>90</sup> Ver acima, em particular, 5.

mas é, sem dúvida, comunicado, porque consignificado em cada instância de «advertencia» ou de conselho de tipo preventivo. No entanto, se tal *topos*, na verdade, nunca é dito, ele aflora de modo inequívoco sempre que é recomendada a evitação, e, em particular, em algumas formulações, percorridas por intensificação, como as que focarei, mais abaixo, em 10.9.2., e que ilustro aqui brevemente com a seguinte:

«Fuja-se, como da peste, de repartir casa e receber criados com distinção» (p. 50).

Neste domínio das situações negativas, ao lado das que são ainda potenciais, há também as que são vistas como já consumadas em «danos» — também catalogados de «pessimos efeitos» (p. 107). Aqui, a atitude recomendada não pode ser senão a da remediação — explicitamente referenciada nos lexemas «remedio», «remediar» e também «emendar», que apresentam uma alta taxa de ocorrência no discurso (sobretudo os dois primeiros). Daí que um outro *topos* argumentativo percorra o discurso, em correspondência com estas situações — o *topos*, por elas convocado, que enunciarei, também sob fórmula injuntivo-instrucional, em “*Corrija-se!*”.

Os *topoi* argumentativos enunciados — que se casam com um princípio de razoabilidade e até de bom senso, também implicitamente convocado e activado como doxa, que é — prevêem a sua gradualidade própria, que se estabelecerá em correlação apertada com a gravidade, importância ou alcance que sejam atribuídos às correspondentes situações. De um modo geral, D. Francisco Manuel entende que «tudo [...] he digno de ser lembrado» (p. 76), mas tem, por norma, o cuidado de hierarquizar os «perigos» ou os «danos» através de dispositivos ou soluções que dão a medida daquelas variáveis — sendo que, na grande parte das vezes, se verifica uma orientação para o encarecimento, via intensificação.<sup>91</sup> No entanto (e como também já ficou oportunamente apontado), ao lado de situações negativas e dos respectivos agentes ou responsáveis, que são criticados/censurados — sendo que dessa crítica/censura deriva, por implicação, o incitamento à correcção<sup>92</sup> — surgem também situações, e agentes, positivamente avaliados, objecto de louvor e, noutros casos, de, pelo

<sup>91</sup> Ver, mais adiante, em particular, 10.9.3., e também 11.8.

<sup>92</sup> Ver, acima, 7.3., onde tentei separar *crítica/censura* de *vitupério*, no que respeita à consideração pelo Autor dos aspectos negativos atribuídos às mulheres.

menos, aprovação ou não reprovação. A consideração destas situações, e dos agentes nelas envolvidos, conduz, pela via destes últimos actos ilocutórios, ao incitamento dirigido a todos no sentido de perseverarem nesse bom caminho, constituindo-se em indutores de atitudes e comportamentos similares. É claro que também aqui é suscitado um *topos* argumentativo (casado também com um princípio de razoabilidade e de bom senso), que enunciarei em “*Preserve-se!*” — sendo que tal *topos* prevê, como nos casos dos outros explicitados acima, a gradualidade que tipicamente comporta, a configurar em correspondência com a bondade a reconhecer nas correlativas situações.

O duplo objectivo de correcção, de um lado, e de incitamento à ‘conservação do bem’ (quando o haja), do outro, fica desenhado com clareza no seguinte passo — que também deve ser visto como afloramento ou mesmo explicitação dos *topoi* antes enunciados:

«devemos tanto conhecer o bem, se o há em nós, como o mal, quando o haja; aquelle para que se guarde, e não perca; este para que se emende, e não vá adiante.» (p. 49)

10.2. A acção genericamente directiva, se bem que não impositiva, empreendida no discurso conta, como já assinali devidamente, com um factor legitimador e potencializador de grande alcance, que é a acreditação/credibilização procurada, por diversas vias (já analisadas), pelo Autor.

Tal acção directiva orienta-se para o inculcar de valores, mas sobretudo para o agir. Essa orientação central desprende-se claramente dos próprios conselhos, mas o Autor não deixa de o apontar em diversos momentos, como, por exemplo, nos dois passos seguintes

«Para a conservação desta honra e desta mulher, em que ella tanto estriba, irei assi apontando a V.M. algumas cousas, as quaes não servem aprendidas, senão usadas, e usadas muitas vezes.» (p. 49)

«Temos assentada a familia, e posto ao casado sua casa. Digamos alguma cousa da mulher; e depois apontaremos como deve usar de tudo.» (p. 59)

— passos em que sublinha (sobretudo no primeiro) a necessidade de passar do saber ao fazer, do conhecimento à aplicação.

Como sabemos, os conselhos e actos ilocutórios conexos — muitas vezes projectados em «regras» ou «preceitos» — são acompanhados quase

sempre da consideração de exemplos ou 'casos práticos', que amplificam o efeito de orientação pretendido. Mas idêntico papel desempenham aqui movimentos argumentativos<sup>93</sup>, que envolvem justificações enunciativas, junção de argumentos co-orientados e sobretudo anti-orientados, comparações e analogias, perguntas retóricas, consecutivas e estruturas de correlação, que muito reforçam a acção discursiva. Cabe-lhes também um papel de intensificação dos actos ilocutórios — o que também é conseguido por outras vias, com destaque para a consideração de «danos», «inconvenientes» ou consequências negativas (em graus diversos), que advêm dos referidos «perigos», ou, então, nos casos de louvor, para os benefícios decorrentes das correspondentes situações positivas.

Tal como os exemplos ou 'casos práticos', a acção directiva e as avaliações aí envolvidas dão testemunho apurado de pautas de valores, de modelos do mundo (imediatamente, do mundo da vida conjugal, familiar e social) — sendo que D. Francisco Manuel intenta fazer valer o seu, que transparece dessa mesma acção directiva e das avaliações contidas no discurso.

10.3. Os actos ilocutórios que nos ocupam têm diversificados destinatários, como já se compreendeu. Poucos são especificamente dirigidos ao destinatário imediato da carta. Outros são emitidos para um destinatário genérico ou abrangente — o que é servido por construções impessoais (por exemplo, em «deve-se») ou em enunciados que comportam verbos na primeira pessoa do plural (por exemplo, «devemos»). Outros, porém, têm, imediatamente, destinatários mais particulares — e, entre eles, aparecem como destinatários privilegiados, na ordem do louvor, mas sobretudo da crítica/censura e da advertência, a mulher. Mas o homem (ou melhor, o marido, que é visto como o «senhor» da mulher e da «casa») é também um dos grandes destinatários — sendo que lhe é cometido sobretudo o exercício continuado de uma acção preventiva e remediadora sobre a mulher, dados (como oportunamente aponte) os seus alegados «varios generos de ruins qualidades», fragilidades, «imperfeições», «excessos» e tendo sempre em conta o lugar central que lhe é, a diversos títulos, atribuído ou reconhecido na vida tanto do marido como da família como ainda da «casa» e das relações sociais em geral.

---

<sup>93</sup> Ver, mais abaixo, 11.

10.4. Muitos dos conselhos encontram realização no uso do verbo «aconselhar», que surge actualizado em «aconselharei», «aconselharia» ou «aconselhara» — formas utilizadas como isofuncionais, e marcadas, todas, por uma dimensão modal de mitigação, índice de modéstia/cortesia, jogada seguramente em defesa da boa imagem do Autor (e do destinatário ou destinatários), mas também (e até por isso mesmo) em ordem ao sucesso ou eficácia. Habitualmente, o conselho assim concretizado é seguido de uma justificação (enunciativa, portanto) — não raro preparada no cotexto anterior — que assinala também a importância reconhecida à recomendação. As justificações avançadas contrariam, no entanto, regularmente aquela mitigação — fazendo, então, dela verdadeiramente um dispositivo de modéstia/cortesia —, pois se orientam para a marcação de um encarecimento ou de uma intensificação do acto ilocutório. Ao lado do verbo «aconselhar», surge também com frequência o nome «conselho», e ainda, muito ocasionalmente, «persuadir» (usado também na forma, que carrega mitigação, «persuadir»).

Dou alguns exemplos:

«Aconselharia a aquella a quem tal sucedesse, se apartasse o possível de viver nas cortes e grandes lugares.» (p. 44)

«A quem o prometteo assi, aconselharei que o satisfaça; a quem o não prometteo, aconselharei que o não faça.» (p. 65)

«Misturas delles e dellas não fizera eu nunca, e sempre aconselhára ao senhor se servisse com as criadas, se não fora destitui-los a elles, para nunca o saberem servir quando vem hospedes; donde he necessario que os criados assistão, e donde convém que saibão melhor o que fazem, cousa que raramente sabem fazer os nossos.» (p. 111)

«O mesmo que aconselhára aos Reis para com os vassallos, aconselhara aos vassallos para com os Reis.» (p. 117)

«Eu sou amigo da verdade; e antes aconselhara a cada hum que dissesse, «minha mulher», e, «meu marido», que «minha prima», nem «minha sobrinha», nem «meu tio», nem «meu primo».» (p. 117)

«Ao homem que seu filho se casasse bem, ainda que contra vontade de seus pais da mulher com que casasse, aconselhára que o sofresse, que de secreto o ajudasse, e se não desse por contente, nem descontente, da acção daquelle filho.» (p. 126)

«Ao homem que sua filha lhe fosse levada para casar com o filho alheo, se assi fosse que nisso não perdesse, aconselharia que se fosse após della, e se vencesse no pezar que lhe daria essa desobediencia; que nos mais he teima e raiva, e nos menos verdadeira dor.» (p.126)

Como se pode verificar, nem sempre é especificado o destinatário do acto ilocutório, sendo, no entanto, que o contexto o permite identificar. Não raro, o segmento nominal que designa esse destinatário é deslocado à esquerda, surgindo, deste modo, destacado, e focalizado, no início do enunciado.

Também estão presentes casos de negação ilocutória de «aconselhar», como em

«Houve tantos famosos homens, no apelido de V. M. e em outros, deste tal nascimento, que não aconselhára se esperdiçassem antes de tempo.» (p. 97)

Em dois casos, o Autor põe um grande empenhamento no conselho, que chega a formular como pedido, um deles particularmente encarecido:

«Senhor N., freiras veleiras, que não sejam as serventes dos conventos conhecidos, velhas alumiadas, gentes professoras de novidades, que trazem orações e devações de tantos dias, com tantas candêas, e de tal côr, porque logo Deos (como ellas dizem) lhes mostra o que ha de ser, requeiro a V. M. que tal cousa não admita.» (p. 79-80)

«Tratem-se, a meu rogo, os nossos casados com aquelle modo que melhor companhia faça guardar ao amor e á estimação.» (p. 118)

10.5. O mesmo acto de conselho concretiza-se largas vezes, e como seria de esperar, no verbo modal «dever» com *valor deôntico*, que ocorre nas formas «deve», «deve-se», «devem-se», «devemos». Por natureza, esta realização é mais forte que a que utiliza o ilocutório «aconselhar», por acção do semantismo próprio do deôntico. Esse semantismo comporta, como se sabe, o desenho de uma obrigação — que, por sua vez, convoca, por um lado, uma *fonte deôntica* — uma *autoridade* —, e, por outro, um *alvo* (da obrigação instituída). Este, cujo referente é necessariamente /+humano/, identifica-se com o destinatário do acto ilocutório, sendo aquela identificada — pelo menos de modo directo e imediato<sup>94</sup> — com o Autor, devidamente acreditado para tal, como se viu.

---

<sup>94</sup> Ver, entretanto, 10.11.

São também aqui diferenciados os destinatários/alvos — mas entre eles são, sem dúvida, privilegiados (mais uma vez) o homem/marido e a mulher. Vejamos apenas alguns exemplos em que surge a forma «deve» e em que, simultaneamente, ocorrem como alvos, em complementaridade ou em contraposição, o «homem»/«marido» e a «mulher»:

«Dê-se-lhe a entender á molher que a cousa que mais deve querer he a seu marido. Tenha o marido para si que a cousa que mais deve querer he sua honra, e logo sua molher.» (p. 43)

«Saiba, todavia, a molher sisuda que deve honrar a quem seu marido honra; e o homem honrado, que a ninguem deve dar azo que a sua molher perca o respeito.» (p. 58)

A mesma forma «deve» ocorre também em formulações negativas, sendo que, então, se verifica regularmente a subida ou elevação da negação (o que, de resto, é de norma no deôntico «dever»), como em

«Ha huns casados tão indiscretos que se desviam da mortificação, quando algum a quer receber. Isto não deve ser assim» (p. 82)

«Que o senhor leve algumas vezes o parente, o amigo, o ministro, o prelado, o estrangeiro, e homem douto, e principalmente o homem bom, á sua casa e lhes faça convite, não só o não estranho, mas o louvo. He cousa honrada, e que faz os homens bemquistos. Não deve evitallo sua mulher, antes com todo o concerto decente dispôr que se ministre...» (p.84)

A forma «devemos» nunca é acompanhada pelo correspondente pronome sujeito “nós”, remetendo ora para um alvo abrangente, genérico, como, por exemplo, em

«devemos tanto conhecer o bem, se o ha em nós, como o mal, quando o haja; aquelle para que se guarde, e não perca; este para que se emende, e não vá adiante.» (p. 49),

ora para um alvo constituído exclusivamente pelo homem/marido, como o cotexto — imediato e/ou alargado — permite reconstruir:

«Não venho em que com a molher se litigue, que he conceder-lhe huma igualdade no juizo e imperio, cousa de que devemos fugir. Faça-se-lhe certo que á sua conta não está o entender, senão o obedecer e fazer executar...» (p. 48)

«Confesso houve, e haverá, no mundo, mulheres de grande coração, donde fora bem empregada toda a confiança; com tudo, isto são como huns baratos que dá a natureza, quando se acha rica e sobeja, que não devemos esperar haja repartido com todas; e apenas podemos crer que com algumas os repartisse.» (p. 124)

10.6. Na realização do mesmo acto ilocutório de conselho ocorrem ainda em número elevado outros modais, nomeadamente «convém» (e «conveniente») e «necessario» (inequivocamente mais forte que os anteriores). Sirvam de ilustração:

«Ha não poucas molheres proluxissimas e de condição impertinente, cuja demasia de ordinario descarrega sobre os criados, a quem são insoprtaveis; donde á casa resulta ruim fama, e achar o senhor della com difficuldade quem o sirva. Convém que a estas taes se lhes aperte o freio, se lhes dê pouca mão no governo, e como a pessoas feridas de mal contagioso, as sirvão e ministrem ao longe, ouvindo-as pouco, e dando-lhes a ouvir menos.» (p. 45-6)

«Quando os pais sejam como devem, louvavel he a inclinação; quando não, he necessario que se vá desde logo, e por bons meios, despartindo aquella familiaridade.» (p. 41)

«Para a que fôr ferida deste mal, he necessario armar de hum grande recato e vigia» (p. 47)

«Disse que seria bom ocupar a molher no governo domestico; e he bom, e he necessario, não só para que ella viva ocupada, senão para que o marido tenha menos esse trabalho.» (p. 64)

«Por isto mesmo me parece que aquella sua agilidade no perceber e discorrer, em que nos fazem ventagens, he necessario tempera-la com grande cautela.» (p. 74)

«Misturas delles e dellas não fizera eu nunca, e sempre aconselhára ao senhor se servisse com as criadas, se não fora destitui-los a elles, para nunca o saberem servir quando vem hospedes; donde he necessario que os criados assistão, e donde convém que saibão melhor o que fazem, cousa que raramente sabem fazer os nossos.» (p. 111)

10.7. Ocorrem também formas mitigadas de conselho, nomeadamente aquelas em que o Autor apenas dá, pela positiva ou pela negativa, o seu «parecer» — em formulações variadas:

«Estas contas de fazenda entre casados, não seria eu de parecer que jámais se ajustassem, nem levassem ao cabo» (p. 65)

«Quando o ministerio, o officio, ou negocio assim o pedissem, fora de parecer que os criados comessem primeiro» (p. 112)

«Fora de parecer que nos casos miudos, (que estes são os mais), hum pouco se dissimulára.» (p.130)

Algumas vezes, porém, o «parecer» — negativo — é dado de forma enfatizada, valendo como *rejeição*:

«Tenhão as senhoras toda a piedade e compaixão dos pobres e afligidos, mas humas devações a beatas e beatos extravagantes, não levarão já mais meu parecer.» (p. 79)

Esta rejeição é de imediato reforçada na sequênciã do mesmo passo, já comentada no final de 10.4., que retomo:

«Senhor N., freiras veleiras, que não sejam as serventes dos conventos conhecidos, velhas alumiadas, gentes professoras de novidades, que trazem orações e devações de tantos dias, com tantas candêas, e de tal côr, porque logo Deos (como ellas dizem) lhes mostra o que ha de ser, requeiro a V. M. que tal cousa não admitta.» (p. 79-80)

No passo seguinte, a rejeição sucede a um duplo movimento concessivo (expresso, de modo peculiar, em «deixemo-las»), a que se liga através da contrastiva «porém»; neste caso, a rejeição é muito enfaticamente formulada:

«Mas deixemo-las com os seus guarda-infantes, que elles virão a ser mãos, (se agora ainda o não são), como ellas acharem outro trajó de que cuidem as faz mais airosas. Deixemo-las com suas visitas, romarias, e jornadas, que ainda que não era bom, já o uso lhe comunicou seu privilegio; porém jógos excessivos, banquetes descompostos, vindas fóra de horas, amizades com profia; as comprehendidas (se as ha) dem licença, porque eu me resolvo a dizer a V. M. e a todo o mundo, que estas taes são daquellas cousas que nenhum uso póde fazer decentes.» (p. 63)

10.8. Como também seria de esperar, são extremamente numerosas as ocorrências de formas de imperativo — quer positivo quer negativo.

Encontramos também, algumas vezes, o infinitivo com o valor de imperativo, a que traz regularmente intensificação, como ilustrarei mais adiante.

Com alguma frequência, encontramos a forma «saiba» (e também, ocasionalmente, «saiba-se») actualizada com o valor genérico de *fórmula de notificação*, mas veiculando uma dimensão de forte *advertência*. Com tal fórmula, o Autor visa comprometer o correspondente destinatário — na base do conhecimento, dado a partir de então como por ele adquirido, do conteúdo proposicional que ela introduz — à adopção de determinado comportamento ou atitude (especificado/a nesse mesmo conteúdo proposicional ou dele derivado/a):

«Saiba toda a molher que o mundo he maior que seu appetite, porque não queira fazer-se necessitar de quanto vir ou ouvir. Deos nos guarde de humas que fazem certo aquelle rifão bem vulgar, mas muito proprio: «A minha filha Tareja, quanto vê, tanto deseja.»» (p. 47-8)

«O marido que vir sua molher inclinar a esta vaãgloria, viva por ella mesmo avisado, e saiba que tem perigosa mercadoria, sendo esta das molheres ao revez que as outras, pois quanto mais cobiçada he, menos he para cobiçar. E por esta razão não faltou já quem duvidasse se a fermosura se dava por premio, se por castigo.» (p. 49)

«Saiba, todavia, a molher sisuda que deve honrar a quem seu marido honra; e o homem honrado, que a ninguem deve dar azo que a sua molher perca o respeito.» (p. 58)

Algo próximo é o funcionamento da forma «considere» (e «considere-se»), que também encontramos com alguma frequência — embora ela não contenha a dimensão de advertência que reconhecemos em «saiba», carreando antes uma exortação à reflexão ou um apelo, empenhado, à atenção ou à avaliação criteriosa da parte do destinatário:

«Considere que aqui não padece alguma força sua liberdade» (p. 37)

«A fea he pena ordinaria, porém que muitas vezes ao dia se pôde aliviar, tantas quantas seu marido sair de sua presença, ou ella da do marido. Considere que mais val viver seguro no coração, que contente nos olhos; e desta segurança viva contente» (p. 45)

«Considere-se (para que se bem soffra) que a obrigação do fiel companheiro he guardar companhia, tanto pelo máo, como pelo bom caminho.» (p. 45)

10.9. Vimos, em 10.7., casos que merecem «parecer» desfavorável — que pode ir até à rejeição — da parte do Autor.

10.9.1. Outros casos de avaliação negativa são explicitamente assinalados em negações ilocutórias, como «não aprovo», «não louvo», «não gabo», ou em expressões equivalentes, como «tampouco levará o meu voto». A instrução directiva assim activada é facilmente calculável:

«Não aprovo tal uso, se se lhe ouver de assinar particular exercicio, antes sou muito contra elle, porque entram e saem, são espertos e artistas, tomão cio com o favor como quartaos gallegos, e saem delle com más manhas.» (p. 51)

«Ha homens que tem por grande siso o não terem parte nestas contendas. Tal não aprovo» (p. 130)

«Não louvo o trazer castanhetas na algibeira, o saber jacaras, e entender de mudanças do çarambeque, por serem indicios de desenvoltura.» (p. 61)

«O ir ás quintas louvo, o morar nellas não gabo;» (p. 113)

«Huma casta de molheres que ha pelo mundo, que são entre hospedas e recolhidas, tampouco levará o meu voto.» (p. 55)

10.9.2. Particularmente enfatizada é, por vezes, a acção preventiva ou correctiva recomendada face a situações negativas, que ficam desse modo também sublinhadas. As soluções léxicas são aqui reveladoras da intensificação, que se prolonga ainda, em alguns casos, por *comparações emblemáticas* (ou estruturas a elas ‘aparentadas’), que utilizam elementos mobilizadores:<sup>95</sup>

«Ha não poucas molheres proluxissimas e de condição impertinente, cuja demasia de ordinario descarrega sobre os criados, a quem são insopor-taveis; [...] Convém que a estas taes se lhes aperte o freio, se lhes dê pouca mão no governo, e como a pessoas feridas de mal contagioso, as sirvão e ministrem ao longe, ouvindo-as pouco, e dando-lhes a ouvir menos.» (p. 45-6)

«Fuja-se, como de peste, de repartir casa e receber criados com distincão» (p. 50)

---

<sup>95</sup> Ver 11.6.

«Mulheres que são como o Rio Nilo, a quem se não sabe o nascimento e toda a sua corrente, fugir, Senhor, dellas, como dos proprios crocodilos que dizem leva esse rio.» (p. 53)

«Humas ha que chamão madres, que se prezão de dizer cousas em segredo; se se casará, se terão filhos, se será o marido governador de tal parte, se ficarão veuvas cedo; benzem enfermos, vão a Santo André, gastão rollos com seus nós todo o anno; affirmão que a alma do parente não esteve mais que tres dias no Purgatorio: guardar, senhor, de tudo isto, como do proprio inferno.» (p. 81)

«Guarde-se o discreto de contar a sua mulher as historias passadas de seus amores, e de sua mocidade. Causão assim dous males; dar a conhecer ás mulheres a fraqueza de seu natural, e entenderem como ha outras pello mundo que se deixão enganar facilmente.

Por nenhum caso se lhes sirva o prato da leviandade alheia» (p. 90)

«Mesinhas, caldas, devações, frades que benzem, freira que toca, fisicos estrangeiros, quintas essencias, bebidas desusadas, emprastos desconhecidos; de tudo isto livre Deos a V. M..» (p. 94)

«Benzer, Senhor, benzer, como do diabo, de cousas passadas, que não dalde, na linguagem das velhas, cousas passadas, ou cousas más, he tudo o mesmo; nem com os olhos se torne a voltar para ellas, nem para ver se ficam lá muito longe.» (p. 99)

«Amoesto a todo o casado fuja esta peste...» (p. 100)

«Pois huns gritadores, e que por qualquer mosca que voou contra seu gosto já fundem a casa, e tirão della o segredo de sua má condição, e elles proprios o lanção na rua! Deos nos livre, senhor, de tão máo costume.» (p. 107)

10.9.3. As situações negativas são algumas vezes apresentadas como o ponto de chegada de um processo evolutivo de degenerescência ou de degradação, marcado em segmento que comporta a expressão resultativa «chegar a» seguida do quantificador «tanto», que, por sua vez, introduz uma consecutiva<sup>96</sup> — estando todo o conjunto assim desenhado orientado para a intensificação:

«Estou de candeas ás avessas com um novo costume de humas capinhas, que não sei donde vierão, porque me não lembra que tal visse em nenhuma parte. Ora seja, ou não seja de outra nação, elle não é trajo autori-

---

<sup>96</sup> Ver, mais adiante, 11.8.

zado, nem (a meu juízo) decente; e já tão vulgar, que isso mesmo pudera ser o meu desprezo; podendo-se com mais razão dizer pelas taes capinhas, o que dizia hum pechoso pelas violas, que sendo excellente instrumento, bastava saberem-no tanger negros e patifes, para que nenhum honrado a pusesse nos peitos.

Chega o desatento a tanto, que neste trajo se aceitação visitas; e he cousa muito para evitar, por ser tão pouco airosa para quem a offerece, como para quem a recebe.» (p. 83-4)

«E por que não nos desconsolamos de todo com os costumes modernos, nem os que se prezão de severissimos nos queirão confundir com a pureza dos antigos; como se poderá crer que naquelle reinado de El-Rei D. Sebastião, em que os homens se fingião de ferro, por contemplação dos excessos de El-Rei, era costume andarem os fidalgos mancebos encostados em seus pagens, como oje as damas? E chegava a tanto aquelle máo costume, que quando os que jogavam a pella passavão de huma casa para outra, o não fazião sem que lhes chegassem os pagens, e nelles se encostassem.» (p. 93)

«Falta-me aqui por advertir alguma cousa a humas certas mãis, e não sei se a alguns pais, que dão seus geitos ás filhas para que se casem; particularmente a aquellas de bom frontispicio; largando-lhes para esse efeito hum pouco a redea do recato.

Digo de mi, que sou austerissimo nesta materia. Se a houvesse de julgar conforme meu natural, não acabára nunca de condena-la. Vemos comtudo pello contrario tantos exemplos, que parece tem já tirado o horror que nella acháráo outros. Fóra de Espanha he tão ordinaria esta arte, (em Flandes especialmente), que os galanteos são permittidos e devidos, e chega a tanto, que os pais e mãis vem a ser os mestres das filhas, a quem aconselhão os termos por que se devem haver com seus amantes, até os obrigar a que lhes sejam maridos.» (p. 125-6)

10.9.4. Outras formas de hierarquização/intensificação dos «avisos» se podem encontrar com frequência, como as presentes nos seguintes exemplos (em que destaco as expressões correspondentes)<sup>97</sup>:

«Faz grande dano huma maldita palavra, que se nos pegou de Castella, a que chamão despejo, de que muitas se prezão; e certo que, em bom portuguez, despejo he descompostura. Outra explicação lhe hia eu a dar, mas esta baste. E claro está que o despejo he cousa ruim, porque o pejo era cousa boa. *Nada disto se lhe perdoe.*» (p. 77)

---

<sup>97</sup> Ver também os procedimentos de intensificação deste mesmo tipo referenciados em 7.1.1. na realização do acto ilocutório de censura dirigida ao homem «frouxo».

«Tenho por muito digno de repreensão o andar por casa descomposto. Persuadira, a não ser molesto, que fosse o mesmo traje o de casa e o da rua. [...]

Alguns ha tão pouco advertidos que requebrão suas mulheres á mesa diante de seus criados, agora com as palavras, agora com os meneos. *He de todos os modos indignissimo*, porque igualmente *offende* a modestia dos homens e a honestidade das mulheres.» (p. 93)

«Não são poucos, nem pouco grandes aquelles, que entremetendo de cortesãos, ou engraçados, gabão em público as partes de suas mulheres, ou fallão nellas; *cousa, a meu juizo, indignissima, e dignissima de grande repreensão. Eu fiquei hum dia como morto*, fallando com hum fidalgo de idade e autoridade, porque me disse, estando sua mulher doente de hum peito, que fulana estava muito afligida, porque tinha as tetinhas muito delicadas.» (p. 105)

Neste último exemplo, a intensificação — manifestada já em «cousa [...] indignissima, e dignissima de grande repreensão» — prolonga-se pela referenciação, particularmente expressiva (Cf. «Eu fiquei [...] como morto»), do estado de espírito desencadeado no Autor pela situação em foco.

10.10. Entretanto, e como sabemos já, o discurso em análise não se alimenta exclusivamente de situações negativas, embora elas nele sejam amplamente dominantes. Nos casos de consideração de situações positivas, os conselhos apresentam, naturalmente, uma orientação diversa dos anteriores: visam agora incitar os destinatários respectivos a perseverarem no caminho positivo referenciado, e também, levar os que que nesse caminho ainda (ou já não) se não reconhecem a tomar as situações e os actores nelas envolvidos como modelos a seguir.

10.10.1. A avaliação positiva — de que se desprende por derivação ilocutória o valor de conselho ou de recomendação, no duplo sentido acabado de apontar — é expressa muitas vezes em «gabar», «louvar» e «louvavel», sendo não raro que no mesmo enunciado a apreciação eufórica se prolonga em outros lexemas:

«Gabo muito, Senhor meu, hum conservar nas casas certos costumes nossos familiares e antigos que as fartão, alegrão, e agasalhão, corroborando de novo o amor que se tem ao senhor da casa.» (p. 112)

«Quando os pais seião como devem, louvavel he a inclinação.» (p. 41)

«Com tudo me parece conveniente deixar cevar, (digamo-lo assi), as molheres nestas suas curiosidades femeais; serem prezadas de melhor marmelada, boas caçoulas, consoadas pontuaes, labores exquisitos, pano delgado, e cousas semelhantes; que verdadeiramente as que se enfrascão nestes negocios caseiros, não lhe lembrarão outros, e este he louvavel.

Debaixo da mesma lei comprehendo os adornos e alfaias de casa, julgando-a huma excellente occupação a da senhora que dellas trata; e a seu marido louvarei muito, que em tal exercicio a ajude sempre. Honrão, alegrão, servem; e em fim he thesouro que se faz para as filhas, e em que se ganha ás vezes mais que em mandar encomendas á India; porque para levantar o falso testemunho de hum dote de tantos mil cruzados, não ha reposteiro velho, nem tapete, que não valha a cento por cento.» (p. 67)

«se ao Domingo quizer ir á igreja, he bem louvavel.» (p. 82)

«Que o senhor leve algumas vezes o parente, o amigo, o ministro, o prelado, o estrangeiro, e homem douto, e principalmente o homem bom, á sua casa e lhes faça convite, não só o não estranho, mas o louvo.» (p. 84)

O enunciado seguinte (já acima, em 10.9.1., transcrito) tira efeito, também pela sua brevidade, da contraposição imediata de «louvar» e «não gabar» (e ainda da deslocação à esquerda do objecto):

«O ir ás quintas louvo, o morar nellas não gabo.» (p. 113)

10.10.2. Convirá aqui lembrar o louvor presente, e sempre encarecido, em diversos momentos do discurso à «pessoa advertida», ao «prudente» e também às «boas molheres», à «mulher honrada» — aspecto já suficientemente tratado antes.

10.10.3. O louvor está implicitamente contido em casos em que o Autor propõe de modo explicito para exemplo a seguir — sendo, exactamente por isso, activada uma avaliação positiva dos estados de coisas em cada um deles capturados. É o que encontramos, por exemplo, nos casos já acima referenciados, e que retomo:

«Tratarei para exemplo de bons sogros o que succedeo quasi entre nós, e quasi em nossos tempos.» (p. 128)

«E por que se veja que também há genros que o sabem ser como devem, contarei a V.M. outro caso que bem o prova. (p. 128),

— e ainda no seguinte:

«Particularizando mais este ponto; tenho por grande prudência o dar tinello aos solteiros.» (p. 59)

10.11. Quero fechar a análise das dimensões ilocutórias mais salientes que percorrem o discurso, com destaque para o acto ilocutório dominante que é o de conselho (nas suas realizações directas e indirectas), com a seguinte observação, que devo enfatizar devidamente. No quadro de uma estratégia de acreditação/credibilização que percorre todo o discurso, e que deixei analisada em 6., o Autor acentua que fala em nome da verdade, da experiência, da razão, do conhecimento do mundo e das «cousas naturaes», e também em nome de doxas, comumente aceites, em particular, das que estão compendiadas em sentenças, ditos, adágios, ríffões — em que estão moldadas representações que perduram —, e das que nos chegaram de fontes livrescas, desde a antiguidade. É isto de tal modo que o discurso de D. Francisco Manuel aspira claramente a constituir-se, ele também, em verdade geral, instaurando a ideia de que a «pessoa advertida», o «prudente», não pode senão comportar-se à luz do que recomenda.

Por tudo isso, o seu discurso de aconselhamento desliza com propriedade para *discurso de preceituação*, fortemente constritor. Constitui-se, em suma, em *corpo de doutrina*.

Neste quadro, a *fonte deôntica*, ou a *autoridade*,<sup>98</sup> — envolvida no estabelecimento de directrizes, de «regras» ou «preceitos» ou, mais especificamente, de obrigações — mais do que se identificar com o Autor (devidamente acreditado, como vimos) é verdadeiramente constituída pelos valores que D. Francisco Manuel convoca e de que se faz eco, dando a entender (implicitando) que não é mais do que simples mediador, que a esses valores empresta a sua voz.

11. A natureza avaliativo-judicativa e directiva do discurso convoca fortemente uma *condição de argumentatividade*, que impõe a presença a cada momento de movimentos argumentativos ao serviço da defesa de

---

<sup>98</sup> Ver, acima, 10.5.

posições assumidas, da inculcação de valores e normas, do incitamento à prevenção ou à remediação ou ainda à perseverança no bem, se for caso disso.

Não vou passar em revista todos estes múltiplos e variados movimentos argumentativos nem certamente os dispositivos e soluções léxicas e sintáctico-semânticas neles envolvidos. Tratarei antes de analisar alguns deles, que tomo como particularmente representativos.

11.1. Muitos movimentos argumentativos actantes no discurso em análise respeitam a enunciados causais — quer se trate de *causais de re* (ou *de enunciado*) quer de *causais de dicto* (ou *de enunciação*).<sup>99</sup> Interessar-me-ei apenas pelas segundas, que são projectadas como *justificações enunciativas*.

Estas justificações, que constituem segmentos de natureza metadiscursiva, surgem umas vezes sinalizadas por conectores, outras vezes directamente introduzidas sem conector ou outro elemento de natureza especificamente causal.

Importa observar que as justificações enunciativas se inscrevem no discurso como *actos subordinados*, em articulação com os segmentos objecto de justificação, em que se concretizam, correlativamente, *actos principais* ou *directores*. Como a própria designação o indica, são estes últimos actos que presidem à configuração básica e à progressão do discurso, enquanto aqueles desempenham o papel, diversificado, de adjuvantes ou de circunstâncias (de índole variada) — inscrevendo-se, uns e outros (tal como, de resto, a generalidade dos actos de composição acima, em 8., analisados, e ainda os que marcam e/ou dão concretização à feição interactiva de largos segmentos da carta), no domínio da *coerência pragmático-funcional do discurso*, que desenham.<sup>100</sup>

Muitos dos passos transcritos ao longo da exposição servirão aqui de ilustração; juntarei, no entanto, alguns outros exemplos.

---

<sup>99</sup> Para uma apresentação destes dois tipos de causais, e sua exploração no domínio das consecutivas, ver FONSECA, J. — «Pragmática e sintaxe-semântica das consecutivas», in FONSECA, J., *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto (Coleção Linguística/Porto Editora, n.º 5), 1994.

<sup>100</sup> Ver FONSECA, J. — «Dimensão accional da linguagem e construção do discurso», in FONSECA, J. — *ob. cit.*

11.1.1. Os segmentos justificativos precedem, por vezes, os correspondentes enunciados directivos ou avaliativos, que são introduzidos por conector causal-conclusivo («donde», «por donde», «por isto mesmo», «assim», «por isso»). Desenham-se, assim, *movimentos discursivos de consecução*, de natureza ilativa — em que a justificação surge com *orientação pro-activa*. Passo a exemplificar:

«Misturas delles e dellas não fizera eu nunca, e sempre aconselhára ao senhor se servisse com as criadas, se não fora destitui-los a elles, para nunca o saberem servir quando vem hospedes; donde he necessario que os criados assistão, e donde convém que saibão melhor o que fazem, cousa que raramente sabem fazer os nossos.» (p. 111)

«E da mesma sorte, assi como os humores mais sutis e delgados são os que primeiro se resolvem e corrompem, assi as molheres são as que primeiro dão causa a qualquer movimento; por donde he necessário viver com ellas muito regrado, porque se não destemperem, adoeção, e matem o contentamento.» (p. 57)

«Sou de muito diferente opinião, e creio certo ha muitas de grande juizo; vi, e tratei algumas em Espanha, e fóra della. Por isto mesmo me parece que aquella sua agilidade no perceber e discorrer, em que nos fazem ventagens, he necessario tempera-la com grande cautela.» (p. 74)

«Porém, poes em tudo vou pondo dos meus unguentos, saiba-se que não julgo as mulheres por de todo indignas de que se lhes confie alguma materia importante. E assim, se houvessemos de medir pela razão este negar, ou fiar segredos, diria que as paixões proprias erão, e são, dignas de lhes serem comunicadas. Os pontos da honra, os misterios do officio, as confianças do Rei, as resoluções da republica, estas deve reservar o casado em seu peito indispensavelmente.» (p. 123-4)

«O casar mal, e a desgosto dos pais, he o ultimo desconcerto, e o que mais vezes se vê. Tem só o remedio na perservação; porque para o erro não ha mezinha. Advirtão-se assim os pais de darem com tempo estado aos filhos; e pello menos, quando não possa ser com a brevidade que se deseja, mostrem-lhes que disso se trata. Com esta esperança os entretenham.» (p. 127)

«E porque, como vemos a corda de poucos fios se quebra facilmente, se com ella apertão muito; por isso he necessario tecer, e torcer de muitos avisos e remedios esta corda, de que está pendurada a honra, vida, e salvação dos casados; porque com as forças do vicio se nos rompa.» (p. 131)

11.1.2. As mais das vezes, porém, os segmentos justificativos seguem os enunciados a que respeitam — recortando-se, dessa forma, uma justificação com *orientação retro-activa*.

11.1.2.1. Acontece não raro que as justificações são introduzidas directamente, sem conector ou outro elemento que as assinale. Dou dois exemplos:

«Debaixo da mesma lei comprehendo os adornos e alfaias de casa, julgando-a hum excellentissima occupação a da senhora que dellas trata; e a seu marido louvarei muito, que em tal exercicio a ajude sempre. Honrão, alegrão, servem; e em fim he thesouro que se faz para as filhas, e em que se ganha ás vezes mais que em mandar encomendas á India.» (p. 67)

«He para ser seguido e acompanhado do bom casado, o casado de bom procedimento; e destes sempre deve de ser o parente preferido. São bons para amigos, aquelles cujas mulheres são tambem amigas das mulheres proprias. Podem-se ajudar e prestar nas occasiões; desabafa-se com elles o enfadamento familiar com mais confiança de compaixão e remedio...» (p. 103)

11.1.2.2. Quase sempre, porém, os segmentos justificativos são marcados por conector causal — habitualmente «porque». Vários dos passos transcritos ao longo da exposição contêm segmentos deste tipo, pelo que não será necessário juntar aqui exemplos.

11.1.2.3. Algumas vezes, os enunciados justificativos utilizam a invocação explícita de «razões». Servirá aqui de exemplo o passo transcrito e comentado acima, em 8.1.3.4., em que a especificação de cada uma das (duas) «razões» é (redundantemente) introduzida por «porque».

11.1.3. Para além — ou no quadro — da afirmação da bondade dos propósitos que presidem à elaboração do discurso (aspecto que deixei analisado atrás, em 6.2.), encontramos habitualmente a indicação de benefícios a atingir mediante a observância dos conselhos. Há que tomar estes benefícios — expressos correntemente em enunciado ou segmento de cariz final (marcado por «para» ou «para que») como outras tantas justificações enunciativas: esses segmentos referenciam elementos ou estados de coisas dados como impulsionadores da enunciação da recomendação ou do «aviso» a que surgem vinculados. Dou só dois breves exemplos, pois

muitos outros se podem encontrar nos passos transcritos ao longo da exposição:

«Para a satisfação dos pais, convem muito a proporção do sangue, para o proveito dos filhos a da fazenda, para o gosto dos casados a das idades.» (p. 38)

«Para que lhe não seja molesto o pedir-lhe contas, dê-lhe contas seu marido de aquilo que gasta, e corre por sua conta. Mostrar-lhes confiança as obriga a que fação o mesmo.» (p. 65)

11.1.4. As justificações acumulam habitualmente um outro papel — o de hierarquizar os conselhos e outras dimensões ilocutórias.

Vimos antes que esta hierarquização utiliza soluções léxicas e sintáctico-semânticas, ao serviço da intensificação dos actos ilocutórios.<sup>101</sup> Nesses casos, não raro a intensificação assim obtida prolonga-se pelo teor das justificações que os acompanham. No entanto, nas mais das vezes, as justificações constituem os elementos intensificadores exclusivos — contrariando até, em muitos casos, a presença de elementos de mitigação presentes em formas de verbos ilocutórios, como se viu acima, para as formas «aconselharei»/«aconselharia»/«aconselhara» ou «persuadirá».

A justificação/intensificação é carreada muito regularmente (como apontei em 10.2.) pela indicação das consequências perniciosas — dos «danos» ou dos «inconvenientes» ou dos «pessimos efeitos» — do fazer/não fazer apontado nos vários actos ilocutórios que envolvem uma avaliação negativa ou, correlativamente, pela explicitação das consequências positivas ou dos benefícios do fazer/não fazer ligado aos actos que convocam ou contêm uma avaliação positiva.

11.2. Muitos são os movimentos argumentativos que se concretizam em perguntas retóricas. São conhecidos, de um lado, o dispositivo básico da pergunta retórica — que, por obra da cristalização que nela se contém de

---

<sup>101</sup> Para além dos aspectos já tratados e ainda dos que a seguir serão focados, convirá registar que a intensificação dos «avisos»/conselhos ou recomendações é também feita por outros meios; entre os mais correntes, encontramos: a referência da “urgência” de que se reveste a correcção ou remediação de um dado aspecto; a modificação intensiva por «sobretudo», «muito» e «grande», esta aplicada a um elevado número de lexemas, como «perigo», «inconvenientes», «tento», «leviandade», «prudência», «cautela», «dano».

um microdiálogo,<sup>102</sup> acciona uma instância específica de *polifonia*<sup>103</sup> —, e, do outro, o potencial persuasivo que comporta (basicamente, decorrente da circunstância de que aquele microdiálogo cristalizado serve à imposição do ponto de vista de um enunciador, que leva de vencida outro ou outros pontos de vista sustentados por outro ou outros enunciadores, efectivos ou potenciais, que são convocados ao discurso).

Um e outro destes aspectos já foram acima ocasionalmente invocados. Registarei, então, algumas das muitas ocorrências da pergunta retórica ao longo do discurso, juntando de quando em vez alguns outros comentários.

11.2.1. Muitas das perguntas retóricas são introduzidas ou contêm morfemas interrogativos («quem», «que», «quanto», «porque», «como»):

«Quem pezará o que deixa com o que recebe, que logo não conheça os ganhos desta troca?» (p. 38)

«E quem tão culpado na infamia daquela casa, como o descuido do senhor da casa?» (p. 51)

«Quem deo hum anel de diamantes em huma caixinha dem veludo, que não desse tambem a caixa, como deo o anel?» (p. 65)

«Vou estando tão impertinente, que nem passaros hei de deixar. Ruysenhol de todo o anno, que canta de noite, e dizem logo que faz saudades, de que serve? De que servem saudades, estando o marido em casa?» (p. 71)

«Quem tal havia de cuidar?» (p. 87)

«Que há de ganhar do porvir, quem logo de ante mão entra perdendo?» (p. 88)

Nas mais das vezes, a pergunta retórica integra-se em complexos mais ou menos extensos (em que figuram condicionais resumptivas ou

---

<sup>102</sup> Sobre este microdiálogo, ter-se-á em atenção o que observei acima, na Nota 80.

<sup>103</sup> Sobre polifonia no discurso (noção que voltará ainda a ser aqui convocada), ver FONSECA, J. — «Heterogeneidade na língua e no discurso», in FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, n.º 5), 1994.

hipotéticas, consecutivas, comparativas, estruturas de correlação) ou mesmo numa sequência coesa de enunciados, que remata — sendo ainda que uma vez ou outra assistimos ao encadeamento de duas dessas perguntas.

Estes complexos em que se integram as perguntas retóricas convergem claramente com os que encontramos em interrogativas do tipo “como p, se q?” (de resto, também aqui directamente representadas), trazendo ao discurso, pelo seu funcionamento próprio, um potencial argumentativo particularmente vincado<sup>104</sup>, que é jogado em favor de rumos discursivos locais habitualmente desenhados no enunciado que precede cada uma dessas perguntas retóricas. Acontece ainda muitas vezes, por um lado, que as perguntas retóricas se inscrevem em justificações enunciativas, e, por outro, que utilizam diferentes processos comparativos.

Vejamos alguns destes vários tipos de situação:

«O homem que tiver discrição e industria, casando com molher de tal idade, pai cuide que vai a ser de sua molher, tanto como seu marido. Póde fazer que ella renasça com novas condições. Se vemos balhar hum urso em huma corda, animal de tão differente despejo que bruto se afirma mal sobre a terra, que ha que desesperar de poder instruir a molher moça em todos os bons costumes e dictames em que a puzer seu marido? E tambem que ha que confiar de que não tome os ruins, se seu marido lhe dá liçoens e motivos para cahir e ficar nelles?» (p. 41)

«Se o casamento he união, de que serve dividi-lo?» (p. 50)

«Póde assim acontecer cada dia, segundo a igualdade dos trajos, não se saber qual he a ama ou a criada, com muito mais occasião do que dizem que a teve certo caseiro de hum fidalgo noivo muito mancebo, que entrando com um presente na camara onde jazião seus amos, e não distinguindo qual fosse elle, ou ella, (a quem as crenchas fazião semelhantes e as barbas não dessemelhavão), perguntou simplesmente qual dos dous era, ao serviço de Deos, o senhor noivo, porque a elle queria dar seu recado? Quantas vezes puderão hoje outros mais praticos, vendo as senhoras e as criadas do costume, perguntar qual era a senhora ama?» (p. 55)

«Se o faz como he razão, que maior ventura? [...] Se o faz menos bem, ainda he mal bem toleravel. Quanto melhor será que o desaproveite a molher, que não o criado?» (p. 64)

---

<sup>104</sup> Ver FONSECA, J. — «Pragmática das perguntas 'como p, se q?' e 'como não p, se q?'», in FONSECA, J. — *ob. cit.*

«Se esta demasia se encaminha a mostrar amor, certamente indigna he a amizade que tem a gula por seu fim; se a ostentar grandesa, como se póde conseguir a grandesa pelos meios que se alcança amizade, que entre todos os por que se alcança nenhuns são tão próprios como o gasto desordenado?» (p. 68)

«E por que não nos desconsolamos de todo com os costumes modernos, nem os que se prezão de severissimos nos queirão confundir com a pureza dos antigos; como se poderá crer que naquelle reinado de El-Rei D. Sebastião, em que os homens se fingião de ferro, por contemplação dos excessos de El-Rei, era costume andarem os fidalgos mancebos encostados em seus pagens, como oje as damas?» (p. 93)

Junto ainda mais alguns exemplos:

«Em fim he uso, vá com elle, mas contra a natural obrigação das mãis; porque, como disse hum sabio, quem antes de nos ver e conhecer, nos sustenta nove mezes dentro em si, porque, depois de nos ver e conhecer, nos engeita e busca outrem que nos sustente?» (p. 96)

«Quem duvida se deve muito maior agradecimento ao medico que nos dá regras para não perder a saude, que ao que nos dá mezinhas para que, depois de perdida, possamos cobra-la?» (p. 101)

«O casado joga o que he alheo, porque elle não tem em sua familia mais de hum quinhão; e respeitivamente tem ali outros a mulher, os filhos, e os criados. Logo como pode com justiça aventurar, contratar, e perder o alheo?» (p. 102)

«Deve o marido começar por si mesmo no cuidado que he bem que tenha de sua conservação. E pois he certo que ao proprio sangue, em que nossa vida consiste, lançamos das vêas, se se corrompe, porque não apodreça o outro que nos fica, quanto mais se deve sangrar a ambição, ou interesse, se na mulher fôr conhecido, que em breve tempo ameaça corrupção á saude do corpo, e da familia, morte da casa, do edificio, e da conveniencia?» ( p. 122)

11.2.2. Interessa referenciar ainda a presença de um tipo particular de ocorrência de pergunta retórica, que illustro de imediato:

«Pergunto: se para despedir e lançar de sua casa hum criado, a mulher casada por si não tem bastante autoridade, porque a quererá ter para despedir e lançar fóra de casa sua fazenda, em que consiste o bem e repouso de amos e criados?» (p. 47)

Como se vê, a pergunta (que revela os traços acima apontados) é explicitamente introduzida pelo verbo ilocutório «perguntar» actualizado em uso performativo; constrói-se, assim, um movimento específico de argumentação que veicula um desafio — mas um desafio dado como ganho de antemão por quem o lança — e que marca bem o relevo que o Autor pretende dar ao respectivo conteúdo proposicional, que resulta focalizado.

Imeditamente próximo do anterior é o passo seguinte, em que se coordenam diversas formulações interrogativas, sendo a primeira introduzida por «Diga-me V. M.»:

«Diga-me V. M. Se hum homem lavrasse com grandes despezas huma quinta, durasse nesta obra muitos annos, gastasse nella seu tempo e sua fazenda, lhe saísse em tudo perfeita, e logo, ella acabada, se fosse a casa de V. M. e lhe desse aquella propriedade, lhe vinculasse outras, e de tudo o metesse de posse, que faria V. M.? Que digo eu, V. M.? Que faria a mais ingrata pessoa do mundo, senão venerar, amar, regalar, e servir a aquella homem, confessar-se por seu escravo, por seu devedor, por seu perpetuo amigo?

Pois que faz menos, ou que merece mais, aquelle que cria por tantos annos a filha, a doutrina, guarda, e aperfeiçoa; e depois repartindo com ella seus bens, e entregando ametade da sua alma, mette todo este thesouro na mão a outro homem, a quem por ventura antes nada devia?» (p. 128)

A fórmula introdutória «Diga-me V. M.» imprime desde logo uma forte saliência ao que se segue. Aí avultam, entretanto, outras dimensões que importa analisar. Por um lado, verifica-se a presença de uma condicional hipotética: o quadro alternativo ao mundo real nela desenhado é jogado como argumento particularmente constritor para a aceitação da conclusão que fica especificada como ‘resposta’ no segmento vazado a partir de «senão» — elemento, por sua vez, ao mesmo tempo operador de focalização e marcador por excelência da retoricidade da pergunta. Por outro lado, temos aí um *acto de reformulação*,<sup>105</sup> de sentido rectificador com orientação agravante, introduzido pela interrogativa «Que digo eu, V.M.?», em que se dá a substituição de «hum homem» por «a mais ingrata pessoa do

---

<sup>105</sup> Ver, acima, 8.1.6., onde, em nota, tive a oportunidade de anunciar a presença do acto de reformulação agora em análise.

mundo» — sendo que os ganhos argumentativos assim obtidos se revelam como particularmente notórios. Por outro lado ainda, há que reparar no efeito perorativo trazido pela recorrência, em contiguidade muito apertada, do segmento interrogativo «que faria...?». Finalmente, uma outra pergunta retórica especifica argumentos, irrecusáveis, coorientados aos que se alinham na anterior e que servem a conclusão aí avançada, que reforçam. Reparar-se-á também em que o elemento «Pois» apresenta um funcionamento ambivalente: sem deixar de ser um marcador discursivo de ligação, assinala também de modo suficientemente visível um movimento de transição para conclusão que se impõe a partir do que é jogado na pergunta retórica. Reparar-se-á ainda no alargado paralelismo que marca os estados de coisas que preenchem a primeira e a última das perguntas retóricas em referência — paralelismo esse que serve, de resto, um outro movimento discursivo traçado no passo em análise, a saber, um movimento comparativo, de aproximação, formulado na dupla perspectiva — «que faz menos...?» vs «que merece mais...?» — aberta nas referenciadas perguntas retóricas: a primeira destas perspectivas fica delineada em «que faria?»; a segunda, que tem algo de conversa da primeira, fica traçada no segmento introduzido por «senão», cujo conteúdo comporta uma avaliação positiva, suscitando um beneficiário, que não pode 'senão' identificar-se com o agente activado por «faria»/«faz».

11.2.2.1. Nas margens da pergunta retórica — porque mais exactamente se configura como *pergunta orientada* (no caso, para uma resposta positiva, que, de resto, é fornecida), de polaridade negativa — situa-se a interrogativa que encontramos no passo seguinte, introduzida pelo segmento «Pergunto», que encontrámos no primeiro exemplo analisado no número anterior:

«Disse que seria bom ocupar a molher no governo domestico; e he bom, e he necessario, não só para que ella viva ocupada, senão para que o marido tenha menos esse trabalho.

Cousas tão meudas não he bem que pejem o pensamento de hum homem; e para os da molher são muito convenientes. Pergunto: não se rira V. M. se vira hir hum elefante carregado com hum grão de trigo na tromba? Si por certo; e logo louvára a Deos, se o visse levar no bico a huma formiga. Diz bem por isso o rifão: «Do homem a praça, da molher a casa.»»  
(p. 64)

Os comentários acima (no início do número anterior) tecidos a propósito de «Pergunto» têm aqui plena pertinência — sendo que na pergunta assim introduzida se joga um argumento tido como irrecusável (por força da desproporção gritante configurada no estado de coisas do correspondente conteúdo proposicional) em favor da conclusão vazada no segmento que a precede. O enunciado seguinte — «e logo louvára a Deos, se o visse levar no bico a huma formiga» — prolonga o mesmo movimento argumentativo, percorrido de muita graça e ironia. O rifão que fecha o passo marca bem a orientação discursiva local.<sup>106</sup>

11.3. Um outro tipo de movimento argumentativo que pretendo focar é o que faz uso, em ordem à persuasão, do que chamarei de “*casos extremos*”.

Este recurso específico — que dá habitualmente lugar a muita graça e ironia — está já representado no último passo transcrito e comentado no número anterior. É inequívoco o seu grande rendimento argumentativo, pois que ele tende a provocar — por ajustado cálculo do Autor — uma forte adesão à tese que serve ou favorece, removendo eventuais resistências que ainda restem na sequência de outros argumentos já jogados no cotexto imediatamente precedente.

Vejam os alguns outros exemplos, que têm em comum o aparecerem inscritos em narrativas integradas em ‘casos práticos’:

«De huma que não lhe escapava alegria em que se não achasse, dizia hum: «A senhora fulana pena em gloria»; porque verdadeiramente parece hum novo genero de purgatorio não haver festa donde a molher não queira ser presente. Perguntavão a hum casado donde fôra sua molher á missa, e elle dizia: «Donde ouvir charamellas». Eu conheci em Castella huma titular velha e graciosa, e por extremo honrada, que quando se metia no coche e lhe perguntava o cocheiro a donde? respondia: «A donde huviere más gente.»» (p. 70)

«Convidava, (em Hespanha era), hum senhor principal e bem casado a alguns amigos seus de alta condição; quis que vissem sua mulher; ella se escusou; mas emfim visitarão. Despois á mesa quis seu marido que ella tambem comesse e honrasse os hospedes; retirou-se, e sendo apertada com recados, respondeo em sua propria lingua: «Dezid al Duque, que si me hizo

---

<sup>106</sup> Ver, entretanto, o número seguinte.

baxilla, no me hará vianda»; mostrando com agudeza castelhana, que já que como baxella a fizera ver, a não quizesse tambem facilitar como iguaria.» (p. 84)

«Não se nega porém ao marido, que se possa mostrar galante com as damas e senhoras, quando a ocasião fôr de galantaria, porque esta obrigação he de bom sangue; e como não seja viciosa, antes virtude, pello menos politica, não obriga contra ella o matrimonio. As proprias mulheres, se são generosas, folgão que seus maridos se mostrem cortesãos donde o devem ser. Estavão os Reis Catolicos para sair fóra, e a Rainha, á janela, vio passar o cavallo de El-Rei, e que egualando-se com a sua egua, que já alli estava, não fizera nenhuma bizarria. Bradou donde estava a Rainha, e chamando o estribeiro mór, lhe disse que logo mandasse cortar as pernas a aquelle cavallo, porque não levava gosto que El-Rei tornasse a subir nelle. E perguntando-lhe o estribeiro mór que razão daria a El-Rei de hum tal feito, lhe respondeo: «Porque pasó sin relinchar a uma yegua tã hermosa como la mia; y cavallo que es tan para poco, no hará cosa buena.» (p. 91-2)

«Aconteceo-me hum dia, (e porque o conte com toda a verdade, era huma vespora de Reis), ir a visitar hum fidalgo meu amigo, que por morar longe da minha pousada, e serem dias de inverno, cuidei que o não achasse já em casa. Era mancebo, e notados de pouco governo, elle e sua mulher. Cheguei em fim á sua porta, e mandando saber se estava em modo de receber minha visita; em quanto lidava nesta averiguação hum pagem, (batendo em vão a muitas portas), ouvi eu muito bem lá de dentro huma voz que dizia: «Fulano, ide a casa do cura, e perguntai-lhe da parte do Senhor D. Fulano, se he hoje dia de peixe, ou de carne. Se disser que de peixe, trazeio-o da Ribeira; se disser que de carne, trazeia-a do Açougue. Ide depressa, para que se faça de jantar». Era isto, quando menos, de huma para as duas horas. Veja V. M. que tal seria para os servos o governo daquella casa, quando para os senhores della era desta maneira.» (p. 108-9)

Veja-se ainda o seguinte exemplo, cujo a propósito fica delineado no cotexto anterior (no segmento: «O ponto está em que o latim não he o que dana, mas o que comsigo tras de outros saberetes envolto aquelle saber.» (p. 75)):

«Confessava-se huma molher honrada a hum frade velho e rabujento; e como começasse a dizer em latim a confissão, perguntou-lhe o confessor: «Sabeis latim?» Disse-lhe: «Padre, criei-me em mosteiro». Tornou-lhe a perguntar: «Que estado tendes?» Respondeo-lhe: «Casada». A que tornou: «Donde está vosso marido?» «Na India, meu padre» (disse ella). Então com

agudeza repetio o velho: «Tende mão, filha: sabeis latim, criastes-vos em mosteiro, tendes marido na India? Ora ide-vos embora, e vinde cá outro dia, que vós he força que tragaiis muito que dizer, e eu estou hoje muito depressa.» (p. 75)

Junto um último exemplo, em que o ‘caso extremo’ apresentado serve de ilustração para os ‘inumeráveis’ «descontos que causa hum senhor frouxo» — caso já referenciado acima, em 7.1.1.:

«Não são numeraveis os descontos que causa hum senhor frouxo. Vulgar, mas certissima sentença he aquella, de que então doem todos os membros, quando a cabeça está doente. Conheci hum homem de grande qualidade e juizo, em tanta maneira remisso, que mandava pedir a hum seu amigo viesse a pelear com os seus criados, e obriga-los a que o servissem.» (p. 109)

11.4. Não faltam no discurso outros tipos de movimentos argumentativos, nomeadamente os de índole refutativa, em que intervém, entre outros, o operador privilegiado que é a *negação (polémica)*. Como se sabe, com ela instaura-se no discurso um momento de *polifonia discordante*, saindo vencedora a voz do Autor por força de argumentos — anti-orientados aos que são invocados na voz refutada — que avança de imediato.<sup>107</sup>

Servir-me-ei, para exemplo, do passo transcrito em 8.1.3.4. — em que a voz refutada é explicitamente (se bem que de modo genérico) referenciada, sendo ainda, por um lado, que está presente uma dupla justificação enunciativa (a primeira, seguida de ilustração, que a apoia) e, por outro, que a refutação é marcada em «falso discurso» e em «mero engano».

Num caso, o Autor recorre a outra modalidade de refutação, que utiliza o segmento, fortemente assertivo, «affirmo ser erro»:

«Affirmo ser erro, que traz grandes inconvenientes, haver em casa gente parcial, e que cuide alguma della que só a sua ama deve fidelidade e segredo, só a ella queira servir e dar gosto, só tema seu enojo e espere seu premio.» (p. 50)

---

<sup>107</sup> Ver, em particular, FONSECA, J. — «O funcionamento discursivo de ‘se não A, pelo menos B’», in FONSECA, J. (Ed.) — *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português — Tomo II*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, n.º 9), 1998.

Muito próximo deste é o caso ilustrado no passo seguinte (destaco a expressão que quero focar):

«Foi questão, e ainda não he conclusão, qual lhe seria peor a hum casado, dar ciumes a sua mulher, ou te-los della? Escuso-me de averigua-la; huma e outra cousa abomino. Ha muitos que do dar ciumes não fazem caso, e grandissimo de os receber.

*O engano, Senhor, he manifesto; porque ...»* (p. 100)

11.4.1. Antes de passar à consideração de outros movimentos argumentativos, e a propósito da polifonia discordante que nalguns deles, como nos anteriormente analisados, está presente, devo referenciar que há também no discurso em análise momentos de *polifonia concordante*.<sup>108</sup>

Encontramo-los em enunciados integrados por segmentos de carácter contrastivo, marcado em concessivas ou em adversativas — estas, introduzidas por «mas», «porém» ou «comtudo», e, ao contrário das primeiras, presentes em grande número. Em qualquer dos casos, concretizam-se no discurso movimentos de contra-argumentação. Como se sabe, os movimentos contra-argumentativos comportam regularmente um momento de acordo ou de convergência de pontos de vista — em que justamente se projecta aquela polifonia concordante —, logo seguido de um desacordo, que serve a implantação de um rumo discursivo contrário, oposto ou divergente, por obra de argumentos anti-orientados aos que suportam a posição antes admitida, que levam de vencida por se apresentarem como argumentos mais fortes.

Mas encontramo-los ainda, se bem que poucas vezes, em alguns segmentos (que revelam um claro teor concessivo) em que o Autor converge com uma voz, não identificada, que corresponderá a opinião suficientemente representativa.

Um desses momentos está contido no passo seguinte (onde a polifonia é activada em «Convenho»)<sup>109</sup>:

«Convenho em que o casado principal tenha a sua mesa não faminta, limpissima e bem servida;» (p. 110).

---

<sup>108</sup> Ver a indicação bibliográfica referenciada na nota anterior.

<sup>109</sup> Equivalente a esta forma «convenho», surge, uma vez, no discurso «venho», mas em formulação negativa (negação ilocutória), assinalando, por isso, a discordância do Autor em relação à voz implicitamente convocada:

«Não venho em que com a molher se litigue, que he conceder-lhe huma igualdade no juizo e imperio, cousa de que devemos fugir.» (p. 48)

Outros estão concretizados nos seguintes enunciados, sendo aí a polifonia accionada em «não se nega» (expressão que comporta *negação ilocutória*):

«Não se nega que a hum e a huns criados possa ter o senhor melhor vontade, segundo o que cada qual se avantajará em serviços e merecimentos.» (p. 58)

«Não se nega porém ao marido, que se possa mostrar galante com as damas e senhoras, quando a ocasião fôr de galantaria...» (p. 91).

Nos exemplos seguintes é bem nítido o acolhimento (marcado em «Bem vejo») que o Autor dá a um contradiscurso,<sup>110</sup> que pressente e explícita — sendo que no cotexto subsequente tem lugar um movimento de contra-argumentação:<sup>111</sup>

«Bem vejo que estes exemplos são muito bons para escritos, mas não são taes para praticados; e disso mesmo he a minha queixa.» (p. 130)

«Bem vejo eu, que se chegar a ser lido de alguma casada, ou casado, (e mais ainda dos que estiverem para o ser), acharão medonho este caminho, por donde pretendo guiallos á prometida casa do descanso; porque dirão elles, o estão vendo cheio de abrolhos e cautelas, que apenas parece poderá passa-lo a consideração, quanto mais a obra.» (p. 131)

Deverei ainda referenciar os momentos de polifonia concordante desenhados em condicionais resumptivas, a que me referi brevemente no final de 9.3 e em 11.2.1., e, por fim, os que ficam contidos na implicação de *topoi* e de *doxas* — a que se juntam ainda os que se concretizam

---

<sup>110</sup> Expressão próxima de «Bem vejo» é «Bem se vê», que o Autor utiliza no passo seguinte, em que evoca não um contradiscurso, mas um estado de coisas avançado como verdade do senso comum, que a todos se impõe pela sua 'evidência' (o que bem justifica o uso da construção impessoal «se vê»):

«Bem se vê que não basta prantar a murta no jardim, por de melhor casta que ella seja; para que o adorne, faça figuras, e labores agradaveis, he necessario torcer-lhe ás vezes os raminhos, e outras cortar-lhe as vergontas; e com tudo nada aproveita, se perpetuamente o jardineiro a não toza e cultiva, porque veceja muito.» (p. 49-50)

<sup>111</sup> O segundo exemplo foi já considerado em 4.3.-4., onde foi objecto de análise mais demorada, que tem também em conta o cotexto subsequente.

na invocação, de um lado, de verdades gerais ou correntemente admitidas (como as que estão compendiadas em ríffões, adágios, ditos e sentenças)<sup>112</sup>, e, por outro, de produções atribuídas a diferentes actores discursivos, que são oportunamente convocados e positivamente qualificados.<sup>113</sup>

11.5. Voltando aos movimentos argumentativos de índole refutativa, importa assinalar um tipo muito particular que está muito largamente representado no discurso. Apresenta-se ele segundo o esquema regular em que um primeiro segmento é marcado por *negação polémica* — aí residindo a parte especificamente refutativa do conjunto —, logo seguido de um segundo segmento que cumpre uma função de *correção* ou *rectificação*.

Este complexo é extremamente recorrente no discurso, sendo que tal nele desenha uma linha estratégica de grande alcance — a de *negar para (melhor ou mais eficazmente) persuadir*.

É próprio deste complexo a presença de uma fricção de vozes — ou seja, como acima referi, de uma *polifonia discordante*, em que vozes contendem, saindo vencedora a voz representada no segmento rectificador, na base da qual se dá o desenvolvimento do discurso, a que traz um acréscimo comunicativo-informativo, que fica focalizado — imediatamente por força dos *conectores contrastivos* que introduzem esse segmento rectificador.

11.5.1. Verifica-se um elevado número de ocorrências em que o segmento correctivo ou rectificador do complexo em análise é introduzido por «antes»:

«Considere que aqui não padece alguma força sua liberdade; antes assi como aquelle que sobe açodado por huma escada ingreme, quantos mais são os degrãos, mais deseja de achar hum mainel em que descanse; assi tambem, subindo o homem pella escada da vida, quantos mais são os annos, quanto mais soltamente os vai vivendo, tanto lhe he mais necessario o repouso de hum honrado casamento, que já por essa razão lhe chamamos estado, por ser não só fim, mas tambem descanso.» (p. 37)

«De humas que se prezão de fermosas, não ha para que nos descuidemos. Que a molher se conheça, não he vicio, antes antiga opinião minha, que

---

<sup>112</sup> Ver, acima, 6.7.

<sup>113</sup> Ver, acima, 6.7.1.

em muitas partes tenho escrito; devemos tanto conhecer o bem, se o ha em nós, como o mal, quando o haja; aquelle para que se guarde, e não perca; este para que se emende, e não vá adiante.» (p. 49)

«Introduzio o costume, ou o diabo inventou, huma sorte de pagenszi-nhos, que chamão de tocha, ou de estrado. Não aprovo tal uso, se se lhe ouver de assinar particular exercicio, antes sou muito contra elle, porque entram e saem, são espertos e artistas, tomão cio com o favor como quartaos gallegos, e saem delle com más manhas.» (p. 51)

«Que o senhor leve algumas vezes o parente, o amigo, o ministro, o prelado, o estrangeiro, e homem douto, e principalmente o homem bom, á sua casa e lhes faça convite, não só o não estranho, mas o louvo. He cousa honrada, e que faz os homens bemquistos. Não deve evitallo sua mulher, antes com todo o concerto decente dispôr que se ministre...» (p. 84)

«Não se nega porém ao marido, que se possa mostrar galante com as damas e senhoras, quando a ocasião fôr de galantaria, porque esta obrigação he de bom sangue; e como não seja viciosa, antes virtude, pello menos politica, não obriga contra ella o matrimonio. As proprias mulheres, se são generosas, folgão que seus maridos se mostrem cortesãos donde o devem ser.» (p. 91)

11.5.2. Outras vezes, embora não muitas, o segmento rectificador é introduzido por «mas», com um valor claramente correctivo (trata-se de um ‘mas-SN’, na conhecida terminologia e caracterização de O. Ducrot):

«nem mais nem menos deve o casado multiplicar o tento, e a fadiga (sem que por isso se entristeça), por não faltar ao novo cargo que tomou e lhe entregárão, com a mulher que lhe derão; não para que a arriscasse e perdesse (e a si mesmo com ella), mas para que com maior comodo e descanso pudesse passar com ella a vida.» (p. 39)

«donde com muita razão se queixava hum discreto, não de que a natureza acabasse as formosas, mas de que as envelhecesse.» (p. 45)

«não porque tudo isto deixe de ser muito bom, mas porque por ventura por ser tão bom, já mais se concedem estas boas partes (e outras como estas), sem a pensão de hum juizo leve, as mais vezes arriscado, e não poucas defeituoso.» (p. 54)

«O ir ás quintas louvo, o morar nellas não gabo; não porque me pareça indecente, mas porque o tenho por desacomodadissimo; vindo a ser estas quintas huma quinta essencia da siganaria.» (p. 113)

«Quem com bom juizo considerar esta maquina de cousas, as verá tão semelhantes, atadas, e dependentes humas de outras, que não lhe parecerão muitas, mas huma só.» (p. 131)

11.5.3. Bem mais numerosas são as ocorrências em que o segmento rectificador arranca com «senão», que tem um forte poder de focalização:

«Não me detenho em apontar remedios a estes riscos, porque o meu animo não he dar conselhos a quem escolhe mulher, senão avisos para se viver com aquella que já se tem escolhido.» (p. 40)

«Faça-se-lhe certo que á sua conta não está o entender, senão o obedecer e fazer executar, mas que não entenda.» (p. 48)

«Para a conservação desta honra e desta molher, em que ella tanto estriba, irei assi apontando a V. M. algumas cousas, as quaes não servem aprendidas, senão usadas, e usadas muitas vezes.» (p. 49)

«porque o mundo com quem vivemos, como tomou o sabor dos pensamentos dos homens, não julga aquella temperança por prudencia, senão por avareza.» (p. 59)

«Dizia hum marido galante á sua molher destas muito arraiadas, que em a vendo daquella sorte, lhe fazia mais devação que amor; porque aquella seu andar não era andar vestida, senão revestida.» (p. 66)

«O concerto dos aposentos do senhor, o asseio de sua pessoa, finalmente estas cousas que os antigos desprezavão, oje são licitas, e não tem o vicio em seu uso, senão em seu abuso.» (p. 92)

«Sendo isto assim, não ha para que condemnar os costumes pela idade, senão pela qualidade; nem he justo desprezar o presente por engrandecer o passado.» (p. 93)

«Com muita razão, e bonissima doutrina, fingirão os poetas que o seu Orfeo não perigára quando foi ao inferno, senão quando despois delle fóra quizera olhar para traz.» (p. 99)

«Já V. M. tem visto como nestes avisos não sigo alguma ordem, senão aquella e aquillo que a memoria me vai offerecendo.» (p. 104)

«Mas se comtudo parecer ás mulheres excessivamente rigorosa esta minha doutrina, certifico-lhes que meu animo não foi esse, senão encaminhar tudo á sua estimação, regalo, e serviço.» (p. 131-2)

11.5.4. Finalmente, há duas ocorrências do mesmo complexo em referência em que surge a contrastiva «porém» a introduzir o segmento rectificador:

«Persuado-me, Senhor N., que esta cousa a que o mundo chama amor, não he só huma cousa, porém muitas com hum proprio nome.» (p. 42)

«Dissera eu, que á molher se entregasse huma tal porção de dinheiro que pouco excedesse o gasto quotidiano; não por exercitar com ella alguma avareza, porém porque tenho por sem dúvida não convém ás molheres demasiado cabedal. Costumão gastar sem ordem, aquellas que sem ordem recebem.» (p. 64)

11.5.5. No exemplo seguinte, poderemos reconhecer o esquema em análise — agora invertido, sendo o segmento negativo que remata o movimento argumentativo correspondente. Esta reordenação — e reformulação — do esquema conduz a uma forte focalização do segmento rectificador; o efeito contrastivo-correctivo é aí ainda ampliado pela recorrência de «põe», acompanhada da deslocação à esquerda do objecto directo (que traz ao conjunto um paralelismo sintáctico-semântico especular), e também pela expressão «por certo»:

«A mulher que põe no rosto, põe nelle sua injuria, e tira delle sua vergonha; não belleza, nem mocidade põe por certo.» (p. 119)

11.6. Vários são os movimentos argumentativos que se concretizam em, ou se servem de, comparações<sup>114</sup>. Elas visam tornar mais tangível o rumo discursivo a que se vinculam, facilitando a interiorização de valores ou normas como fundamentos para atitudes, comportamentos, acções — pelo que estão intimamente articuladas aos «avisos», conselhos, críticas/ /censuras, ou seja, aos propósitos de orientação assumidos pelo Autor. Surgem, não poucas vezes, no seio de segmentos justificativos daquelas dimensões ilocutórias — realizando, então, também uma função de intensificação dessas dimensões.

11.6.1. Deixo de lado as muitas comparações simplesmente marcadas com «como» e ainda as que são desenhadas por «assim» com valor anafó-

---

<sup>114</sup> Em números anteriores, já tive já a oportunidade me referir com demora às comparações utilizadas no discurso.

rico, para me ocupar de outras — nomeadamente, das que se moldam nos seguintes esquemas, em que o primeiro elemento funciona como comparante, e o segundo como comparado:

- “assi como X — assi Y”;
- “assi como X — assi tambem Y”;
- “assi como X — assi, nem mais nem menos Y”;
- “da mesma sorte que X — assi Y”;
- “da mesma sorte que X — nem mais nem menos Y”.

Nestes esquemas, e como já se compreendeu, X e Y representam, genericamente, situações — de índole diversa — disjuntas, mas que, por obra da comparação, são aproximadas na base de alguma similitude ou afinidade, favorecendo um dado rumo discursivo. Entre as situações ou realidades utilizadas no comparante, avultam as que se referem à vida militar ou à «guerra», à arte de marear, à saúde, à propriedade ou «fazenda», a actividades correntes ou a aspectos e objectos da vida quotidiana (morte, sinos, correio, animais). Convém ainda sublinhar que os estados de coisas que preenchem o comparante são dados como plenamente adquiridos e, mais que isso, como aceites generalizadamente pela sua inequívoca veracidade, ou, então, como estados de coisas de forte plausibilidade: só assim podem constituir elemento de apoio aos movimentos argumentativos em que se inscrevem. Por outro lado, esses estados de coisas apresentam-se como instâncias exemplares, contendo referência a elementos que atingem um grau de intensidade paradigmático em algum traço pertinente — pelo que estes processos comparativos se integram plenamente no domínio das *comparações emblemáticas* (considerando-se também ‘estruturas aparentadas’ a essas mesmas comparações).<sup>115</sup>

Por vezes, num mesmo segmento, encontramos comparações encadeadas. Nos casos em que ocorre no segundo segmento o quantificador «nem mais nem menos» — que intensifica a comparação —, ele aplica-se regularmente sobre o deôntico «dever».<sup>116</sup>

---

<sup>115</sup> Ver FONSECA, J. — «Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas», in FONSECA, J. — *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto (Coleção Linguística/Porto Editora, n.º 1), 1993.

<sup>116</sup> Ver, mais adiante, 10.5.

Ilustrarei as diferentes situações referenciadas com os seguintes exemplos:

«Considere que aqui não padece alguma força sua liberdade; antes assi como aquelle que sobe açodado por huma escada ingreme, quantos mais são os degrãos, mais deseja de achar hum mainel em que descansa; assi tambem, subindo o homem pella escada da vida, quantos mais são os annos, quanto mais soltamente os vai vivendo, tanto lhe he mais necessario o repouso de hum honrado casamento, que já por essa razão lhe chamamos estado, por ser não só fim, mas tambem descanso.» (p. 37)

«Senhor, saiba V. M. que á sua alma se acrecenta outra alma de novo; á sua obrigação se ajunta outra obrigação. Assim devem crescer seus cuidados, e seus respeitos. E da mesma sorte que se a hum homem que possuísse huma herdade, a qual cultivasse, lhe fosse deixada outra de novo para o mesmo effeito, este tal homem, sem diminuir em sua alegria, era força que na diligencia se aventejasse, por abranjer com seu trabalho a ambas aquellas suas fazendas; nem mais nem menos deve o casado multiplicar o tento, e a fadiga (sem que por isso se entristeça), por não faltar ao novo cargo que tomou e lhe entregárão, com a mulher que lhe derão; não para que a arriscasse e perdesse (e a si mesmo com ella), mas para que com maior comodo e descanso pudesse passar com ella a vida.» (p. 39)

«Para a que fôr ferida deste mal, he necessario armar de hum grande recato e vigia; e assi como quem navega, se teme muito mais de abrir huma ferida no casco do navio, por donde sem dúvida se irá a pique, do que se lhe abrirão outras muitas pello bordo, que vai fóra da agua; assi não he tão perigosa a huma casa outra qualquer desordem, nem lhe ameaça ruina, como o excesso da molher gastadora e desregrada; porque como esse defeito jaz dentro na agua (dentro digo do proprio cabedal), por alli logo se vai ao fundo a familia inteira.» (p. 47)

«Verdadeiramente, Senhor N., que podemos affirmar que assim como entre a cabeça e mais partes do corpo humano convém que haja grande conformidade, para que vivamos com saude; assi tambem entre o senhor da casa e os familiares della convém que haja concordia, para que se possa viver com gosto e quietação. E da mesma sorte, assi como os humores mais sutis e delgados são os que primeiro se resolvem e corrompem, assi as molheres são as que primeiro dão causa a qualquer movimento; por donde he necessario viver com ellas muito regrado, porque se não destemperem, adoção, e matem o contentamento.» (p. 57)

«Escuso de mostrar como as palavras informão do animo; porque assi como pello correo que vem de tal parte, sabemos as novas que lá vão, assi pellas palavras que vem do juizo, sabemos o que lá vai.» (p. 77)

«As casas dos fidalgos particulares, que não podem ter esses porteiros e portarias, necessitam de alguns criados velhos e fieis, a quem seus amos constituão vigias e sentinelas de seu decóro. Mas neste caso não descarregue nelles todo o cuidado o marido; porque assim como na guerra, (e eu o estou aqui vendo, e ouvindo nesta Torre), costumamos pôr soldados de posta; e nem com tudo isso se contenta a disciplina militar, senão que lança roldas e sobreroldas, e sobre ellas vão despois os officiaes a ver e vigiar o que fazem, e o que vigião os soldados que vigião; assi, nem mais nem menos deve o senhor da casa roldar e vigiar sobre os criados, a quem entrega o cuidado de sua honra.» (p. 85-6)

«Deve-se á fé e igualdade no matrimonio contrahida grande satisfação; e assi como entre os bem casados he digno de muita dôr faltar a algum delles a vida; assi he digno de muito sentimento faltar a alegria de algum.» (p. 119)

11.6.2. Referenciarei ainda três situações; numa delas, a comparação utiliza «assi como», outra é introduzida pela expressão «a modo de», e a última surge plasmada no esquema “X ser como Y”. Vejamos:

«Ha homens que tem por grande siso o não terem parte nestas contendas. Tal não aprovo; porque, além de que ao marido por sua dignidade toca a justificação das acçoens de sua mulher, ou a emenda, tambem lhe pertence a direcção dellas; e mais na sua amizade, ou inimizade; assi como ao Rei pertence a guerra, ou paz, feita por seu vassallo.» (p. 130)

«Longe estou de persuadir á molher que seja melancolica; porque antes a sempre triste induz pouca satisfação de sua vida. Alegre-se e ria-se em sua casa, á sua mesa, e na conversação de seu marido, filhos, e familiares; deixe o riso em casa, quando fôr fóra, a modo da serpente que vomita a peçonha primeiro que vá beber, e depois que bebe, torna outra vez a recolher a sua peçonha. Venha para casa, e tome a sua boa graça.» (p. 77-8)

«Distingo porém prudentes de ciosos. A prudencia precata, desvia e assegura todos os caminhos da suspeita. Nada disto faz o ciume; antes, para não ser hum homem cioso, convém que seja prudente.

Pô-lo-hei mais claro com este exemplo. O prudente he como o capitão de hum castello, que tras pelo campo de continuo suas espias ao longe, vigiando noite e dia seu enemigo, bem que o não tenha; porque quando o

tiver, o não possa tomar de sobresalto. Este tal vive seguro, come com gosto, dorme com descanso. O cioso he como outro capitão, que temendo-se de tudo o que ha e não ha, se encerra miseravelmente em seu castello: o ar que corre lhe faz nojo, a folha que se move cuida que he assalto; e assi sem honra, e sem proveito, cheo de medo e desconfiança, passa a vida, ignorando o que he paz e repouso.» (p. 101)

Este último passo — que já utilizei, com outros propósitos de análise, em 8.1.3.5. — constrói uma expressiva contraposição entre, de um lado, o «prudente», e, do outro, o «cioso», dela se desprendendo um encaixado louvor do primeiro.<sup>117</sup> A expressividade da contraposição ganha não apenas com os processos comparativos, mas também com a patente similitude, proximidade ou afinidade dos eixos semânticos projectados em oposição e ainda com a alguma simetria que se nota na construção sintáctico-semântica dos dois termos envolvidos.

11.6.3. Casos há em que a comparação é explicitamente assinalada pelo verbo «comparar»; no cotexto subsequente fica explicitado ou expandido, como habitualmente acontece em todos os casos, o eixo ou eixos semânticos de que releva o processo comparativo:

«A honra da molher comparo eu á conta do algarismo; tanto erra quem errou em hum, como quem errou em mil. Façam as honradas boas contas; acharão esta conta certa.» (p. 48-9)

«Comparou bem hum entendido as pessoas com os sinos, que pella voz se conhece se estão sãos, ou quebrados.» (p. 77)

11.6.4. Referenciarei ainda casos em que o processo comparativo se vaza em *equativo*, como o seguinte, em que uma primeira comparação se desdobra logo numa outra:

«A reputação he espelho cristalino; qualquer toque o quebra, qualquer bafo o empana. Ellas, quanto são mais seguras em seus procedimentos, se aventurão, póde ser, mais a tratar as que o não são. O vulgo, sempre cego, não sabe distinguir, ou não quer, o bom do máo. As mais vezes quem atira, não dá allí adonde atira, mas dá perto do lugar adonde atira. Assim os mal-dizentes, indo a acusar a huma pessoa, não acertão logo; e por ventura infamão as que andão junto della.» (p. 90)

---

<sup>117</sup> Ver também, acima, 6.2.2.

Similar é o caso seguinte, em que aparecem dois equativos — o primeiro moldado sobre «parecer», e o segundo traduzido em «chamar», sendo seguido da explicitação da dimensão de afinidade sobre que assenta o processo comparativo (explicitação também veiculada, no segundo, no segmento que o precede):

«Disse bem quem disse: que os ciumes se pareçam a Deos, em fazer de nada alguma cousa. Eis aqui o seu officio, que em todas as maneiras não deve ter lugar nas casas onde viver a discrição e Críandade; porque certo é terrível tormento o que padecem, já os homens, já as mulheres, por esta maldita imaginação; a quem com não menor propriedade houve quem chamasse bibora, porque em nacendo mata a pessoa que a engendra.» (p. 100) <sup>118</sup>

O equativo surge também concretizado em solução que utiliza «igual», como em

«Iguar affronta he a hum casado saber-se que o manda sua mulher, que saber-se he ella de seu marido escrava e não companheira.» (p. 40),

ou «ser como» ou ainda «parecer como»:

«Dissera eu que as mulheres são como as pedras preciosas, cujo valor crece, ou mingua, segundo a estimação que dellas fazemos.» (p. 40)

«Parece-me a mim agora isto como quem põe meada grande em doba-doura pequena, que em lhe puxando pello fio, traz o fio a meada e a doba-doura tudo a terra.» (p. 123)

11.6.5. Outra modalidade sob que se desenvolve o processo comparativo é a que ilustram os dois passos seguintes, em que a dimensão em roda da qual se edifica a aproximação comparativa é amplamente explicitada: no primeiro, o segmento «Sucede [...] ás molheres o que aos potros» estabelece imediatamente o processo comparativo, sendo que aí «o que» equivale a «o mesmo que», expressão que comporta o operador comparativo «o mesmo»; no segundo, a comparação é marcada em «Assi». Vejamos:

«Sucede muitas vezes ás molheres o que aos potros, que melhor se governão quando lhes dão a rédea e cuidão que pódem ir á sua vontade, que quando lha recolhem e mostram que vão á vontade alhêa.» (p. 58)

---

<sup>118</sup> No segundo dos passos transcritos na Nota 81 é usado um comparante («serpente») do mesmo tipo de «bibora», que figura no exemplo agora considerado.

«Valho-me sempre das cousas naturaes, e assombro-me certo neste caso, considerando que huma só gota de tinta que caia em huma redoma de agua clarissima basta e sobeja para a tornar turba; e que para aclarar e deixar limpa huma redoma de tinta, não basta huma pipa de agua clara. Assi costuma ser a má e a boa fama, que a muito boa não póde acabar de purificar a ruim, e a ruim logo empece á muito boa.» (p. 90-1)

Anoto que similar ao primeiro exemplo é o caso, já acima, em 4.3., considerado, e comentado, que retomo:

«Dir-lhe-hei a todas, que nesta *Carta* sucede o que nas cartas de marear, que quem as vir assi cruzadas de linhas e riscos, que se comem huns aos outros, parece que de tal confusão não póde haver quem se desempece; e na verdade não he assi; porque aquellas linhas todas são humas proprias, e apenas paixão de quatro principaes, mas para fazer mais facil o nosso uso, se multiplicão.» (p. 131)

11.6.6. Algumas vezes, o processo comparativo enunciado num dado segmento é depois explorado ou desenvolvido em segmento ou segmentos contíguos. No exemplo seguinte, é isso mesmo o que acontece, estando todo o conjunto assim construído ao serviço da recomendação ou mesmo exortação, que muito aproveita da excelência dos resultados — e do modo atractivo por que se obterão — dados como garantidos à imagem e semelhança do que fica estabelecido no processo comparativo inicial (marcado em « façamos [...] como »):

«Parecerá difficultoso o considerar como á pessoa que não havemos visto, poderemos amar com perfeição. Larga he a disputa e não de aqui. Digo eu que façamos, Senhor N., neste caso, como os que cortão madeira e a lançam ao rio, para que sua corrente lha leve (sem algum trabalho) ao porto. Elles não sabem por onde vai sua mercadoria, mas basta-lhes saber que ella chega a salvamento, por outras que já tem chegado, para que lha entreguem ás agúas com muita confiança.

Deixe-se levar o casado do poder daquelle virtuoso costume; não lute, nem forceje com a corrente, que quando menos o espere (e sem saber o como aquillo foi), elle se achará amando a salvamento a sua molher, e sendo della muito seguramente amado.» (p. 43)

11.6.7. Algumas comparações utilizam o segmento conector «como se», que institui um processo comparativo que convoca um mundo possí-

vel (introduzido por «se»). Ilustro com um só caso, sendo que nele a comparação é seguida de um movimento ilativo, que marca o rumo discursivo local:

«A este seu juizo não se pôde pôr lei alguma; aos exercicios si. Como se agora a hum homem fosse dada huma navalha de finissimo aço, para que fizesse hum feito ruim; mas estando ella ainda em tosco, aquelle que lhe escondesse a pedra em que a queria afiar, fizera o mesmo que se lha tirasse da mão, e escusasse o maleficio. Assi, pois nos não he licito privarmos as molheres do sutilissimo metal de entendimento, com que as forjou a natureza; podemos se quer, desviar-lhe as ocasiões de que o agucem em seu perigo e nosso dano. Façamos, Senhor N., o que podemos.» (p. 74-5)

11.7. Movimentos argumentativos afins dos desenhados pelos processos comparativos são os que se concretizam em *estruturas de correlação* — que desenham, de resto, construções muito próximas da comparação.

Nessas estruturas são postos em co-variação estados de coisas quantificados em algum dos seus termos constituintes — estados de coisas esses que se distribuem por dois (ou, eventualmente, mais) segmentos. Na sua ordenação padrão, o primeiro desses segmentos apresenta o elemento “quanto(s)”/“quanta(s)” aplicado imediatamente sobre os quantificadores «mais» ou «menos», sendo que o segundo (ou os seguintes) é (são) introduzido(s) por “tanto(s)”/“tanta(s)» aplicado igualmente sobre os quantificadores «mais» ou «menos» — sendo, entretanto, que esta ordenação padrão pode surgir invertida. Em qualquer destes esquemas de ordenação, o segmento que contém o elemento “quanto” estabelece uma pauta ou um termo de referência, com que é articulado — numa relação configurada no sentido da co-orientação ou da anti-orientação — o que fica capturado no segmento ou segmentos seguintes.

No discurso em estudo, das quatro possibilidades da combinatória apresentada, referida à presença de dois termos — segundo os esquemas ‘+//+’, ‘+//-’, ‘-//-’ e ‘-//+’ — só as duas primeiras estão representadas.

O esquema ‘+//+’ ocorre repetidas vezes, quer na sua ordenação padrão quer na ordenação inversa. Ilustro já de seguida — sendo que o primeiro exemplo retoma o primeiro passo transcrito em 11.6.1., em que a estrutura de correlação se inscrusta em processo comparativo:

«Considere que aqui não padece alguma força sua liberdade; antes assi como aquelle que sobe açodado por huma escada ingreme, quantos mais são os degrãos, mais deseja de achar hum mainel em que descanse; assi tambem,

subindo o homem pella escada da vida, quantos mais são os annos, quanto mais soltamente os vai vivendo, tanto lhe he mais necessario o repouso de hum honrado casamento, que já por essa razão lhe chamamos estado, por ser não só fim, mas tambem descanso.» (p. 37)

«Correm algum perigo as muito moças, pelo sobejo amor aos pais e irmãos com que se criáão; e he tanto mais occasionado este inconveniente, quanto parece mais licito.» (p. 41)

«Estas taes retiradas costumão sempre ter grande contradição nas mulheres; e quanto ellas na corte são melhor vistas, mais aparentadas, e gozão maior aplauso, tanto mais impugnaõ tal resolução dos maridos.» (p. 115)

Casos há em que é economizado o elemento 'tanto', sendo ainda que a quantificação correspondente a 'mais' está contida/absorvida em forma sintética de comparativo. É o que encontramos no seguinte passo:

«Tira-se daqui muito ruim fruto; porque as mais das casadas, começando em zelo do que os maridos gastão, e do que se descompõem, acabão em um finissimo ciume. Ellas tem razão, porque os maridos não farão menos offensa a suas mulheres divertindo-lhes a affeição, que qualquer dos outros cabedaeas que lhes são devidos, e com esse nome de devido se nomeão; antes será maior a offensa quanto fôr a mulher mais daquellas, que só da affeição de seus maridos se satisfazem.» (p. 99-100)

Como se pode verificar, nas estruturas de correlação apresentadas são acoplados em co-variação estados de coisas marcados por uma *co-orientação das predicções* que aí surgem — sendo que estas se direccionam no sentido ascendente da escala das 'grandes quantidades'.

Por sua vez, o esquema '+/-' surge actualizado numa única ocorrência — articulando estados de coisas marcados por *predicções anti-orientadas*: o primeiro termo — quantificado por «quanto mais» — orienta-se para o pólo mais elevado da escala das 'grandes quantidades', enquanto que o segundo — quantificado por «menos» (e em que se verifica a economia de "tanto") — se dispõe na ordem descendente da correlativa escala 'das pequenas quantidades'. Veja-se:

«O marido que vir sua molher inclinar a esta vaãgloria, viva por ella mesmo avisado, e saiba que tem perigosa mercadoria, sendo esta das molheres ao revez que as outras, pois quanto mais cobiçada he, menos he para cobiçar. E por esta razão não faltou já quem duvidasse se a fermosura se dava por premio, se por castigo.» (p. 49)

11.8. Não são poucos os movimentos argumentativos instaurados por consecutivas — em que figuram os morfemas descontínuos «tal...que» e «tanto...que». Estas estruturas estão, por natureza, orientadas para a intensificação de estados de coisas e/ou de actos ilocutórios.<sup>119</sup>

No discurso em estudo, as construções consecutivas estão ao serviço da caracterização intensiva de situações quase sempre disfóricas ou negativas<sup>120</sup> — sendo que, por essa via, atingem os actos ilocutórios (de crítica/censura, e a partir destas, de incitamento quer à evitação quer à remediação/correção) que delas derivam, que resultam, assim, também intensificados.

Ficou já referenciada, exemplificada e analisada (em 10.9.3.) a presença de construções consecutivas na caracterização, intensiva, de situações negativas feita através da marcação de uma dimensão de degenerescência ou de degradação em que culmina um dado processo evolutivo.

Junto, entretanto, outros exemplos de consecutivas presentes no discurso:

«Havia sucedido hum desconcerto em casa de huma senhora á certa criada sua; e foi tal que se houve de descobrir de noite, e hir-se-lhe buscar o remedio á casa de huma comadre. Dava grandes vozes o portador, e dizia (dizia elle depois que por lhe parecer mais honesto): «Senhora, acuda V. M. depressa á casa da senhora Dona Fulana, que está huma sua dona de parto». Que pregão este! E quem tão culpado na infamia daquella casa, como o descuido do senhor da casa?» (p. 51)

«Contarei a V. M. huma cousa que a meu pesar me lembra. Caminhava por Espanha, e entrando em huma pousada bem cheo de neve, não houve algum remedio para que a hospeda, ou suas filhas, que eram duas, me quizessem abrir hum aposento em que recolher-me; e quanto eu mais apertava, me desenganavão melhor de que nenhuma se levantaria donde estava, sem acabar de ouvir ler certa novella, cuja historia hia muito gostosa e enredada. E tal era a sofreguidão com que ouvião, que nem ameaçando-as com que iria a outra pousada quizerão desistir do seu exercicio, antes me convidavão que ouvisse os lindos requebros que Cardenio estava dizendo a Estefania; que

---

<sup>119</sup> Ver FONSECA, J. — «Pragmática e sintaxe-semântica das consecutivas», in FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto (Colecção Linguística/Porto Editora, n.º 5), 1994.

<sup>120</sup> Há, no entanto, casos em que a consecutiva está ao serviço da caracterização, também intensiva, de situações positivas, que são objecto de louvor. Sirva de exemplo a consecutiva que figura no passo transcrito em 8.1.3.6.

tudo isto rezava a boa da novella. Em fim eu me fui apeara a outra parte, e voltando em breve tempo por aquelle lugar, e perguntando pella curiosa leitora e ouvintes, me disserão que muito poucos dias depois as novellas forão tanto adiante, que cada huma das filhas de aquella estalajadeira fizera sua novella, fugindo com seu mancebo do lugar, como boas aprendizes da doutrina que tão bem estudarão.» (p. 78)

«Hei de dizer aqui de humas que se prezão de matronas, e quer bem, quer mal, ellas querem ser os senhores de suas casas. Estas pretendem sua maioria por muito honradas, por muito sabedoras, ou por muito illustres; e ás vezes, sem nenhum destes extremos, ellas se dão tal manha que a consequem, especialmente dos maridos bons, simples e divertidos.» (p. 84)

«Passando a Indias hum mercador, lhe foi dada certa encommenda da mulher de hum ministro; e acertou o pobre de se perder, e perde-la, com todo seu cabedal. Tornou a Espanha, e á côrte; e não lhe sendo recebida em desconto a perdição, houve tal violencia no caso, que lhe fizerão pagar aquella encommenda, com ganhos e cabedaes, como que não pudesse ser perdida como as outras.» (p. 122)

12. Ao longo da exposição ficou, por vezes em breves alusões, referenciado um traço deveras saliente do discurso que nos vem ocupando — a vincada *heterogeneidade* que o marca.

Esta forte heterogeneidade distribui-se por uma *heterogeneidade compositiva* e por uma *heterogeneidade enunciativa*.

12.1. A heterogeneidade compositiva concretiza-se, como assinala em 3.2. e em 9., na compressão de dois *modos enunciativos* dominantes neste discurso epistolar: de um lado, o *modo instrucional* ou mesmo *injuntivo-instrucional* (fortemente marcado de dimensões avaliativas ou avaliativo-judicativas, a ele constitutivamente vinculadas), e, do outro, o *modo narrativo*, que se combina com aquele — sendo que, como oportunamente se viu, os segmentos de narração se apresentam como estando ao serviço das instruções ou injunções-instruções, consubstanciadas no *macroacto ilocutório de conselho* que desenha a configuração global do discurso.<sup>121</sup>

12.2. A heterogeneidade enunciativa desdobra-se pelo pólo da emissão e pelo pólo da recepção activados na produção discursiva.

---

<sup>121</sup> Ver, acima, 2., 5. e 10.

12.2.1. O Autor põe em cena, explicitamente, diversos actores discursivos, a quem dá ou de quem relata a voz, indicando ao mesmo tempo, pelo menos de modo genérico, o quadro em que essas intervenções — marcadas quase sempre por salientes dimensões de interacção — tiveram lugar. Esses actores são regularmente actores qualificados<sup>122</sup> — sendo que D. Francisco Manuel, nas mais das vezes, converge com as vozes convocadas, de que se serve como apoios a posicionamentos assumidos. Casos há, entretanto, e como oportunamente aponte, em que essas vozes são objecto de discussão, delas se distanciando, por vezes, o Autor.

Para além destes, haverá ainda que considerar dois outros actores discursivos que o Autor — por força da heterogeneidade compositiva do discurso, a que acima me referi — põe em cena, de modo continuado: de um lado, o actor discursivo que chama a si o modo enunciativo de instrução ou de injunção-instrução; do outro, o actor discursivo que narra as «historias» que preenchem os ‘casos práticos’.

Não faltam nesta construção polifónica do discurso outras vozes qualificadas — e acima de todas, as compendiadas em rífões, adágios, ditos e sentenças, que são sempre extremamente valorizadas.

Mas, ao lado destas, há ainda as que são chamadas — embora nem sempre sejam identificados os seus proferidores —, por obra de palavras e de estruturas sintáctico-semânticas envolvidas em movimentos quer de contra-argumentação, onde surgem segmentos de polifonia concordante,<sup>123</sup> quer de refutação, que ocasionam momentos de polifonia discordante, orientada particularmente para o desenho de uma envolvente estratégia que apresentei como consubstanciada em *negar para persuadir*.<sup>124</sup>

Finalmente, ouvem-se ainda no discurso — embora nele inscritas de modo implícito — vozes outras, que nele ressoam em perguntas retóricas e sobretudo em contradiscursos, que o Autor pressente, quer de rejeição quer de recusa quer de, pelo menos, resistência. A estes contradiscursos (a que, uma vez por outra, o Autor alude de modo directo ou mesmo explícito, chegando até, num caso, a desenhar um *acto de reparação* — o

---

<sup>122</sup> Há, no entanto, a registar dois actores discursivos que são (de modo imediato) negativamente qualificados: um, como «hum malvado corteção» (p. 113); um outro, como «hum mesquinho» (p. 115).

<sup>123</sup> Ver 11.4.1.

<sup>124</sup> Ver 11.5.

que, só por si, indica que esse contradiscurso tem pertinência suficiente), reage D. Francisco Manuel com o vigor da sua acção persuasiva.

Nesta acção persuasiva, o Autor faz intervir *topoi* argumentativos ajustados, que conjuga com um princípio de razoabilidade e de bom senso (uns e outro não ditos, mas, seguramente, comunicados, por implicação), mas também, e acima de tudo, os valores que defende (subjacentes a conselhos, a críticas e a censuras), que se configuram como a verdadeira *fonte deôntica* actuante neste discurso de orientação/aconselhamento ou mesmo *de preceituação*<sup>125</sup> — fonte deôntica essa que se institui como a grande voz que fala no discurso, e de que o Autor será mero mediador, embora devidamente acreditado.

Mas, neste domínio, há ainda a registar as diferentes tonalidades que D. Francisco Manuel imprime ao discurso — desde uma omnipresente graça a muitos momentos de ironia,<sup>126</sup> passando por segmentos de reserva e de confiança, e de envolvimento emotivo, no quadro geral de um registo epistolar que pretende desenvolvido em «estilo alegre e fácil» e «em pratica como do lar».<sup>127</sup>

Como oportunamente salientei, a projecção destas vozes ocasiona não raro a presença no discurso de *movimentos dialogais* — sendo que os que se dão na base da *conjugação* e/ou da *junção* das vozes do Autor e dos destinatários põem em irrecusável evidência a inequívoca condição do discurso, e da significação nele vazada, de *objecto co-construído*.<sup>128</sup>

12.2.2. A heterogeneidade enunciativa, considerada do pólo de recepção, consubstancia-se na presença no discurso de múltiplos destinatários — o que lhe imprime uma manifesta *poli-destinação*. Para além do destinatário imediato da carta, outros são construídos — a começar por “todos e todas que a lerem”,<sup>129</sup> por «todo o mundo»,<sup>130</sup> continuando, mais espe-

<sup>125</sup> Ver 10.11.

<sup>126</sup> Na base de uma concepção ‘ecóica’ da ironia, seria substancialmente alargada a heterogeneidade enunciativa (considerada do pólo da emissão/produção) do discurso.

<sup>127</sup> Ver 1.2.

<sup>128</sup> Ver, como já acima indiquei, FONSECA, J. — «Heterogeneidade na língua e no discurso», in FONSECA, J. — *ob. cit.*

<sup>129</sup> Ver, acima, Nota 5, que retomo: Cf.: «Aqui lembro de passo a muitos e muitas que me lerem...» (p. 101).

<sup>130</sup> Cf. «porque eu me resolvo a dizer a V. M. e a todo o mundo...» (p. 63)

cificamente, por aqueles a quem se dirigem mais imeditamente, de um lado, os (escassos) louvores ou elogios, e, do outro, as (omnipresentes) recomendações (e críticas/censuras): o marido e a mulher (antes de todos os demais), os seus familiares e amigos, mas também frades e freiras, criados e criadas, «damas», gente frequentadora da corte (ou das cortes) e os variados e indistintos agentes e pacientes de usos e costumes...

*Joaquim Fonseca*